

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

**A PAISAGEM NATURAL E A GESTÃO TERRITORIAL PARA A
COMUNIDADE DE PATRIMÔNIO DA PENHA, CAPARAÓ - ES**

ALINE OLIVEIRA AZEVEDO

VILA VELHA
MARÇO / 2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

**A PAISAGEM NATURAL E A GESTÃO TERRITORIAL PARA A
COMUNIDADE DE PATRIMÔNIO DA PENHA, CAPARAÓ - ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Cidade, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dr^a. Simone Neiva Loures Gonçalves

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A994p Azevedo, Aline Oliveira.

A paisagem natural e a gestão territorial para a comunidade de patrimônio da Penha, Caparaó-ES. – 2019.
120 f.: il.

Orientador: Dra. Simone Neiva Loures Gonçalves.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Vila Velha, 2019.
Inclui bibliografias.

1. Unidade de conservação. 2. Preservação da paisagem.
3. Diretrizes projetuais. I. Gonçalves, Simone Neiva Loures. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 333.72

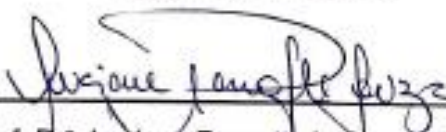
ALINE OLIVEIRA AZEVEDO

**A PAISAGEM NATURAL E A GESTÃO TERRITORIAL PARA A
COMUNIDADE DE PATRIMÔNIO DA PENHA, CAPARAÓ - ES**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Cidade, para obtenção do
grau de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovado em 28 de março de 2019,

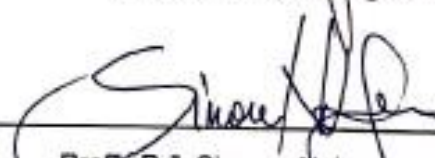
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Luciene Pessotti de Souza (UFES)



Prof. Dra. Teresa da Silva Rosa – (UVV)



Prof. Dr. Simone Neiva Loures Gonçalves (UVV)
(Orientadora)

*Dedico este trabalho ao meu eterno
Tio Júlio Maria de Azevedo (in memoria)
que por razões maiores que meu
entendimento não pôde estar presente
nesta conquista de minha vida. A você
todos os meus agradecimentos eternos.
Com amor.
Liline*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter segurado as minhas mãos nos momentos de fraquezas e ter me dado fé o suficiente para seguir em frente.

Aos meus pais José Maria e Maria da Consolação que com todo seu amor sempre sonharam os meus sonhos e nunca mediram esforços para que eu alcançasse meus objetivos. A minha irmã que sempre está em oração por mim e vibrando com minhas vitórias. Vocês são minha fortaleza e meu exemplo de amor maior.

A minha orientadora Dr^a. Simone Neiva por tantos desafios que passamos no decorrer dessa dissertação, seu apoio e confiança em minha pesquisa me fizeram acreditar na relevância e êxito dessa pesquisa. Aos demais mestres e queridos professores da Universidade de Vila Velha meus sinceros agradecimentos por tantos ensinamentos, conselhos e principalmente a amizade, vocês foram essenciais para o meu crescimento profissional, terei em mim a lembrança de cada um de vocês.

Agradeço ao meu companheiro André Portal que com todo seu amor sempre me fez acreditar em meu potencial e na profissional que tenho me tornado. Seu amor é e será sempre importante para mim.

Aos meus amigos de mestrado os arquitetos Heliomar Venâncio e Raquel Corrêa agradeço a parceria e pelos momentos de apoio nesses intensos dois anos de curso, vocês são incríveis.

A todos meu muito obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ CAPIXABA.....	19
1.1 A Contextualização histórica do Caparaó no Processo de Divisão Regional do Estado do Espírito Santo.....	19
1.2 Característica físico-espaciais do Caparaó.....	23
1.3 Aspectos demográficos do Caparaó.....	26
1.4 Aspectos econômicos da Região do Caparaó.....	27
2. INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	29
2.1 Sistema Nacional De Unidades De Conservação – Snuc.....	30
2.2 O Parque Nacional Do Caparaó.....	34
2.2.1 Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó.....	38
2.2.2 O Sistema de Unidades de Conservação em relação aos municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó.....	39
2.3 Plano Diretor Municipal	40
2.3.1 Plano Diretor Municipal De Divino De São Lourenço.....	41
3. DIAGNOSTICO DA ÁREA DE ESTUDO.....	44
3.1 A Comunidade de Patrimônio da Penha enquanto território.....	44
3.1.1 A Paisagem Natural e os Recursos Ambientais de Patrimônio da Penha.....	49
3.1.2 Aspectos Socioeconômicos de Patrimônio da Penha.....	52
3.1.3 Setorização da poligonal de intervenção.....	56
3.2 A morfologia urbana do território de Patrimônio da Penha.....	59
3.2.1 Zoneamento.....	61
3.2.2 Uso e Ocupação do solo.....	64
3.2.3 Equipamentos e apropriações urbanas.....	67
3.2.4 Padrão Construtivo.....	69
3.2.5 Gabarito e afastamento das edificações.....	71

3.2.6 Tipologias e dimensões viárias.....	74
3.2.7 Densidade Construtiva.....	77
3.2.8 Perfil Fundiário.....	79
3.3 Síntese de Análise do Diagnostico.....	81
3.4 Vulnerabilidades e Potencialidades.....	82

4. AGENDA URBANA PARA COMUNIDADE DE PATRIMÔNIO DA PENHA - ES.....85

4.1 Diretrizes para a Preservação da Paisagem Natural.....	88
4.2 Diretrizes para Uso do Solo e Gabarito.....	90
4.3 Diretrizes Urbanas - Sistema Viário.....	91
4.4 Diretrizes urbanas para os Padrões Construtivos.....	93
4.5 Diretrizes para o espaço público-Apropriações e Equipamentos urbanos.....	94

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS95

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....97

ANEXOS.....102

MAPAS.....110

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ferrovia Leopoldina Railway. Fonte: < http://www.altojequitiba.mg.gov.br >.....	20
Figura 02: Divisão do Estado do Espírito Santo, segundo a elaboração do estudo do IBGE, 1968. Fonte: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13891.pdf >.	21
Figura 03: Divisão administrativa da Microrregião do Caparaó - ES. Fonte: < http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/ >.....	22
Figura 04: Mapa de zoneamento da Microrregião do Caparaó. Fonte:< http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_microrregiaocaparao_diagnostico.pdf >.....	24
Figura 05: Bacias Hidrográficas da Região do Caparaó. Fonte:< http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_microrregiaocaparao_diagnostico.pdf >.....	25
Figura 06: População Urbana X População Rural da Microrregião do Caparaó Fonte:< http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_microrregiaocaparao_diagnostico.pdf >	26
Figura 07: Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Caparaó. Fonte: < http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/5004/1/tese_6292_.pdf >	32
Figura 08: Limites do Parque Nacional do Caparaó entre os Estados do ES e MG. Fonte: << http://www.hospedagenssomdasaguas.com.br/ParqueNacional.aspx >.....	35
Figura 09: Vista Panorâmica do Parque Nacional do Caparaó. Fonte: < http://www.adventurezone.com.br/blog/parque-nacional-do-caparao >	36
Figura 10: Pico da Bandeira – Parque Nacional do Caparaó. Fonte: < adventureoflife.tur.br >	37
Figura 11: Macrozoneamento do Município de Divino de São Lourenço – ES. Fonte:<Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço, 2008. ANEXO>	43
Figura 12: Vista aérea de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: < https://www.youtube.com/watch?v=X8S95g46NGU >	46
Figura 13: Encontro Nacional das Comunidades Alternativas (ENCA).	

Fonte: < https://www.flickr.com/photos/vrindabr/2684394868 >	48
Figura 14: Mapa das Áreas de Preservação Permanente no entorno capixaba do PNC, de acordo com o novo Código Florestal (Lei 12.727/12).	
Fonte: < http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/5004/1/tese_6292_.pdf >	51
Figura 15: Ações culturais Circo Teatro em Patrimônio da Penha – ES. Fonte: < http://circoteatrocapixaba.blogspot.com/2013/01 >	53
Figura 16: Manifestações artísticas expostas nas fachadas comerciais e o uso do espaço público para exposição e comercialização de artesanatos na Comunidade de Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte: <Acervo pessoal do autor>	53
Figura 17: Mapa turístico da Comunidade de Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte: < https://www.google.com/maps/d/viewer >	54
Figura 18: Prática do turismo sustentável - Observatório das aves. Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte < https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/revista_ag/2017/12/as-muitas-faces-de-patrimonio-da-penha-o-point-dos-turistas-1014109647.html >	55
Figura 19: Manifestações artísticas nas fachadas e comercialização de artesanato (esquerda) e edificação com padrões arquitetônicos local (direta). Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte: <Acervo pessoal do autor>.....	57
Figura 20: Comercialização de produtos orgânicos. Patrimônio da Penha – ES.	
Fonte: <Acervo pessoal do autor>	57
Figura 21: Núcleo Nativo. Patrimônio da Penha – ES.	
Fonte: <Acervo pessoal do autor>.....	58
Figuras 22: Escola de Ensino Infantil (à esquerda). Pousada Beija Flor (à direita). Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte <Acervo pessoal do autor>.....	66
Figura 23: Apropriação do espaço público para manifestações artísticas artesanais. Patrimônio da Penha - ES.	
Fonte <Acervo pessoal do autor>.....	68
Figura 24: Praça de Patrimônio da Penha - ES. Fonte <Acervo pessoal do autor>..	68

Figura 25: Condições da pavimentação e ocupação das ruas. Patrimônio da Penha. Fonte <Acervo pessoal do autor>.....	76
Figura 26: lotes livres indo de encontro às propriedades rurais. Patrimônio da Penha - ES. Fonte <Acervo pessoal do autor>.....	79
Figura 27: Vista aérea de Patrimônio da Penha que evidencia o traçado e o desenho do loteamento irregular. Fonte: <Imagem aérea do Google Earth>.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Base econômica dos Municípios da Microrregião do Caparaó - ES. Fonte: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pesquisa/23/27562 >	27
Tabela 02: Municípios nos quais incide a UC e algumas de suas características. Fonte: < https://uc.socioambiental.org/uc/584417 >	39
Tabela 03: Diretrizes do zoneamento estabelecido pelo PDM de Divino de São Lourenço para Patrimônio da Penha. Fonte:<Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço, 2008>	63
Tabela 04: Classificação dos padrões construtivos das fachadas das edificações. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Autor da pesquisa>.....	69
Tabela 05: Gabaritos permitidos para edificações a partir do zoneamento de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço, 2008>.....	71

LISTA DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

Gráfico 01: O que caracteriza Patrimônio da Penha a luz dos entrevistados.....	47
Gráfico 02: Gráfico de percentual dos usos e ocupações do solo na Comunidade de Patrimônio da Penha – ES.....	66
Gráficos 03: Representação quantitativa e percentual das edificações a partir do seu padrão construtivo. Patrimônio da Penha – ES.....	70
Gráficos 04: Representação quantitativa e percentual do gabarito construtivo. Patrimônio da Penha – ES.....	73
Gráfico 05: Questionamentos sobre a preservação da paisagem natural de Patrimônio da Penha – ES.....	88
Gráfico 06: Questionamentos sobre o sistema viário de Patrimônio da Penha – ES.	91

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa de Localização de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	45
Mapa 02: Mapa e setorização de Patrimônio da Penha – ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	56
Mapa 03: Elementos morfológicos do espaço urbano a luz de Lamas (2007). Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>	60
Mapa 04: zoneamento territorial de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço, 2008. ANEXO>.....	62
Mapa 05: Mapa de Uso e Ocupação do Solo. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	65
Mapa 06: Mapa de Equipamentos Urbanos e Apropriações Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	67
Mapa 07: Mapa de Padrão Construtivo. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	70
Mapa 08: Gabarito Construtivo de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	72
Mapa 09: Edificações que possuem ou não afastamento frontal. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	74
Mapa 10: Tipologia viária por modelo de pavimentação. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	75
Mapa 11: Dimensionamento das vias urbanas. Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	77
Mapa 12: Densidade Construtiva de Patrimônio da Penha a partir da figura fundo das inserções das edificações no lote. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	78
Mapa 13: Mapa síntese do diagnóstico de Patrimônio da Penha - ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	81
Mapa 14: Mapa de potencialidades de Patrimônio da Penha – ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	82
Mapa 15: Mapa de vulnerabilidades de Patrimônio da Penha – ES. Fonte: <Google Earth, adaptado no programa digital ARCGIS>.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NAU – Nova Agenda Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PNC – Parque Nacional do Caparaó

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

ZAI – Zona de amortecimento de impacto

RESUMO

AZEVEDO, Aline Oliveira, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, março de 2019. A Paisagem Natural e a Gestão Territorial para a Comunidade De Patrimônio da Penha, Caparaó - Es. Orientadora: Simone Neiva Loures Gonçalves.

Durante a década de 1970, houve um aumento da preocupação sobre a preservação ambiental ocasionada pelo crescimento das cidades. Assim, as problemáticas urbano-ambientais tornaram-se um enfrentamento importante para as políticas públicas, uma vez que as novas demandas das cidades vêm comprimindo as áreas de equilíbrio ambiental. Em paralelo aos impasses do modelo de cidade moderna, cresceu o interesse das migrações para os pequenos núcleos urbanos que buscam um modelo de vida voltado à sustentabilidade do território em harmonia com a paisagem natural. Um exemplo é a Comunidade de Patrimônio da Penha, localizada no Município de Divino de São Lourenço - ES, onde os novos habitantes vêm influenciando o uso consciente dos recursos naturais da região. Entretanto, por se tratar de uma localidade circundada por paisagem natural ainda pouco modificada, tem havido um crescente aumento de investimentos externos que podem comprometer a estabilidade ambiental além das características da Comunidade. Com isso, a partir da percepção da potencialidade de Patrimônio da Penha enquanto território que pensa o espaço como um organismo vivo passível de mudanças e que isso deve gerar respeito ao meio natural a pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo compreender a eficiência dos instrumentos de regulamentação ambiental atuantes nas Unidades de Conservação e seu entorno imediato, de forma a propor uma agenda urbana voltada a preservação da paisagem e dinâmica natural da Comunidade de Patrimônio da Penha, afim de propor diretrizes que sejam capazes agregar aos documentos técnicos já existentes na preservação da paisagem e salvaguardar as características culturais que compõe o espaço territorial de Patrimônio da Penha.

PALAVRAS- CHAVE: Unidade de Conservação, Preservação da Paisagem, Diretrizes projetuais.

ABSTRACT

AZEVEDO, Aline Oliveira, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, March 2019. The Natural Landscape and Territorial Management for the Heritage Community of Penha, Caparaó - Es. Advisor: Simone Neiva Loures Gonçalves.

During the 1970s, there was an increase in concern about environmental preservation caused by the growth of cities. Thus, urban-environmental problems have become an important confrontation for public policies, since the new demands of cities have been compressing the areas of environmental balance. Parallel to the impasses of the modern city model, the interest of migrations to small urban centers that seek a model of life focused on the sustainability of the territory in harmony with the natural landscape has grown. An example is the Penha Heritage Community, located in the Municipality of Divino de São Lourenço - ES, where the new inhabitants have been influencing the conscious use of the region's natural resources. However, because it is a locality surrounded by a natural landscape that is still little modified, there has been a growing increase in foreign investments that may compromise the environmental stability beyond the characteristics of the Community. Thus, from the perception of the potential of Penha's Heritage as a territory that thinks of the space as a living organism subject to change and that this should generate respect for the natural environment, applied nature research aims to understand the efficiency of the environmental regulation instruments operating in the Conservation Units and their immediate surroundings, in order to propose an urban agenda aimed at preserving the landscape and natural dynamics of the Penha Heritage Community, in order to propose guidelines that are able to add to existing technical documents in landscape preservation and safeguard the cultural characteristics that make up the Penha Heritage territorial space.

KEY WORDS: Conservation Unit, Landscape Preservation, Project Guidelines.

INTRODUÇÃO

Efetivamente a partir da década de 1970, o modelo de "cidade moderna" começa a sofrer um enfraquecimento em razão das constantes revisões que o desenho urbano vinha sofrendo. Lamas (2007) demonstra que “[...] esta rejeição à cidade moderna foi tão apaixonada e emotiva quanto fora anos antes a condenação da cidade tradicional e da *rue corridor* feita por Le Corbusier e pelos CIAM [...]” (LAMAS, p.28, 2007). Todavia, em paralelo às problemáticas da emergência da cidade moderna houve um aumento da conscientização da preservação ambiental, tendo em vista que a crescente urbanização das cidades havia alcançado os limites das áreas de equilíbrio ambiental, causando a desconfiguração da paisagem natural (BESKOW; MATTEI, 2012).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2015), os efeitos dos impactos ambientais têm se tornado cada vez mais complexos em razão do desenvolvimento econômico estar diretamente relacionado à desigualdade social e a maior parte dos recursos financeiros concentrarem-se nas mãos de administrações que buscam soluções singulares para os problemas urbano-ambientais. Desse modo, hoje se torna extremamente necessário olhar para as questões ambientais como um enfrentamento do desenvolvimento das cidades.

Embora os temas relacionados às questões ambientais e urbanas já venham sendo discutidos, a ausência de uma apresentação mais coesa sobre a problemática acaba desencadeando soluções fragmentadas em que, geralmente, as iniciativas ambientais não têm sido relacionadas em conjunto. O Ministério do Meio Ambiente (2015) acredita, ainda, que, para se obter um efeito mais assertivo acerca da sustentabilidade urbana e ambiental, se faz necessária a constituição de planejamentos e projetos que componham uma base única de estratégias.

De acordo com informações do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), o Estado do Espírito Santo está completamente inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Serra do Caparaó é uma das mais importantes áreas de preservação de mata de seu território (ICMBio, 2015). Nesta perspectiva, as áreas de Unidade de Conservação podem ser uma alternativa para o controle da

preservação ambiental, como, o caso do Parque Nacional do Caparaó, que acaba por influenciar diretamente suas municipalidades limítrofes.

Partindo dessa premissa, para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela escolha de Patrimônio da Penha, uma pequena comunidade inserida na zona de amortecimento de impacto do Parque Nacional do Caparaó e pertencente ao Município de Divino de São Lourenço – ES, localidade que tem atraído o interesse de pessoas para a região do Caparaó, em razão da paisagem natural ainda pouco modificada, da abundância de recursos hídricos decorrentes das nascentes que geram inúmeras cachoeiras e o modelo de vida adotado pelos moradores que buscam, como forma de garantia de recursos naturais para as gerações futuras, soluções sustentáveis para a preservação ambiental..

O objetivo geral desta dissertação é compreender a eficiência dos instrumentos de regulamentação ambiental atuantes nas Unidades de Conservação e seu entorno imediato, de forma a propor uma agenda urbana voltada a preservação da paisagem e dinâmica natural, afim de propor diretrizes que sejam capazes agregar aos documentos técnicos já existentes na preservação da paisagem e as características culturais que compõe o espaço territorial de Patrimônio da Penha. Além disso, a pesquisa buscou relacionar a escala que antecede o desenho urbano, relacionada à escala maior, ou seja, das legislações e planejamento macro, as particularidades da Comunidade.

A metodologia adotada caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com o objetivo exploratório. Assim, o método se divide em quatro etapas. A primeira – levantamento bibliográfico – constituiu-se na determinação dos conceitos básicos de bibliografias e a definição do ambiente contextualizador do problema. A segunda – diagnóstico da área de estudo – deu-se pela aproximação direta do território como área de pesquisa. A terceira etapa – aplicação de questionário – realizou-se com o objetivo de compreender o olhar das pessoas sobre o lugar. E, por fim, a quarta etapa – elaboração de uma agenda urbana – que se restringiu à elaboração das propostas diretrizes projetuais atribuída aos princípios da agenda urbana para Patrimônio da Penha.

Para atingir o objetivo geral e a busca pela resposta da questão de pesquisa, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro busca identificar os instrumentos de regulamentação ambiental vigentes que auxiliam na gestão das Unidades de Conservação, tais como o Plano de Manejo, que é o principal documento técnico na administração das áreas de proteção ambiental do Brasil, e o Plano Diretor Municipal, que administra as zonas e faz as determinações das diretrizes de uso do solo dentro do território. O intuito, então, foi avaliar se há um diálogo entre as esferas do poder público na gestão das grandes áreas verdes de interesse ambiental.

No segundo capítulo, é apresentada a Microrregião do Caparaó Capixaba, a partir de uma análise macrorregional do território a fim de contribuir para a compreensão da área de estudo. Neste mesmo capítulo, são abordadas as contextualizações que tangem a ocupação das terras ao sul do Estado do Espírito Santo, o processo de divisão por regionais, além das características físicas e econômicas dessa região.

O terceiro capítulo inicia o recorte de Patrimônio da Penha. Nesta seção, é apresentado a Comunidade enquanto território de estudo. Buscou-se fazer uma análise acerca da ocupação urbana a partir da década de 1990, identificar os principais atores da região, além da elaboração das bases dos mapeamentos que serviram de escopo para as propostas de diretrizes projetuais.

O quarto e último capítulo, se limitará a elaboração de uma agenda urbana voltada à sustentabilidade urbana da Comunidade de Patrimônio da Penha a partir de propostas de diretrizes norteadoras, a fim de contribuir para a preservação do patrimônio ambiental urbano do território.

Com isso, como forma de minimizar os futuros impactos resultantes das ocupações urbanas, a agenda tem a intenção de contribuir como um instrumento norteador para a preservação da paisagem natural de Patrimônio da Penha, sobretudo, podendo servir como base para outras comunidades e/ou pequenos núcleos urbanos que possuam essas características.

1. MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ

O objetivo deste capítulo é apresentar a Microrregião do Caparaó Capixaba, a fim de fazer um reconhecimento macrorregional do território para uma compreensão mais aprofundada da área de estudo.

1.1 A Contextualização histórica do Caparaó no Processo de Divisão Regional do Estado do Espírito Santo

A ocupação das terras ao sul da província do Espírito Santo foi um ato de conquista dos portugueses que, por sua vez, se restringiu à ocupação nas áreas litorâneas, desde o início do ciclo do ouro de Minas Gerais até o final século XVIII, por questões de segurança. Além disso, outro fator que contribuiu para a tardia ocupação do interior das terras foi a resistência dos índios à escravidão, uma vez que não permitiam a entrada de brancos até o sertão dessa capitania (IPES, 2005).

“Após a descoberta do ouro de [Minas Gerais], a Capitania do [Espírito Santo] passou a servir de cerca verde para a região de minas. Sua função como capitania era ser desabitada para dificultar o contrabando do ouro por estas terras, o que impediu o seu desenvolvimento” (ICMBio, p. 52, 2015).

Com o fim do ciclo do ouro, o sul do Espírito de Santo deixou de exercer a função de barreira natural e passou a ocupar as terras desenvolvendo o plantio de lavouras de café. Com a ascensão da produção cafeeira no decorrer do século XIX, os estados do Espírito Santo e Minas Gerais começaram a perceber a necessidade de uma ligação entre ambos para facilitar o escoamento da produção cafeeira. Neste contexto, dá-se, então, o início da construção da primeira estação ferroviária que atuaria na comercialização de café, a Ferrovia Leopoldina Railway (Fig. 01) (ICMBio, 2015).

“[...] Essa ferrovia nasceu da iniciativa de fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata Mineira, os quais estavam acostumados a transportar a produção de café da maneira tradicional, por tropas de mulas, até os portos do litoral. A estrada de ferro Leopoldina, foi fruto da necessidade de se abastecer o mercado em expansão e de escoar mais eficientemente a produção” (ICMBio, p. 53, 2015).

Figura 01: Ferrovia Leopoldina Railway



Fonte: <<http://www.altojequitiba.mg.gov.br>>

A crise cafeeira, no final do século XIX e início do século XX, fez com que os fazendeiros da região optassem por novas alternativas de produção que minimizassem os prejuízos causados pela queda do preço do café. Uma escolha favorável, rápida e eficiente foi o desenvolvimento da produção agrícola e a disseminação da pecuária que, por sua vez, veio cessar os danos causados pela baixa comercialização cafeeira (ICMBio, 2015).

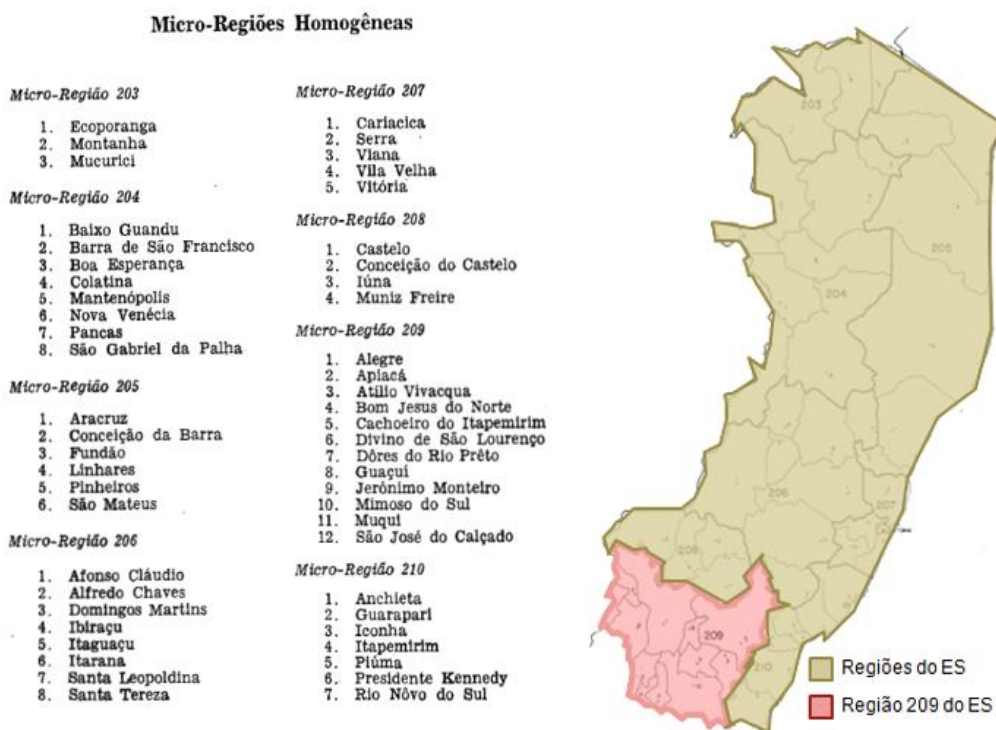
Em razão das condições apresentadas acima, a região sul do Espírito Santo figurou durante décadas como escudo para salvaguardar as riquezas das Minas Gerais, assim, sua ocupação urbana e desenvolvimento econômico se deu de forma tardia.

‘[...] a região pertencente ao ES preservou por mais tempo suas características naturais e apresenta um desenvolvimento econômico distinto do observado na região de MG. Enquanto a cultura do café floresceu na Zona da Mata de MG, na porção espírito-santense prevaleceu à pequena propriedade, sobretudo a partir da fixação de imigrantes estrangeiros. Só mais recentemente é que se observa o aumento da produção voltada para o comércio, como a cultura do eucalipto e do café’ (ICMBio, p. 54, 2015).

Devido aos fatores que impossibilitaram o desenvolvimento da região sul, junto às demais regionais do Estado do Espírito Santo, em 1990 foi necessário estabelecer uma divisão coesa, a fim de criar uma identidade dos municípios da Região do Caparaó (209), que inicialmente era composta por doze municípios que compunham um território com uma "área de terrenos amornados dos médios e baixos cursos dos

rios Itapemirim e Itabapoana e dos terrenos mais elevados das encostas do planalto e altos níveis do maciço do Caparaó" (IBGE, p.346, 1968). Essa nova divisão recortou o Estado do Espírito Santo da seguinte maneira (Fig. 02):

Figura 02: Divisão do Estado do Espírito Santo, segundo a elaboração do estudo do IBGE, 1968:



Fonte: IBGE, 1970. Adaptado pelo autor. Sem escala gráfica.

Atualmente a Microrregião do Caparaó Capixaba possui uma divisão bem próxima da proposta de 1990, onde os municípios formaram suas meso e microrregiões baseadas em suas proximidades física-espaciais, produtivas, econômicas e paisagísticas. Ficando assim definido os onze municípios pertencentes à Microrregião do Caparaó são: Alegre, Divino de São Lourenço, Dóres do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e São José do Calçado (Fig. 03).

“A divisão regional, de um país ou estado, pode ser balizada por aspectos naturais, econômicos, sociais, históricos, políticos, entre outros, consolidando unidades territoriais com certo nível de homogeneidade geográfica. De acordo com Guimarães (1942, p. 21), uma região deve ser caracterizada por um conjunto de fatores correlacionados entre si e não por um único fenômeno de forma isolada. Essa correlação é que confere à referida área geográfica certo grau de homogeneidade (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, p. 06, 2010).

Figura 03: Divisão administrativa da Microrregião do Caparaó - ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Adaptado (2018).

Essa nova divisão possibilitou aos municípios integrantes a busca pela identidade da região do Caparaó e a valorização do seu território, uma vez que essa porção do Estado do Espírito Santo não havia alcançado seu merecido reconhecimento enquanto uma microrregião administrativa durante o período de desenvolvimento da capitania.

1.2 Características Físico-Espaciais do Caparaó

A região do Caparaó está situada, geograficamente, no extremo sul do Estado do Espírito Santo, limítrofe ao Estado de Minas Gerais (Ver figura 02). É classificada, segundo o *Köppen-Geiger*¹, por possuir um clima tropical de altitude, com temperaturas variantes anuais de 19°C a 22° C. Essa determinação está relacionada com o relevo montanhoso característico da região (MASSINI, 2017).

“[...] como toda a área encontra-se no maciço do Caparaó, as grandes elevações influenciam alguns dos parâmetros climáticos e condições do tempo. Assim, nos locais mais elevados, durante os meses de junho e julho, são frequentes temperaturas mínimas de até 4°C negativos, sendo comum a ocorrência de geadas. Os meses mais frios são junho, julho e agosto, e os meses mais quentes são outubro, novembro e dezembro” (ICMBio, p. 44, 2015).

O sul do Espírito Santo pertence ao complexo da serra do Mar e sua geomorfologia² mostra um relevo bem movimentado, com topos que alcançam elevadas altitudes e vales bem encaixados. Tais características, associadas às estruturas naturais das rochas, fazem destas vertentes pontos de desagregação de blocos rochosos e de solos, e “[...] o resultado desta instabilidade das vertentes pode ser constatado pela presença de grandes blocos deslocados e encontrados em áreas diversas, especialmente nos leitos dos rios” (SILVA *apud* ICMBio, p. 44, 2015).

Portanto, o relevo acidentado permite a ocorrência de erosões no solo que, consequentemente, afetam os recursos hídricos devido ao assoreamento. Outro fator problemático da região são os constantes desmatamentos florestais nos morros, encostas e nas matas ciliares para dar lugar à agricultura e a pecuária. Desse modo, pode-se afirmar que [...] o manejo inadequado das mencionadas atividades agropecuárias, principais esteios da economia local, tem sido o principal motivo atribuído aos seus declínios (IPES, p. 15, 2005).

As questões geológicas e geomorfológicas, principalmente na área do Parque Nacional do Caparaó, fazem do maciço do Caparaó um diferencial em relação ao

¹Classificação climática de *Köppen-Geiger* é o sistema de classificação global dos tipos climática mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia.

²A partir da década de 1980 a Geomorfologia no Brasil começa a se caracterizar pelo enfoque ambiental de seus estudos e que tem como tema “integrar as questões sociais às análises da natureza. Devendo incorporar em suas observações e análises as relações político-econômicas, importantes na determinação dos resultados dos processos de mudanças” (CUNHA & GUERRA, *apud*, MOURA, p. 174, 2011).

Figura 05: Bacias Hidrográficas da Região do Caparaó

Fonte: IPES, 2005.

As questões naturais de determinada região estão diretamente ligadas aos processos tectônicos e climáticos:

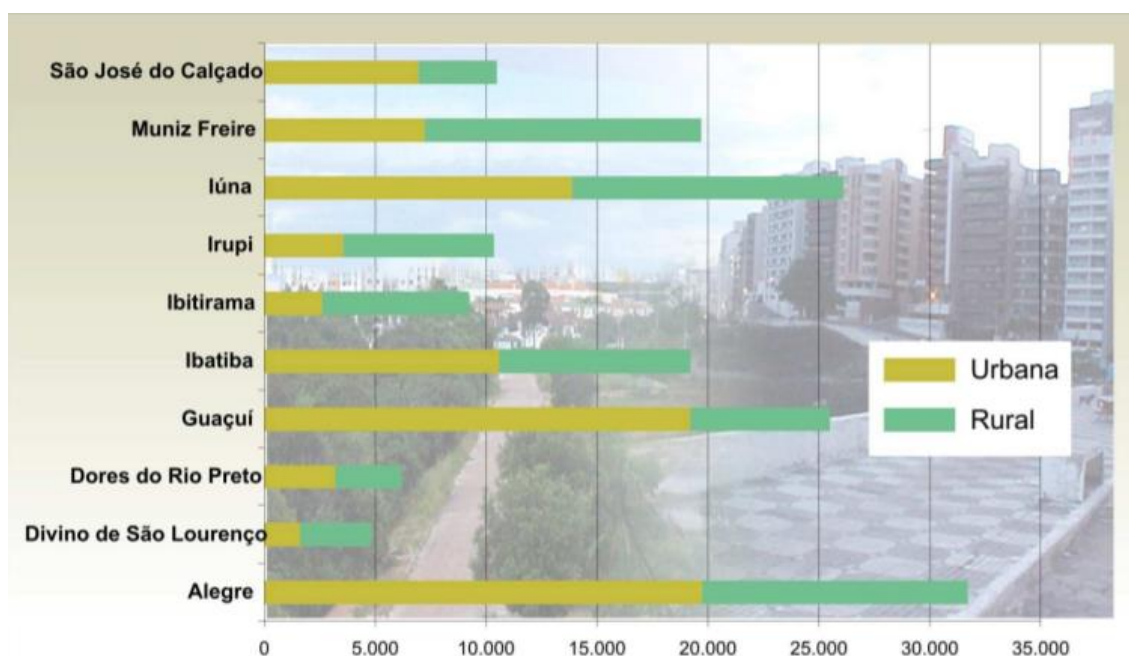
“A atividade biológica envolve a história biogeográfica, as relações ecológicas entre fauna e flora, e suas interações na formação do solo. Os aspectos humanos são advindos com a apropriação cultural, através de suas representações sociais, seus interesses políticos, além de demandas econômicas e projetos de engenharia” (MASSINI, p. 89, 2017).

Isso demonstra que as características físicas desta região favoreceram para o crescimento gradativo que Caparaó tem passado nos últimos anos, em razão de seus recursos naturais e sua localização privilegiada.

1.3 Aspectos Demográficos do Caparaó

Neste seguimento, as doze Microrregiões Administrativas, que se caracterizam como sendo um modelo de regionalização recente, são legitimadas pelas municipalidades, assim, o percentual populacional da Região do Caparaó (Fig. 06), a partir do censo de 2010, possui uma representatividade de 4,8% da população capixaba (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010).

Figura 06: População Urbana X População Rural da Microrregião do Caparaó



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2005).

Na Microrregião do Caparaó, diferentemente de na maioria dos municípios capixabas, a população urbana ainda não superou a rural, segundo dados do IBGE (2007). Entretanto, estas duas populações vêm sofrendo uma queda gradativa ao passar dos anos. Esta situação é ainda mais relevante nas proximidades do Parque Nacional do Caparaó onde se encontra uma presença maior de pequenos povoados rurais (ICMBio, 2015).

1.4 Aspectos econômicos da Região do Caparaó

Os onze municípios que compõem a Microrregião do Caparaó fazem uma representatividade de aproximadamente 2% da economia capixaba para a geração de renda anual. Entretanto, no que diz respeito à produção agrícola, esse percentual tem um valor mais representativo, em torno de 10%, sendo que esta economia é mais expressiva nas municipalidades de Alegre, Guaçuí e São José do Calçado, os três municípios são responsáveis por cerca de 60% da produção agrícola da Região do Caparaó (IPES, 2005).

“[...] as atividades agropecuárias continuam sendo à base da economia, com destaque para a atividade cafeeira. Hoje, a forma de ocupação, a monocultura e o relevo contribuem para o agravamento dos problemas ambientais na Região, mesmo que exista uma tendência da melhora do quadro nos últimos anos, com o desenvolvimento e a utilização de tecnologias de menos impacto negativo. O que ocorre hoje é que a cafeicultura continuou predominando, apesar de ter havido pequeno crescimento nas áreas de pastagens e de eucaliptocultura” (ICMBio, p. 43, 2015).

Segundo o censo do IBGE, as atividades agropecuárias na Região do Caparaó são, em sua maioria, desenvolvidas em terras próprias com um percentual de 95,02%, 0,03% são arrendamentos de terra, e 4,96% em regime de parcerias (ICMBio, 2015).

Tabela 01: Base econômica dos Municípios da Microrregião do Caparaó - ES

MUNICÍPIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	PIB (R\$)
ALEGRE	1. Agropecuária 2. Serviço Comércio 3. Indústria	13.428,33
DIVINO DE SÃO LOURENÇO	1. Agropecuária 2. Fruticultura	11.563,55
DORES DO RIO PRETO	1. Produção Agrícola 2. Pecuária	16.953,46
GUAÇUÍ	1. Produção Agrícola 2. Pecuária 3. Serviço Comércio	16.386,21
IBATIBA	1. Agropecuária	10.882,54

IBITIRAMA	1. Agricultura 2. Pecuária	11.771,27
IRUPI	1. Produção Agrícola 2. Agricultura de Subsistência 3. Pecuária	12.701,01
IÚNA	1. Agricultura 2. Pecuária	12.624,65
JERÔNIMO MONTEIRO	1. Agropecuária 2. Indústria 3. Serviço	10.442,84
MUNIZ FREIRE	1. Agricultura 2. Ecoturismo	13.227,22
SÃO JOSÉ DO CALÇADO	1. Agricultura	12.216,07

Fonte: IBGE, 2018.

Segundo resultados obtidos em um estudo do Instituto Jones do Santos Neves, a Região do Caparaó possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,11% da economia capixaba, conforme estatística de 2015. Analisado a pesquisa do ano anterior, 2014, a região obteve um crescimento de 0,32% anual.

Apesar de ser uma região em fase de desenvolvimento tardio, esta porção do território do Estado do Espírito Santo tem aumentado anualmente sua arrecadação econômica. Embora ainda as atividades agropecuárias sejam a base forte da economia regional, outros setores dinâmicos vêm sendo atribuídos, como, por exemplo, o aumento do incentivo ao turismo sustentável. A região do Caparaó fez de sua singularidade paisagística uma fonte de desenvolvimento econômico, o que tem sido atualmente um dos pilares do reconhecimento do sul do Estado.

2. INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O objetivo deste capítulo é compreender os principais instrumentos e legislações vigentes aplicados em Unidades de Conservação (UC) que servirão de escopo para a regulamentação de uso do solo no entorno das zonas de amortecimento de impacto. Buscou-se, também, fazer uma análise crítica quanto a sua eficácia diante dos enfrentamentos políticos e das problemáticas urbano-ambientais.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018), as ações do homem no espaço têm acarretado uma série de modificações na paisagem natural, como, por exemplo, a fragmentação de áreas verdes com as diversidades de uso e manejo do solo. Nesse contexto, os instrumentos de regulamentação ambiental se tornaram uma alternativa na gestão territorial quanto à compatibilização da ocupação humana e o espaço ambiental natural.

Atualmente, os instrumentos de regulamentação ambiental são ferramentas essenciais para auxílio da gestão e planejamento de determinadas UC's, sendo o Plano de Manejo o principal instrumento norteador para a implantação de uma área de preservação. O Ministério do Ambiente caracteriza o Plano de Manejo como sendo um documento:

“[...] elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

Outra ferramenta importante que vai complementar as vigências de uma Unidade de Conservação será o Plano Diretor Municipal, já que essas áreas verdes estão inseridas, geralmente, dentro de um contexto urbano, gerando uma administração compartilhada das duas esferas, Federal e Municipal.

Assim, esta pesquisa, em concordância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), vem discutir os principais instrumentos de regulamentação

ambiental vigentes no Parque Nacional do Caparaó, o Plano de Manejo e Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço, município sede da área de pesquisa. Juntas, essas ferramentas vão exercer uma forte influência na área de estudo, a Comunidade de Patrimônio da Penha, que está inserida dentro da zona de amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó.

2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

O antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967, integrou-se ao Ministério da Agricultura e foi o primeiro órgão público a possuir atribuições voltadas à proteção das áreas verdes. Além disso, também foi o pioneiro na elaboração de um planejamento de um Sistema de Unidade de Conservação no Brasil, a partir da regulamentação do Decreto Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu em seu Artigo 2º:

“Art. 2º - O IBDF destina-se a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País de conformidade com a legislação em vigor” (BRASIL, 1967).

Até meados da década de 1970, as UC's no Brasil atendiam aos critérios estéticos e políticos, dependendo da circunstância mais favorável; não havia qualquer preceito de planejamento e análise (VILELA; BONFIM, 2014).

A disposição de um Sistema de Unidade de Conservação no Brasil começou a mudar, a partir de 1976, com a elaboração de um documento denominado *Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia*, o qual se tornou um instrumento de fundamentação do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil, publicado em 1979 e 1982 (VILELA; BONFIM, 2014).

Ainda, como forma de concentrar as questões ambientais em um conselho mais abrangente voltado à valorização do cenário ambiental, foi criado, também, em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o intuito de "colocar pela primeira vez a política ambiental brasileira em geral e a de UC's em particular, fora da esfera produtivista" (ROCHA; DRUMMOND; GENEM *apud* SOUZA, p.94, 2016).

Além disso, em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNCED (Eco-92 e Rio-92). Nesta ocasião, foram reunidos representantes governamentais e não governamentais de 175 países para discutirem sobre as questões do desenvolvimento sustentável. Para este evento, o Brasil, então, preparou um relatório sobre seu posicionamento na Comissão Internacional de Meio Ambiente (CIMA), onde foi instaurado a Secretária do Meio Ambiente (PECCATIELLO, 2011). A ECO-92 foi marcada pela assinatura de importantes documentos, como, por exemplo, a Agenda 21 que

"[...] estabelece compromissos e intenções para a preservação e a melhoria da qualidade ambiental e dispõe sobre ações sociais e econômicas, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento das comunidades e meios de implementação" (PECCATIELLO, p. 76, 2011).

Após um longo período de aproximadamente oito anos de tramitação no Congresso Nacional brasileiro, foi, então, sancionada, em 18 de julho de 2000, a Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

"Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

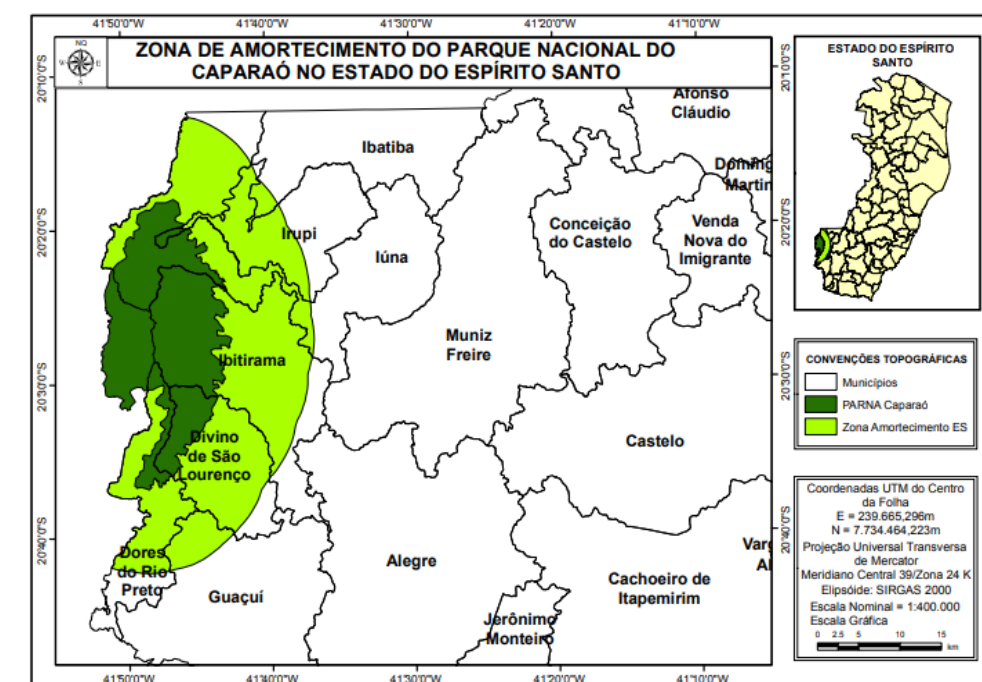
II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. Dentre outros incisos" (BRASIL, 2000).

Os critérios estabelecidos para os objetivos das UC's variam de acordo com suas tipologias. Esta pesquisa faz referência a uma categoria de Unidade de Conservação com características específicas para Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto³ dos recursos naturais, com exceções dos casos previstos nesta Lei" (ICMBio - SNUC, p. 12, 2009).

³Aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Exemplo: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

Devido ao crescimento acelerado das cidades, as áreas limites às Unidades de Conservação começaram a ser ocupadas. O manejo inadequado nessas proximidades passou a afetar a instabilidade ambiental da UC (ICMBio, 2009). Assim, cresce a importância de não apenas preservar os espaços de interesse ambiental, mas, também, o seu entorno, pois este contribuirá para salvaguardar as áreas de equilíbrio ambiental, denominadas zonas de amortecimento⁴ (Fig. 07). O objetivo das áreas consideradas Zonas de Amortecimento de Impacto (ZAI) é "minimizar impactos e ordenar o uso e a ocupação das atividades antrópicas geradas na região do entorno da Floresta Nacional [...] de forma a diminuir suas consequências sobre a [Unidade de Conservação]" (ICMBio, p.17, 2009).

Figura 07: Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Caparaó.



Fonte: CHIMALLI, 2013.

No artigo 2º, inciso XVIII Lei nº 9.985/2000, considera-se que a ZAI deve corresponder a um raio de 10 quilômetros, a partir dos limites das UC's que possuam Plano de Manejo (CHIMALLI, 2013). Com isso, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA:

⁴ É o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018)

“[...] passou a estabelecer normas relativas ao entorno das unidades de conservação, mencionando que num raio de 10 km qualquer atividade que afete a biota deverá obter licença ambiental, a qual só será concedida mediante a autorização do órgão ambiental responsável pela administração da unidade de conservação” (FERREIRA; PASCUCHI, 2009).

Sendo assim, a ZAI tornou-se um espaço variável no entorno de uma UC, o qual possui regras específicas para minimizar os impactos ambientais negativos em áreas de preservação ambiental, de modo a criar uma harmonia com as localidades vizinhas (IBDF, 1981). Devido à abrangência do SNUC, este instrumento vai então preconizar

“[...] a implementação das ações de forma integrada e sistematizada a fim de que se obtenha maior eficiência dos processos, conforme disposto em seu Capítulo IV – Da criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Mesmo possuindo um artigo que explicita a viabilidade de se gerir unidades de conservação justapostas ou sobrepostas por meio de estratégias integradas e participativas (art. 262), na prática as experiências e resultados não demonstram efetividade” (PECCATIELLO, p. 80, 2011).

Com isso, as UC's no Brasil passaram a ser compreendidas como um espaço territorial com características naturais relevantes. Devido ao seu potencial ecológico, muitos são os estudos realizados, anualmente, sobre essas unidades. Entretanto, a ausência de uma análise sistêmica dos resultados da utilização desse instrumento faz que muitos dados contidos em plataformas sejam faltosos, desencadeando uma fragmentação de informações.

2.2 O Parque Nacional do Caparaó

Em 1880, o botânico Schwacke realizou sua primeira expedição até à região do Caparaó, em busca de dados para compreensão da fauna e da flora do Brasil. Logo mais, em 1911, uma nova expedição de pesquisadores, cientistas e estudantes retornou até o Caparaó para investigar a preservação dos espaços naturais onde hoje se localiza o Parque Nacional do Caparaó. Ambas as expedições, de caráter científico, foram as que deram origem aos primeiros levantamentos das espécies que habitavam a região do Caparaó (SANTOS *apud* SOUZA, 2016).

A ideia de preservação desta área veio a partir de 1920, por meio de uma iniciativa privada da empresa Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Nesta ocasião, a empresa patrocinou uma expedição composta por pesquisadores belgas e brasileiros com o intuito de realizar um levantamento comparativo da natureza nas regiões do Caparaó e da Serra do Itatiaia⁵ (SOUZA, 2016).

A última expedição exploratória da região se deu em 1940, comandada pelo Serviço Florestal Brasileiro que tinha o objetivo de realizar um mapeamento da Serra do Caparaó. O resultado desse estudo científico foi a elaboração de um documento que demonstrava, através de mapas, a devastação da camada vegetal que a área já havia sofrido. Assim, o governo de Minas Gerais criou a Reserva Florestal do Pico da Bandeira, através da Lei nº 55/1948 (SOUZA, 2016).

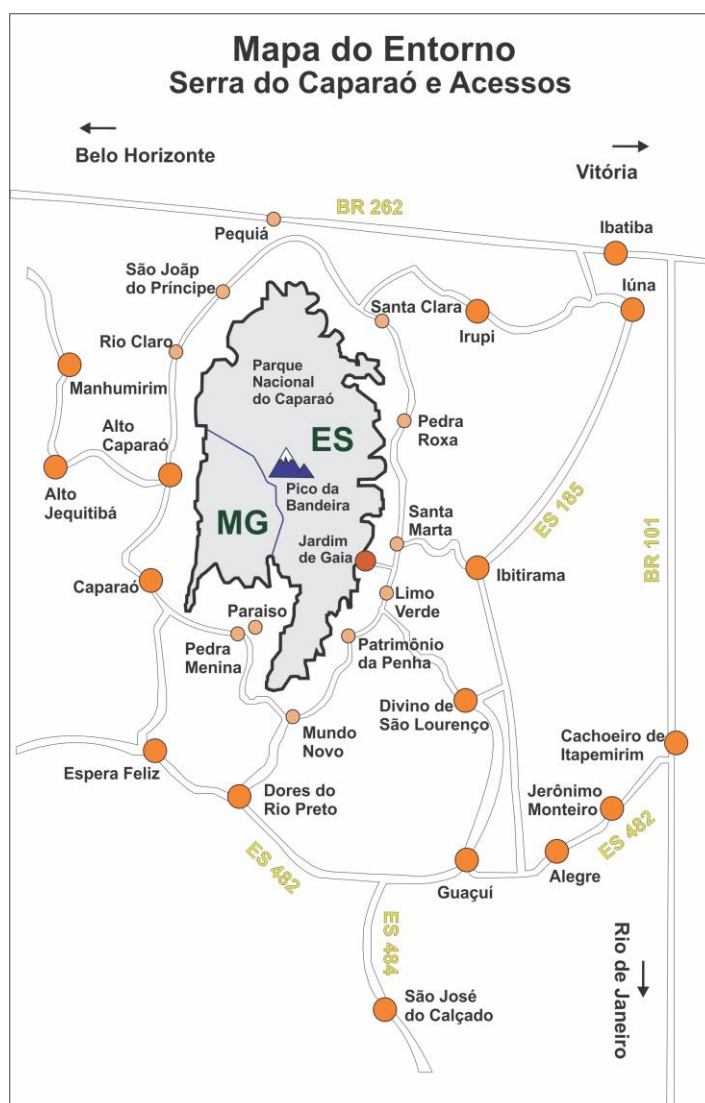
Em 1960, a atuação e a mobilização de diversos atores que reconheciam a importância da criação do parque como um relevante exemplar de área verde fizeram com que o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, sancionasse o Decreto Federal nº 50.646, em 24 de maio de 1961, que reconhecia o Parque Nacional do Caparaó como uma importante área de preservação ambiental no Brasil (ICMBio, 2015).

“Art. 1º Fica criado, na região da Serra do Caparaó, ao lado do Pico da Bandeira, na divisa dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, o Parque Nacional do Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura” (BRASÍLIA, 1961).

⁵ O Parque Nacional do Itatiaia é uma unidade de conservação localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, próximo ao Estado de São Paulo, na Serra da Mantiqueira (ICMBio, 2018).

O Parque Nacional do Caparaó está situado entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Fig. 08) e possui, atualmente, uma extensão territorial de 31.762,93 hectares distribuídos em um relevo irregular com diversas ondulações (ICMBio, 2015).

Figura 08: Limites do Parque Nacional do Caparaó entre os Estados do ES e MG.



Fonte: <<http://www.hospedagenssomdasaguas.com.br/ParqueNacional.aspx>>. Modificado (2018)

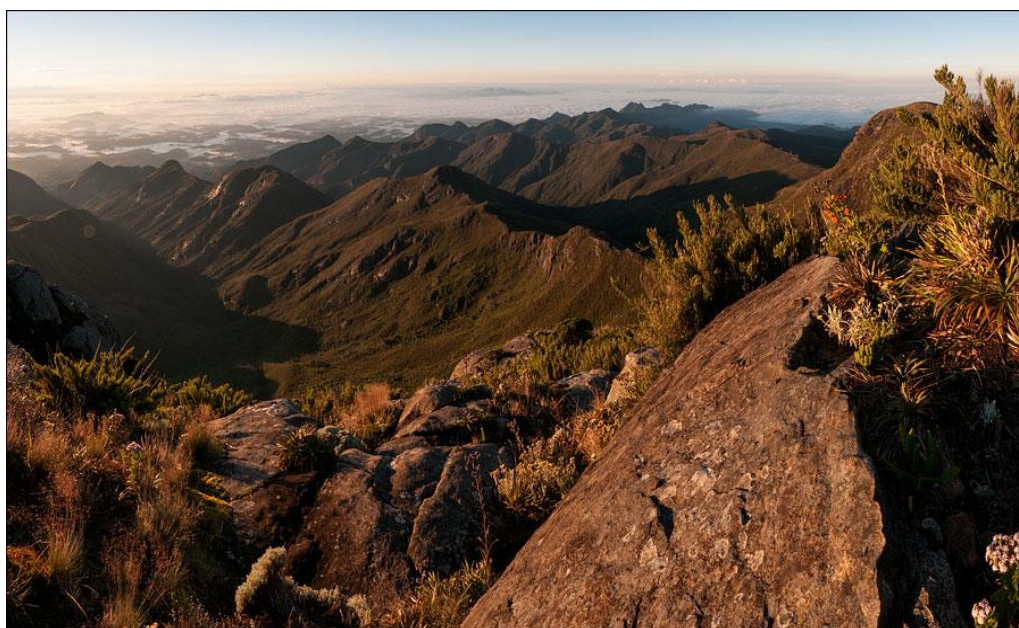
Por se tratar de um reconhecimento ambiental consolidado pós-ocupação urbana, os moradores do entorno do Parque não foram consultados quando se decretou essa porção do território como uma área de preservação ambiental. Surgem, então, as primeiras tensões existentes no território.

“A criação de novos usos para o território, com a instituição de novas regras, muitas das quais anulando as já existentes, provocou de imediato reações adversas por parte de alguns moradores locais. Estes não entendiam as proibições colocadas pela imposição desses novos usos pela legislação, que passaram a interferir em suas práticas cotidianas, deflagrando ações de degradação contra a área e as estruturas que já haviam sido implantadas ali” (SOUZA, p.116, 2016).

Embora todas as ações possuam uma resposta positiva e outrora não, esse reconhecimento dessa porção do território como unidade de conservação impulsionou um passo importante para as áreas verdes do Brasil, pois outras áreas passaram a ter reconhecimento de preservação ambiental.

Atualmente, as UC's do Brasil são administradas pela autarquia federal Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, desde o ano de 2007. Ainda que no Espírito Santo sejam poucas as declaradas, o Parque Nacional do Caparaó se torna importante exemplar de Mata Atlântica. Segundo informações da Fundação SOS Mata Atlântica (2016), existem atualmente apenas 8,5% de área florestal original deste bioma no Brasil, e deste total, 1,05% está inserido dentro do Parque Nacional do Caparaó (ICMBio, 2015).

Figura 09: Vista Panorâmica do Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Flavio Varricchio.

Disponível em: < <http://www.adventurezone.com.br/blog/parque-nacional-do-caparao>>.

Outro fator relevante do Parque diz respeito ao relevo entre vales e montanhas que possibilitou o complexo montanhoso possuir um dos picos mais altos da porção leste do Sul da América Latina, o Pico da Bandeira, com altitude de 2.891,90 metros (Fig. 10), sendo considerado o terceiro mais alto do Brasil, seguidos pelo Pico do Calçado com 2.849 metros, o quinto mais alto, e o Pico do Cristal, com 2.769,70 metros, sendo classificado com o nono mais alto, todos localizados dentro do Parque Nacional do Caparaó (CHIMALLI, 2013).

Figura 10: Pico da Bandeira – Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Disponível em: <adventureoflife.tur.br>

Apesar de gerar alguns conflitos internos, principalmente a aqueles que estejam em seu entorno, o Parque também contribuiu de certo modo para ampliar o reconhecimento da Região do Caparaó e, com isso, tem contribuído para o desenvolvimento econômico com base no turismo que tem gerado aos municípios ao redor uma nova renda, visto que estes têm se tornado uma das principais destinos turísticos do Brasil.

2.2.1 Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó - ES

O plano de manejo é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como:

“Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (ICMBio, p.08 e 09, 2009).

O Art. 27 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina, ainda, que o Plano de Manejo "deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas a fim de promover integração com a vida econômica e social das comunidades vizinhas" (ICMBio - SUNC, p. 21, 2009). Para a implementação de um Plano de Manejo, primeiramente, deve haver um reconhecimento das características determinantes da área a ser considerada uma Unidade de Conservação:

“[...] conhecer o ecossistema, os processos naturais e as interferências antrópicas positivas e negativas que os influenciam ou os definem, considerando o uso que o homem faz do território, analisando os aspectos pretéritos e os impactos atuais ou futuros de forma a elaborar meios para conciliar o uso dos espaços com os objetivos de criação da Unidade de Conservação” (ICMBio, 2018)

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018), após o reconhecimento de determinada área de UC, a comissão responsável pela controladoria das zonas ambientais no Brasil, o ICMBio, tem um prazo máximo de cinco anos para a elaboração de um Plano de Manejo de determinada UC. A elaboração do Plano de Manejo implica em um levantamento e coleta de informações acerca das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais, para que assim sejam tomados decisões e regimentos singulares vigentes para cada unidade.

2.2.2 O Sistema de Unidade de Conservação em relação aos Municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó.

Embora as UCs na categoria de proteção integral sejam poucas as classificadas no Espírito Santo, o Parque Nacional do Caparaó é um exemplo que se destaca. Porém, apesar de uma área verde relevante, esta ainda se torna insuficiente em quantidade de extensão territorial, tornando-se necessário para a preservação da biodiversidade a inclusão de áreas de influência (CHIMALLI, 2013).

“Para as UC de proteção integral, como é o caso do PNC, esse documento conclui que apenas 2% da Mata Atlântica encontram-se protegidos por esta categoria de UC. Ressalta, ainda, o fato de as UC não estarem distribuídas segundo critérios de representatividade ao longo das diferentes regiões. Conclui que isso leva a lacunas de continuidade e reduz, portanto, a sua efetividade na consecução dos objetivos de preservação da biodiversidade (CI et al, 2000). Nesse contexto, sugeriu-se a implementação dos corredores ecológicos para permitir o fluxo gênico e a movimentação da biota, facilitando, assim, a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam áreas com extensão maior do que aquela das UC para sua sobrevivência, conforme preconiza a Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), também conhecida como Lei do SNUC” (ICMBio, p. 32, 2015).

Os Municípios que englobam as UCs do Parque Nacional do Caparaó são: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó e Espera Feliz, totalizando 20,6% (Estado de MG), e Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto Ibitirama, Irupí, e Iúna totalizam 79,4% (Estado do ES). Na tabela, consta o percentual de áreas existentes no parque em relação ao território municipal e o percentual de área do parque dentro dos municípios que englobam as zonas de amortecimento do Parque Nacional do Caparaó.

Tabela 02: Municípios nos quais incide a UC e algumas de suas características.

Município	População IBGE, 2007	População Rural - IBGE 2001	População Urbana - IBGE 2001	Área Do Município (ha)	Área da UC no Município (ha)	Porcentagem da UC no Município (%)
Divino de São Lourenço	4.837	3.205	1.612	17.579	1.979	7,64
Dolores do Rio Preto	6.106	3.003	3.185	15.311	2.474	9,55
Ibitirama	8.994	6.601	2.610	32.945	8.572	33,11
Irupí	10.369	6.817	3.537	18.443	283	1,09
Iúna	25.533	12.237	13.875	46.052	5.323	20,56

Fonte: Adaptada pelo Autor. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/uc/584417>>.

Os municípios que possuem áreas inseridas no Parque e/ou estejam dentro do limite da zona de amortecimento de impacto devem atender as normas estabelecidas pelo Plano de Manejo vigente (Ver as normas em anexo):

Ainda que o Plano de Manejo não seja o único instrumento regulamentador de uma UC, este é considerado de grande importância no que tange os interesses e as vigências da área de preservação. Mas, para que haja uma resposta satisfatória quanto à preservação, é necessária a participação da população durante as revisões desse instrumento e as comunidades estabelecidas nesta região para que, assim, sejam elaboradas as vigências em comum acordo aos interesses da UC e da população do entorno.

2.3 Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) tem como finalidade instrumental respeitar os interesses sociais, garantindo a população o direito ao espaço urbano de qualidade. O PDM define o Poder Público como mentor na atuação da gestão da cidade, oferecendo aos habitantes a oportunidade de atuação conjunta na tomada de decisões para uma melhor condição da organização das cidades e qualidade de vida aos cidadãos (DORNELAS, 2011).

Em 10 de julho de 2011, foi sancionada a lei Federal que regulamenta o Estatuto da Cidade, que responde aos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Dentro das atribuições do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é o documento principal e decisivo na Política Urbana, sendo este considerado o instrumento básico do desenvolvimento urbano das cidades.

“O Plano Diretor é acima de tudo um pacto com a população e seu território. É um instrumento valioso para organizar os espaços da cidade, os equipamentos urbanos, fortalecer o potencial de renda de cada lugar. Ele prepara cada município para a participação ativa dos moradores. Para que a comunidade eleve suas necessidades para assim serem resolvidas” (CARVALHO, p. 18, 2014).

A Constituição Federal, então, destaca em seu Art. 182 §1º o Plano Diretor como sendo um instrumento básico da política urbana.

“Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo

ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 2018)

Embora seja um instrumento complexo que irá estabelecer escopo para o regimento municipal, a cada cinco anos o Plano Diretor deve ser passado por revisões que irão fazer adaptações às novas exigências comunitárias. Assim, torna-se um documento de uso contínuo que irá atender e ordenar o crescimento das demandas da cidade em prol dos benefícios da sociedade.

2.3.1 Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço

O Plano Diretor Municipal é um [...] instrumento básico da política urbana e territorial do Município e integra o sistema de planejamento municipal [...] de diretrizes orçamentárias e [...] do orçamento municipal (BRASIL, art.182, 2001). Sendo assim, o PDM deve garantir à população o bem-estar coletivo, cumprindo as funções sociais básicas exigidas por lei, como: garantia a moradia, transporte, saneamento, saúde, educação, lazer e trabalho.

No PDM vigente no Município de Divino de São Lourenço, este instrumento deve ser "parte integrante de um processo contínuo de planejamento e gestão municipal, em que estão assegurados os objetivos e as diretrizes definidas nesta Lei" (PDM de Divino de São Lourenço, p. 22, 2008).

Divino de São Lourenço estabelece como sendo seus princípios fundamentais para a política urbana territorial:

- “Promoção da justiça social, da erradicação da pobreza, da erradicação da exclusão social e redução das desigualdades sociais e regionais;
- Promoção do município sustentável para todos, valorizando os aspectos relativos à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações;
- Respeito as funções sociais da propriedade;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- Transferência para a coletividade da valorização imobiliária inerente à urbanização;
- Universalização da mobilidade e acessibilidade;
- Prioridade ao transporte coletivo público e ao não motorizado;
- Organização da circulação garantindo a paz no trânsito;

Preservação e recuperação do meio ambiente natural;
 Fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle da Política Urbana;
 Descentralização da Administração Pública;
 Gestão democrática, mediante participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade nos processos de decisão, planejamento, formulação, execução, acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento urbano e territorial do Município;
 Estímulo ao surgimento de novos negócios, especialmente daqueles que se enquadram nas vocações do Município, em especial ao agronegócio.”
 (PDM de Divino de São Lourenço, p. 09 2008).

Ao analisar as propostas estabelecidas nos princípios fundamentais para política territorial dessa municipalidade, deparamo-nos com o termo "promoção da sustentabilidade". Entretanto, esse termo não se estende às questões que tangem a sustentabilidade ambiental do espaço, uma vez que parte desse território municipal está inserida dentro de uma Reserva Biológica Natural do Parque Nacional do Caparaó e ele não destaca esta área verde em seu PDM.

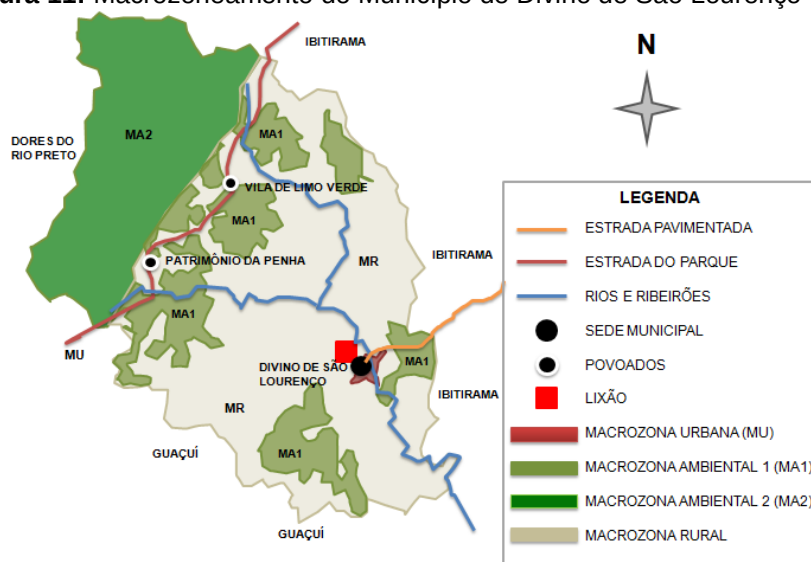
Ainda em seu art. 3º, o PDM reafirma o cumprimento da função social, citando que os habitantes devem ter acesso [...] XIII. Ao meio ambiente preservado e sustentável; (PDM de Divino de São Lourenço, p.11, 2008). Porém, as citações das iniciativas da gestão municipal são expostas de forma generalizada em uma questão que deve ser discutida de forma singular dentro do espaço, uma vez que Divino de São Lourenço tem parte de sua área territorial assegurada por outro instrumento de âmbito federal, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó, que ambos devem possuir um diálogo quanto ao cumprimento de suas legislações, de forma a promover a então "sustentabilidade ambiental Municipal".

Como medida para melhorar a fiscalização e controle nas zonas urbanas rurais do município, criou-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Rural - COMDUR, órgão responsável pelo acompanhamento e assessoramento das políticas públicas urbanas e rurais da região. O Art. 36 constitui os princípios básicos do ordenamento territorial:

“Expressar geograficamente as diretrizes de desenvolvimento do Município através do Macrozoneamento Municipal para o território municipal e do Zoneamento Urbano definido para as áreas urbanas do município.
 Estabelecer relações de complementaridade entre a área urbana e a área rural. Valorizar o patrimônio cultural e ambiental” (PDM de Divino de São Lourenço, p. 25, 2008).

Quanto ao Macrozoneamento de Divino de São Lourenço (Fig. 11), o PDM ressalva no Art. 43 que: “[...] tem como objetivo buscar o desenvolvimento sustentável do território, como instrumento não apenas restritivo, mas também propulsor do desenvolvimento, visando à otimização [...]” (PDM de Divino de São Lourenço, p. 27, 2008).

Figura 11: Macrozoneamento do Município de Divino de São Lourenço – ES



Fonte: Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço (2008). Modificado pelo autor

No PDM de Divino de São Lourenço, é possível perceber que boa parte das atribuições deste instrumento é aplicada de maneira abrangente no município, inclusive estendendo-se ao Patrimônio da Penha que possui características específicas por estar inserido dentro de uma zona de amortecimento do Parque Nacional do Caparaó onde existem limitações quanto ao uso do solo, e, mesmo assim, são poucas as ponderações existentes para essa área no PDM deste Município.

Embora o Plano Diretor Municipal tenha como objetivo a garantia do bem-estar coletivo a partir de um ordenamento territorial, em muitos casos a administração pública trata este documento técnico de maneira geral, focando mais nas atribuições à sede municipal, sendo que cada parte desse território possui características diversificadas e que exigem um olhar particular na elaboração de suas diretrizes para o zoneamento territorial, usando para tanto ferramentas auxiliares no momento da elaboração destes.

3. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO

O objetivo deste capítulo é compreender a área de Patrimônio da Penha, em que serão apresentados mapeamentos, diagnósticos, síntese e setorização do território. Serão abordados, também, estudos voltados ao patrimônio ambiental urbano e aos aspectos socioeconômicos, que permeiam a localidade.

3.1 A Comunidade de Patrimônio da Penha enquanto território

Segundo Lamas (2007), o território é "[...] a extensão da superfície terrestre na qual vive um grupo humano, ou melhor, o espaço construído pelo homem. [...] É o espaço onde o homem exerce sua ação [...]" (p.63). Desse modo, a geografia do espaço vai determinar a forma urbana⁶ do território a ser criado a partir das interferências ocorridas pelo homem.

Atualmente, o termo paisagem natural pouco se aplica dentro do território, uma vez que as ações do homem têm modificado a estabilidade das áreas verdes, porém o que difere as ações no espaço são "[...] essencialmente ao seu modo de utilização: em ambos os casos o homem actua sobre o território, para nele viver, exercer atividades" (LAMAS, p. 63, 2007). Neste caso, o sítio geográfico⁷ do espaço vai determinar, a partir de suas características, a gênese morfológica que irá, então, estabelecer a forma urbana desse território.

Todavia, o território é o palco principal de exposições das ações do homem, é nele que as diversidades entre os atores, os grupos sociais, uso da paisagem e as apropriações do solo darão contorno à geografia humanística⁸ de determinada região. Desse modo, o espaço ocupado "[...] se transforma em lugar, quando adquire definição, valor e significado para o grupo humano que o ocupa, gerando, assim, uma identificação e uma sensação de pertencimento" (SANTOS p.119, 2014).

⁶As formas urbanas não têm apenas a ver com a concepção estética, ideológica, cultural ou arquitetônica, mas encontram-se, indissociavelmente, ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos (LAMAS, p. 28, 2007).

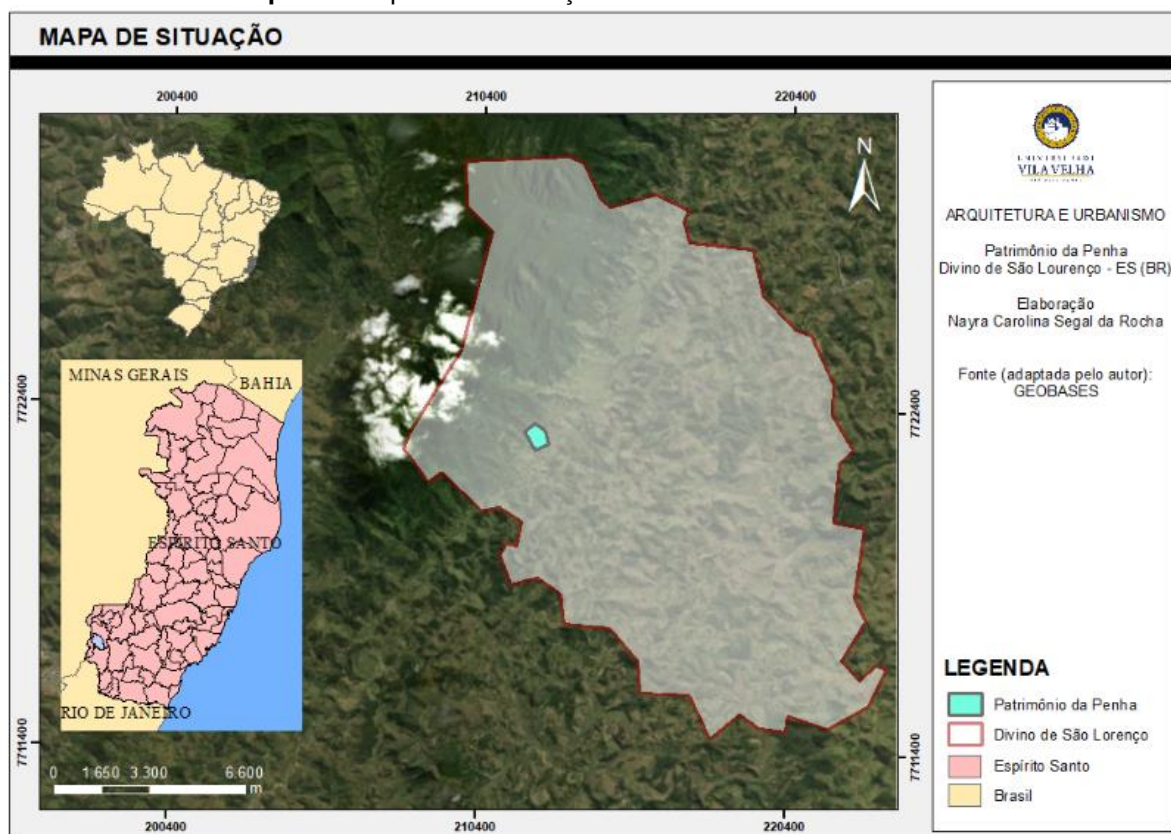
⁷ Relação singular que existe entre certa situação local e as construções que estão nesse lugar (LAMAS, p. 64, 2007).

⁸O conceito possui papel de destaque e se constrói a partir das relações afetivas dos homens com o espaço ocupado (SANTOS, p. 119, 2014).

Por se tratar de um organismo vivo, as cidades sofrem, constantemente, modificações e novas adaptações, isso ocorre em razão da função física do espaço e da diversidade cultural que habita determinada região, dessa forma, a cidade se torna o reflexo da população que nela habita.

Considerando os aspectos territoriais, o Patrimônio da Penha possui uma localização estratégica no que se refere à paisagem natural, pois está situado a aproximadamente 1 quilometro dos limites do Parque Nacional do Caparaó (Mapa 01). Este pequeno povoado possui, aproximadamente, quinhentos habitantes, segundo informações contidas no cadastro dos agentes de saúde municipal, distribuídos em uma extensão territorial de 216.961,50 m².

Mapa 01: Mapa de Localização de Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor e elaborador.

Com a aprovação da Lei 9.985/2000, já mencionada anteriormente, Patrimônio da Penha passa a estar inserido na zona de amortecimento de impacto do Parque Nacional do Caparaó, sendo assim, o território passa a ter a necessidade de dialogar as apropriações do uso do solo com o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação (Ver Capítulo 2).

Embora a Comunidade de Patrimônio da Penha (Fig. 12) já possuísse uma pequena ocupação anteriormente, foi somente a partir de 1990⁹, com a chegada dos primeiros “forasteiros” vindos de diversas regiões do país, que o Patrimônio da Penha começou a ter seu reconhecimento como lugar acessível para se viver em harmonia com a natureza. Esses novos habitantes vieram atraídos pelas paisagens e a busca por uma nova alternativa de vida (MASSINI, *et al*, 2015).

“No que concerne às motivações que levaram os novos moradores à região, foi possível identificar que foram vários fatores responsáveis por esse processo. Entre estes estavam o desejo de viver em uma comunidade alternativa, mais justa e sustentável [...], a vontade de estar em maior contato com a natureza [...], além do desejo de uma vida mais tranquila distante dos grandes centros urbanos, em um ambiente menos violento e menos impregnado pelo consumismo [...]” (SOUZA, p. 122, 2016).

Figura 12: Vista aérea de Patrimônio da Penha - ES



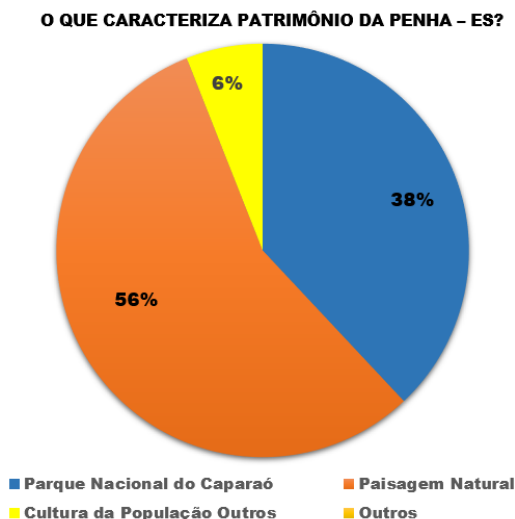
Fonte: Marco Venicio Freire (2017). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=X8S95g46NGU>>

Reafirmando a importância da paisagem natural de Patrimônio da Penha, durante a aplicação do questionário, ao serem questionados sobre o que caracteriza o Patrimônio da Penha, os entrevistados, em sua maioria, disseram - paisagem natural- seguido do Parque Nacional do Caparaó. Esses dados possibilitaram a

⁹ Devido à ausência de dados concretos sobre a chegada dos primeiros “forasteiros” até Patrimônio da Penha, adotou-se para este estudo o ano de 1990, devido a maior consistência de informações dessa época.

constatação da importância e tamanha relevância que a paisagem natural, advinda da potencialidade do Parque Nacional, intervém ao caracterizar a Comunidade.

Gráfico 01: O que caracteriza Patrimônio da Penha a luz dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O fator que mais contribuiu para a vinda dos novos moradores foi a recepção, em 1991, da edição do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), que atraiu cerca de quinhentas pessoas até a região. Segundo os organizadores, esse evento possibilitou a abertura de Patrimônio da Penha aos seguidores da filosofia de vida “alternativa” voltada à sustentabilidade urbana, a busca pela proximidade com a natureza e uma vida afastada do caos das cidades grandes. (Fig. 13).

"O ENCA teve importante papel no estímulo à chegada de mais alternativos ao Patrimônio da Penha. Foi a partir desse encontro que contou, segundo relatos de alguns entrevistados, com mais de quinhentas pessoas vindo de várias partes do país e até mesmo do exterior, que os participantes tiveram de conhecer a região, percebendo as belezas naturais locais e tendo maior contato com a natureza preservada do parque e de parte de seu entorno" (SOUZA, p. 121, 2016)

Figura 13: Encontro Nacional das Comunidades Alternativas (ENCA).



Fonte: Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/vrindabr/2684394868>>

Atualmente a Comunidade de Patrimônio da Penha tem sido palco de atuação de três principais atores: os moradores nativos, os alternativos e o poder público. Entretanto, devido à omissão de um posicionamento do poder público municipal, este ficou à mercê de quaisquer esclarecimentos sobre a atuação na Comunidade de Patrimônio da Penha. Ao intitular os novos moradores como “alternativos”, esclarecemos que essa denominação é de conhecimento dos próprios, em razão das práticas de suas filosofias de vida (SOUZA, 2016).

"A chegada dos novos moradores, com hábitos culturais e percepções diferenciadas acerca da natureza, especialmente se comparados aos hábitos culturais e percepções dos moradores nativos, produziu, de imediato, sentimentos de incertezas e desconfianças nos nativos, além de causar alguns conflitos entre os grupos, como consequência dessas diferenças. O início da convivência entre os grupos foram marcadas por embates, pois, enquanto os alternativos vinham como uma visão de mundo e de natureza pautada essencialmente pelo preservacionismo, os nativos já contavam também com uma cultura própria, com hábitos já enraizados, muitos dos quais associados à extração e uso dos recursos naturais existentes em seu território" (SOUZA, p. 122, 2016).

Embora haja uma diferenciação no modelo de vida praticado pelos dois grupos atuantes – alternativos e nativos -, existe uma boa relação entre ambos dentro do território. Entretanto, as diferentes percepções voltadas ao uso do espaço fazem

com que o modelo de vida estabelecido pelos alternativos agregasse à cultura enraizada dos moradores locais, o que possibilitou, sobretudo, a soma de suas diferentes visões sobre o território.

3.1.1 A Paisagem Natural e os Recursos Ambientais de Patrimônio da Penha

Ao discutirmos as questões ambientais, devemos partir do princípio de identificação das características geomorfológicas de determinado sítio, é nesse momento que a infraestrutura da paisagem se torna importante. Mascaró (2008) vai, então, definir a paisagem como sendo:

"[...] um espaço aberto que se abrange com um só olhar [...] uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana), no qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelo homem" (MASCARÓ, p. 15, 2008)

Além disso, Mascaró destaca, também, que, "todo sítio tem na topografia uma de suas características principais" (MASCARÓ, p. 02, 2008). Essa condicionante está ligada ao relevo, o qual vai determinar o traçado do território em suas diferentes escalas.

No caso de Patrimônio da Penha, o relevo entre vales e montanhas atribuídos à paisagem natural passou a ser visto como condicionante para a promoção do bem-estar coletivo e a boa relação do homem com a natureza, pois este passou a compreender a importância da preservação do lugar, além de ter impulsionado o incentivo ao turismo ecológico na região.

Entretanto, não se pode deixar de destacar, nesse contexto, a direta influência do Parque Nacional do Caparaó para a preservação ambiental dessa porção do território, pois é devido às legislações estabelecidas pelo plano de manejo que tem assegurado os resquícios de Mata Atlântica nativa.

"Aquele lugar (destino turístico) que é encontrado intacto, sutilmente começa a ser transformado, em pequenas ações e atitudes de moradores e turistas que começam a alterar o sentido do pequeno povoado, voltando os olhos para a renda que pode ser gerada pelo turismo" (MASSINI, p.69, 2017).

Por estar situada dentro da ZAI de uma UC, em Patrimônio da Penha, podemos perceber o reflexo dessa diversidade paisagística, principalmente, no que diz respeito aos recursos disponíveis no parque, que se estende até a localidade, em questão que possibilita a criação de um corredor ecológico nesse território.

"A Serra do Caparaó é uma das mais representativas áreas de preservação de Mata Atlântica em território capixaba. O parque possui uma fitofisionomia singular de campos de altitude (tipo de vegetação peculiar, cujas características são fortemente influenciadas pela condição do solo, clima e altitude do maciço do Caparaó) e constitui relevante patrimônio geológico além de proteger nascentes de três importantes bacias hidrográficas (rios Itabapoana, Itapemirim e Doce) e diversas espécies endêmicas da fauna e flora ameaçada de extinção" (GOBBO, *et al*, p. 351, 2016).

A partir de um estudo sobre as áreas de preservação permanente (APP) (Fig. 14) que se encontram no entorno do Parque Nacional do Caparaó, percebeu-se a existência de um grande percentual de vegetação a ser preservado nos topos dos morros e montanhas da região (CHIMALLI, 2013).

"No Brasil, as APP têm sofrido intensa degradação devido às pressões antrópicas sobre o ambiente, observando-se a substituição das paisagens naturais por outros usos e ocupações da terra e a conversão de áreas com cobertura florestal em áreas com fragmentos florestais (Moreira et al., 2015). As atividades agropecuárias constituem uma das principais causas de transformação da paisagem natural e, no caso do Parque Nacional do Caparaó, a expressiva participação das classes cafezal, pastagem e lavouras de subsistência na composição da paisagem (77,46% da área) mostra o intenso processo de antropização sofrido pelo parque" (GOBBO, *et al*, p. 06, 2016).

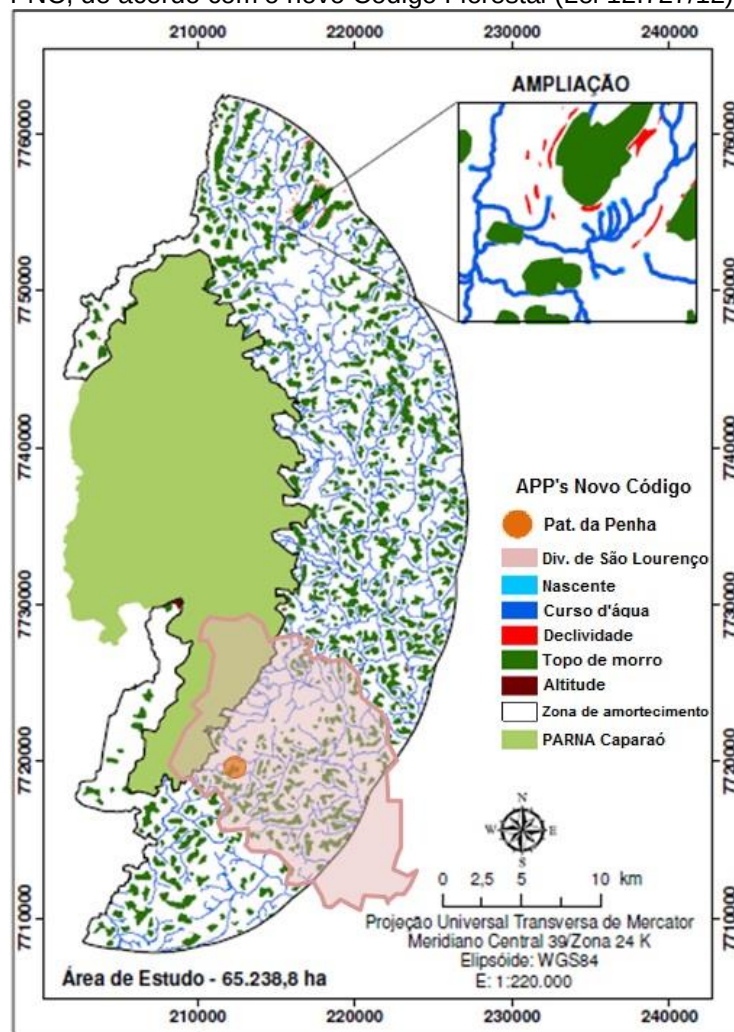
Nota-se que o território possui uma cobertura vegetal mista "[...] marcada pela presença de matas intercaladas com pastagens, áreas de culturas agrícolas temporárias e permanentes, e por áreas urbanizadas e corpos de água" (MASSINI, p.63, 2017).

Um dos grandes problemas enfrentados nessas áreas é a expansão da agropecuária que, desde o início da ocupação desse território, durante o século XIX, vem desmatando as áreas de vegetação nativa para maior espaço de pastagens.

As áreas de preservação permanente (APP) têm a finalidade de exercer a preservação dos "[...] recursos hídricos, a paisagem, a instabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora, o solo e assegurar o bem-estar da

população [...]” (CHIMALLI, p. 29, 2013). Esse conjunto de fatores só se torna eficiente a partir da cobertura vegetal natural.

Figura 14: Mapa das Áreas de Preservação Permanente no entorno capixaba do PNC, de acordo com o novo Código Florestal (Lei 12.727/12).



Fonte: CHIMALLI, 2013. Adaptado pelo autor (2018).

Entretanto, devido ao fato de o Patrimônio da Penha estar situado em uma área de elevada altitude de aproximadamente 690 metros juntamente com a aproximação com o Parque Nacional do Caparaó, foi possibilitada a preservação de uma considerável parte seus recursos naturais.

Atualmente, Patrimônio da Penha se tornou um importante circuito turístico da região do sul do ES, e isso se deu em razão de sua singularidade ambiental e a nova cultura de vida, que tem se disseminado na Comunidade. Devido a isso, o vilarejo comum se tornou dinâmico a partir das atividades disponíveis diariamente pela

população. Hoje, quem visita a Comunidade tem a possibilidade de fazer trilhas pela mata, usufruir de cachoeiras, além das programações encontradas dentro da parte urbana da cidade.

3.1.2 Aspectos Socioeconômicos da Comunidade de Patrimônio de Penha

Como visto anteriormente, a agricultura cafeeira e a pecuária leiteira ainda são os pilares da economia do Município de Divino de São Lourenço e arredores, entretanto, com a visibilidade turística na região de Patrimônio da Penha, passa a emergir uma nova alternativa econômica - a economia criativa -, que vai se estabelecer a partir da combinação de dois valores, os econômicos e os culturais.

Segundo Klamer (2016), "a economia criativa é um conceito emergente, prestes a substituir a noção popular de economia informacional e de conhecimento [...]" (p. 07). O economista afirma, ainda, que "não importa quão criativos indivíduos possam ser, seus esforços serão inúteis se eles não encontrarem o local para crescer" (p. 08). Além disso, esse modelo econômico está diretamente relacionado ao modelo de comunidade:

"As comunidades se referem a espaços compartilhados que pessoas e organizações têm acesso, uma vez que elas desenvolvem atividades de conexão e associação. A associação usual é com as comunidades que cercam vilarejos" (KLAMER, p. 08, 2016).

Atribuir esse modelo econômico ao Patrimônio da Penha se deu devido ao modo de vida adotado pelos moradores, que fazem de suas habilidades pessoais e familiares uma nova fonte econômica que tem movimentado o setor na região. A economia criativa é um dos setores mais dinâmicos e com maior potencial para a geração de empregos e renda no século XXI.

"[...] O Brasil é um país rico em produção cultural [...] Setores como turismo, cultura, artesanato, designer, gastronomia, serviços de arquitetura, produção de software, por exemplo, estão diretamente ligados à economia criativa [...]" (BARRETO; *in* CIDADES CRIATIVAS, p. 16, 2011).

Além do mais, outra característica desse modelo econômico é uso do espaço público como palco das manifestações artísticas, devido às ações culturais serem um dos pilares da criatividade imposta pelo setor (Fig. 15 e 16).

Figura 15: Ações culturais Circo Teatro em Patrimônio da Penha – ES.



Fonte: Willian Rodrigues. Disponível em: < <http://circoteatrocapixaba.blogspot.com/2013/01/>>.

Figura 16: Manifestações artísticas expostas nas fachadas comerciais e o uso do espaço público para exposição e comercialização de artesanatos na Comunidade de Patrimônio da Penha - ES

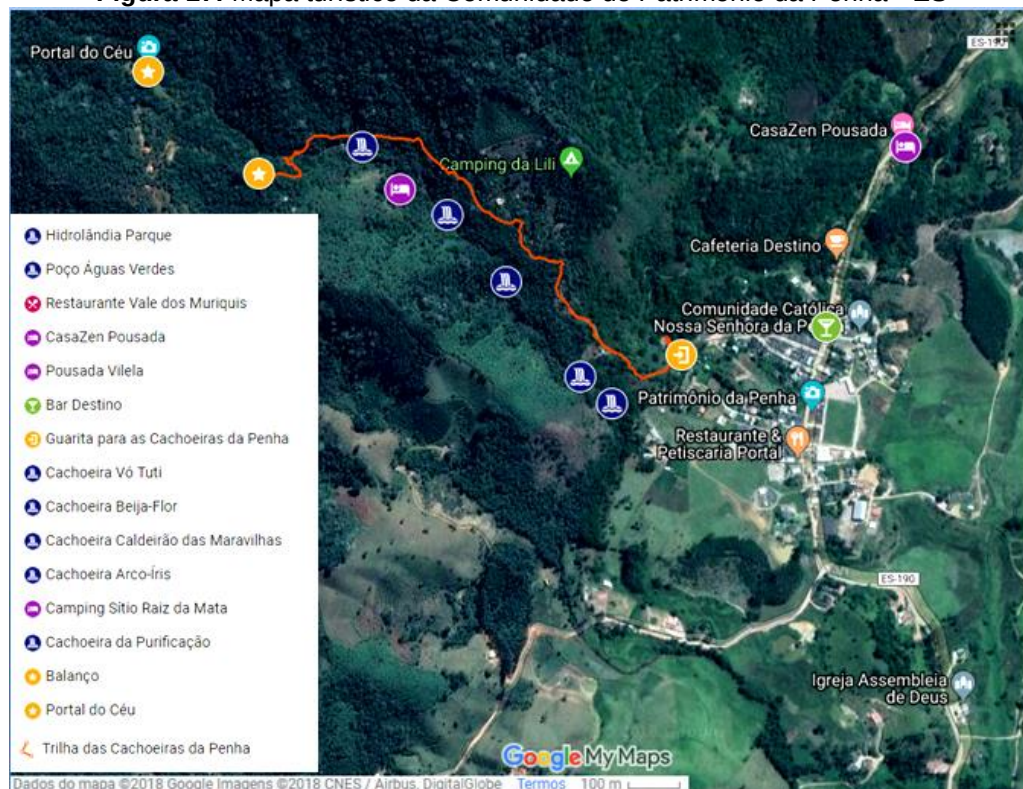


Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Além das práticas artísticas, outra questão tem movimentado a economia da região: a prática do turismo sustentável, que tem a finalidade de alcançar uma ligação harmônica entre o homem - espaço - natureza. Segundo Magalhães (2002), o turismo sustentável é aquele que respeita os princípios básicos do desenvolvimento econômico, equilibrando o interesse financeiro, respeito ambiental e as comunidades locais.

A partir do mapa, a seguir, é possível perceber a influência do turismo, aliado a paisagem natural presente na Comunidade de Patrimônio da Penha (Fig. 17). A soma desses fatores tem possibilitado um acelerado processo de desenvolvimento da região por investidores externos atraídos para a localidade.

Figura 17: Mapa turístico da Comunidade de Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Google Maps (2018). Disponível em: <

<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1fzQXbcTxiyVL3QWvBUHmzMObUI&ll=-20.58222896317948%2C-41.7656398679884&z=16>>

Desse modo, é perceptível que este novo modelo econômico tem estado presente na Comunidade de Patrimônio da Penha, onde é possível notar a presença de artesãos expondo suas artes no espaço público, comercialização de produtos orgânicos e naturais oferecidos pelos feirantes, a abertura de comércio com produtos regionais, além da motivação de novos empreendedores que chegaram à região e trouxeram consigo uma nova gastronomia, o uso sustentável da prática arquitetônica, comercialização de produtos regionais, além da promoção do turismo sustentável, em benefício da abundância de recursos naturais disponíveis na região (Fig. 18).

Figura 18: Prática do turismo sustentável - Observatório das aves. Patrimônio da Penha - ES



Fonte: SILVA, Sullivan (2017). Disponível em: <
https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/revista_ag/2017/12/as-muitas-faces-de-patrimonio-da-penha-o-point-dos-turistas-1014109647.html>

Associar esses fatores econômicos locais ao crescente aumento da prática do turismo sustentável significa equilibrar o desenvolvimento econômico e social, visando preservar os recursos naturais e promover a preservação da paisagem natural. Assim, levando em consideração a relação do homem com espaço, Castriota (2015) defende:

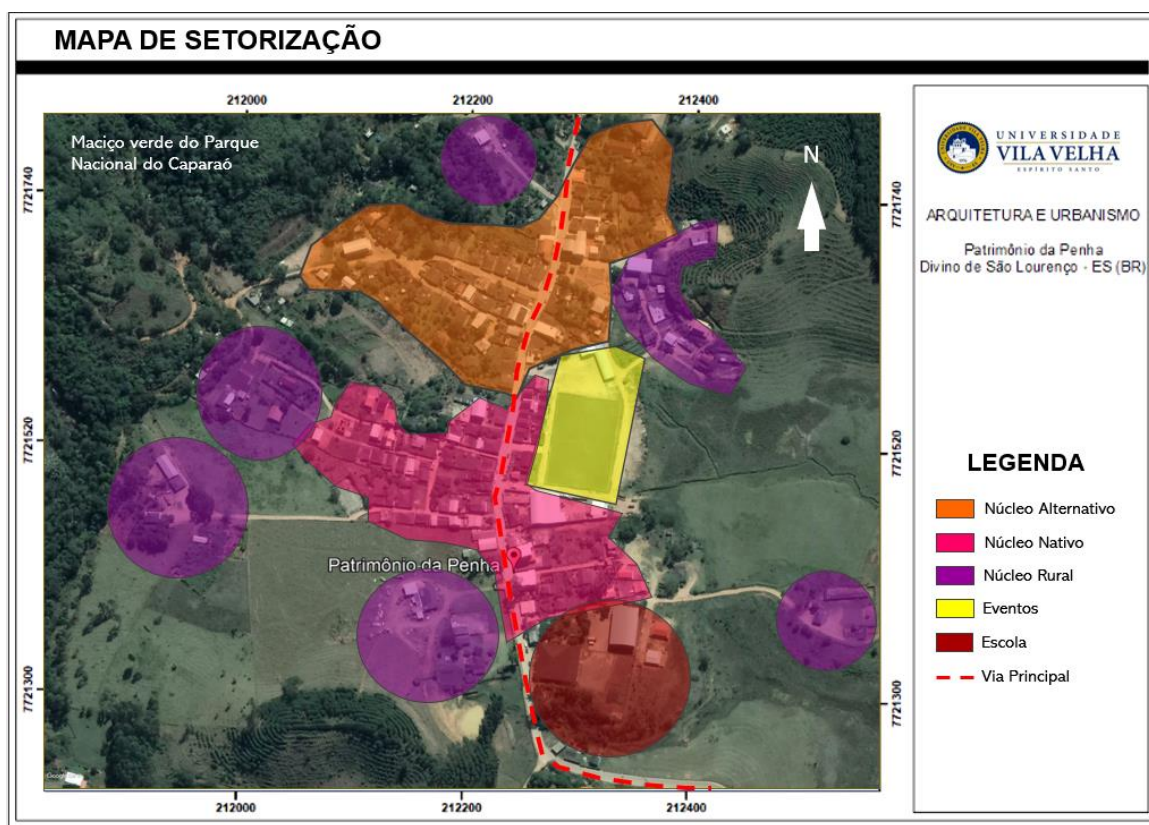
"A integração entre as estruturas de preservação do ambiente humano e de proteção do patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade em um sistema apenas, é um desafio a ser encarado pelos atores envolvidos nestas questões. Preservar o ambiente significa preservar o patrimônio ambiental urbano e a qualidade de vida dos cidadãos. Sistemas de indicadores de sustentabilidade serão eficazes e eficientes se houver uma estrutura que considere todas as dimensões da sustentabilidade" (CASTRIOTA, p. 15, 2015).

A atribuição de todos os fatores citados acima faz com que a economia hoje não se encontre somente nas práticas tradicionais da agropecuária, mas nas novas potencialidades naturais e culturais da região do Caparaó, sobretudo, no Patrimônio da Penha, que se apoiou no reconhecimento da rota turística ao Parque Nacional do Caparaó para se promover por meio de seus atrativos naturais, haja vista que essa modalidade turística tem sido uma importante fonte da economia local e tem permitido a circulação de pessoas pela Comunidade.

3.1.3 Setorização da poligonal de Intervenção

Ao percorrer o Patrimônio da Penha, é perceptível a influência de dois grupos atuantes na Comunidade, os nativos e alternativos. Além disso, por se tratar de uma ocupação com um caráter ainda ruralista, é notória a presença de algumas propriedades rurais no entorno do núcleo urbano (Mapa 02).

Mapa 02: Mapa e setorização de Patrimônio da Penha – ES.



Fonte: Google Earth (2018). Elaborado pela autora.

Ainda que seja um pequeno povoado circundado por propriedades de terra, é possível observar uma segregação cultural decorrente do modo de vida adotado pelos moradores nativos e alternativos. A partir do mapa acima, a área de destaque em cor laranja é onde se concentra a maior parte dos moradores que se autodesignam alternativos, nessa parte da Comunidade, é possível notar a presença de manifestações artísticas nas fachadas, algumas edificações são construídas com técnicas tradicionais, além de ser o local onde há a exposição de produtos artesanais e orgânicos produzidos por estes (Fig. 19 e 20).

Figura 19: Manifestações artísticas nas fachadas e comercialização de artesanato (esquerda) e edificação com padrões arquitetônicos local (direita). Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Figura 20: Comercialização de produtos orgânicos. Patrimônio da Penha – ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Na delimitação em cor de rosa, fica o núcleo nativo onde há a concentração dos moradores que sempre viveram em Patrimônio da Penha, é onde possui maior adensamento das edificações, pois concentra o comércio, escola, igreja etc. Nessa parte da Comunidade, é possível perceber que as tipologias arquitetônicas são mais tradicionais, com edificações de até três pavimentos, utilização de materiais

metálicos nas construções, há a presença de galpões de armazenamento, além da construção de um posto de gasolina (Fig. 21).

Figura 21: Núcleo Nativo. Patrimônio da Penha – ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Outro fator relevante é a destinação de uma área de eventos, pois, ainda que seja uma Comunidade em fase de desenvolvimento, o local possui infraestrutura básica para atender as demandas das programações do Patrimônio da Penha.

Com a setorização da Comunidade de Patrimônio, foi possível identificar os usos e apropriações dos atores na região e observar como estes utilizam o território. Em entrevistas concedidas por eles, muitos dos entrevistados reconhecem que há uma divisão cultural na Comunidade desde a vinda dos “alternativos”, entretanto esse episódio ajudou a criar em Patrimônio da Penha uma nova identidade para o lugar a partir da filosofia de vida adotada por estes.

3.2 A morfologia urbana do território de Patrimônio da Penha - ES

O termo morfologia é utilizado, segundo Lamas (2007), "para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que vai estudar as formas, integrando-as com os fenômenos que lhes deram origem" [...] (p. 37). Assim, "a morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura" (p.37).

A morfologia urbana engloba, em seus levantamentos, uma diversidade de áreas de conhecimentos. Além da arquitetura, são utilizados, também, os estudos econômicos, históricos, geográficos, sociais, dentre outros, a fim de contribuir para o conhecimento da forma urbana¹⁰ de determinado território.

É importante salientar que, ao tratarmos de território, devemos analisar os elementos morfológicos do espaço, este, por sua vez, deve estar relacionando diretamente a escala de análise com a concepção do espaço.

"Os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, edifício, fachadas e planos marginais, monumentos isolados. As diferenças resultam no modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para construir o espaço urbano. Neste caso preciso, as diferenças ditadas antes do mais por diferentes atitudes culturais. Esta será parte da explicação das formas. A mudança do contexto vai mudando as formas pela necessidade de resposta a situações diferentes" (LAMAS, p. 48, 2007).

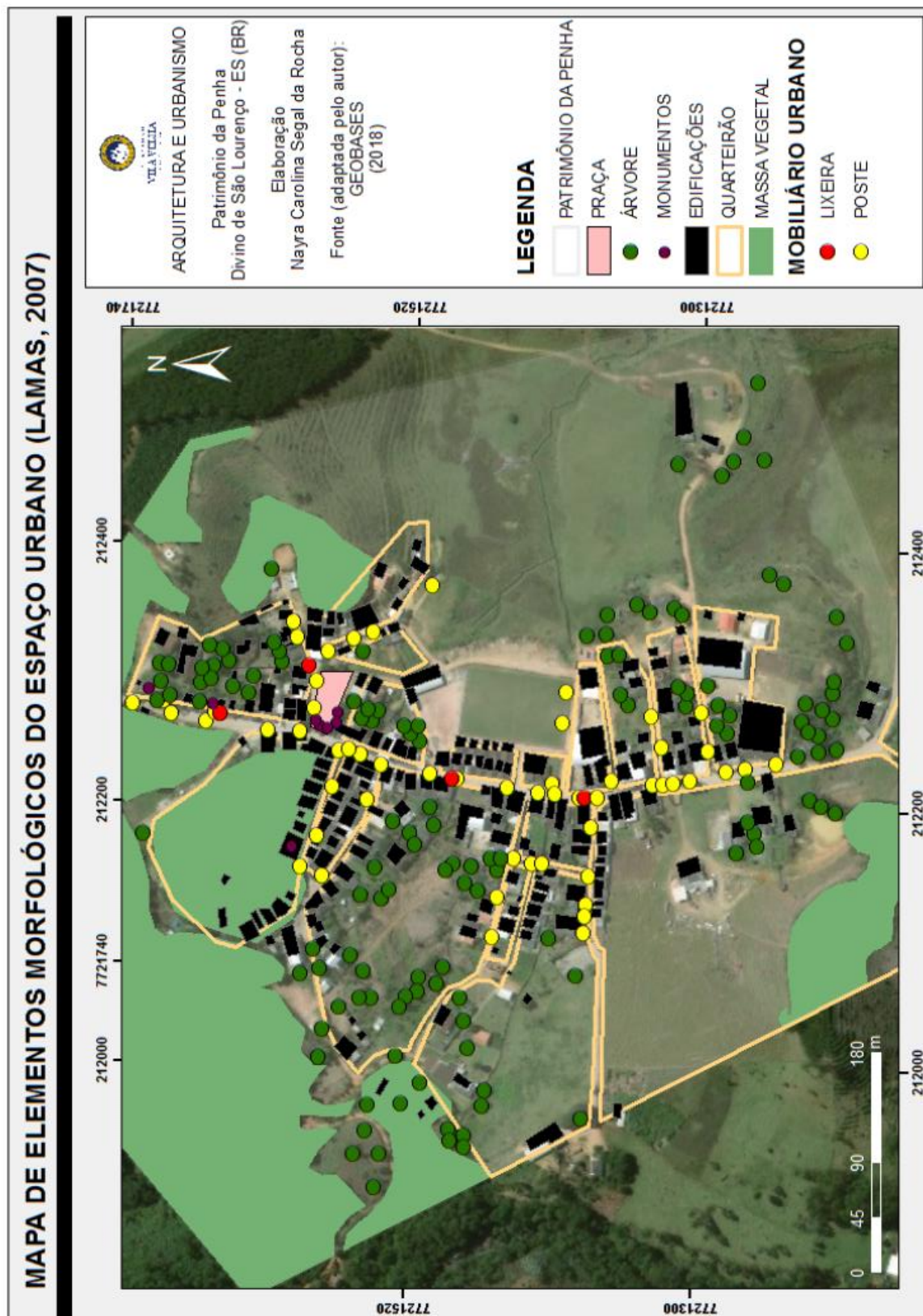
Sendo assim, a morfologia urbana do território contribui para que o desenho urbano, além de atender as necessidades de organização do espaço e das atividades, proporcione a relação entre a estética e significado de determinada localidade. Com isso, "o campo de estudo da morfologia será então a totalidade do território como lugar de transformações produzidas pelo homem, ou, por outras palavras, todo território como lugar de intervenção da arquitectura" (LAMAS, p. 70, 2007).

Os critérios utilizados para definir os elementos morfológicos do espaço urbano foram baseados na literatura de Lamas (2007) (Mapa 03). A seguir, serão apresentados os resultados dos mapeamentos da Comunidade de Patrimônio da Penha a partir da morfologia urbana do território. Para isso, foi analisado e levantado

¹⁰Conjunto de objectos arquitetônicos ligados entre si por relações espaciais (LAMAS, p. 38, 2007).

um total de 194 edificações que se encontram dentro do perímetro urbano da Comunidade.

Mapa 03: Elementos morfológicos do espaço urbano a luz de Lamas (2007).



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

3.2.1 Zoneamento

Segundo Del Rio (1990), os zoneamentos "são os mais populares instrumentos para o controle do desenvolvimento urbano e provavelmente continuarão sendo" (DEL RIO, p. 108, 1990). É a partir desse instrumento que o município faz a organização e a setorização de seu território.

"Na sua essência, dizem respeito aos tipos de usos permitidos, sua organização por zonas e sua distribuição espacial; muitas vezes eles também incluem alguns parâmetros máximos de utilização do solo, como gabaritos, afastamentos e coeficientes de aproveitamento. Esses são evidentemente parâmetros de Desenho Urbano e devem ser vistos como tal, pois são vitais para a geração de qualidade físico-ambiental urbana (DEL RIO, p. 108, 1990).

O Plano Diretor Municipal de Divino estabelece, em seu Art. 41, que "O território do Município de Divino de São Lourenço é composto pela Macrozona Urbana, Macrozona Rural e Macrozona Ambiental" (PDM, p. 19, 2008). Por se tratar de um pequeno núcleo urbano inserido na zona rural deste Município, vamos tratar dos seguintes macrozoneamentos:

No que tange os interesses voltados à macrozona rural e ambiental, característicos do território de estudo, o PDM estabelece como diretrizes no Art. 43:

Art. 43. O Macrozoneamento Rural do Município de Divino de São Lourenço tem como objetivo buscar o desenvolvimento sustentável do território, como instrumento não apenas restritivo, mas também propulsor do desenvolvimento, visando à otimização de:

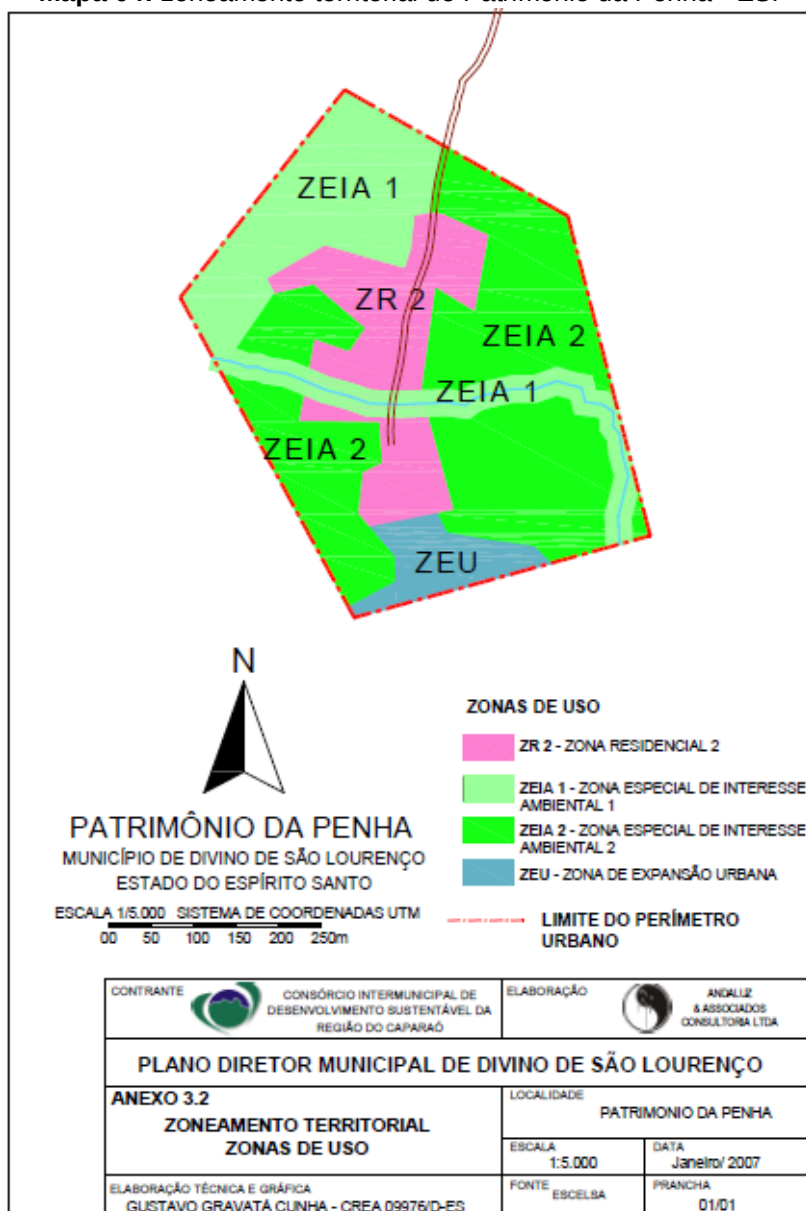
- I. alternativas de ocupação, como as possíveis formas de ocupação humana, baseada nas restrições do ambiente e na sustentabilidade dos fatores ambientais;
- II. alternativas de ocupação, destinando áreas para assentamentos e empreendimento urbanos e rurais de interesse social;
- III. alternativas de desenvolvimento, como as possíveis formas de desenvolvimento econômico, baseado em suas potencialidades e na valorização da estrutura produtiva adequada às condições locais.

Art. 44. A Macrozona Ambiental é composta por áreas que apresentam ambientes frágeis, com predomínio de declividades acentuadas e presença de mananciais, já incluídas em alguma categoria de preservação e/ou indicadas para sua expansão, por possuírem características semelhantes, vegetação arbórea natural e significativa beleza cênica.

- I. A Macrozona Ambiental 1 representa as áreas de interesse ambiental, composta por áreas de vegetação natural e secundária;
- II. A Macrozona Ambiental 2 representa a área de interesse ambiental do Parque Nacional do Caparaó e do Corredor Ecológico Caparaó.

A seguir, o mapa de zoneamento territorial proposto pela Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço para a Comunidade de Patrimônio da Penha (Mapa 04).

Mapa 04: zoneamento territorial de Patrimônio da Penha - ES.



Fonte: Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço (2008).

A partir do zoneamento proposto pela Prefeitura Municipal, ficam definidas as seguintes zonas e diretrizes para Patrimônio da Penha:

Tabela 03: Diretrizes do zoneamento estabelecido pelo PDM de Divino de São Lourenço para Patrimônio da Penha.

ZONEAMENTO	DIRETRIZES
ZR 2 - Zona Residencial	É composta por áreas de uso, predominantemente, residencial com alguma concentração de comércio e de serviços de abrangência local. Áreas com baixa densidade consubstanciadas à possibilidade de comércio e prestação de serviço de atendimento local e de atividades de apoio ao uso rural.
ZEIA 1 - Zona Especial de Interesse Ambiental 1	Caracteriza-se, por seus aspectos físicos ou ambientais, como áreas <i>non aedificandi</i> e destinadas à preservação integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, não envolvendo dano ou destruição dos mesmos, respeitando os usos e zoneamento estabelecidos em seus respectivos planos de manejo.
ZEIA 2 - Zona Especial de Interesse Ambiental 2	Caracteriza-se por seus aspectos físicos e ambientais, como áreas <i>non aedificandi</i> e destinadas à recuperação e conservação das características naturais e paisagísticas, onde o uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental, podendo ser utilizada para fins rurais, de pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental, recreação, realização de eventos culturais e esportivos e atividades de apoio ao turismo. Integram a ZEIA 2 as áreas com declividade acima de 30%, sem vegetação natural passível de ocupação rural.
ZEU - Zona de Expansão Urbana	Composta por áreas ainda não parceladas reservadas à futura expansão urbana, próximas às áreas ocupadas. I. O estabelecimento de que os novos parcelamentos garantam o provimento da infraestrutura de acordo com o impacto que sua implantação acarreta nas imediações, além das exigências previstas na legislação que trata do parcelamento do solo; II. O impedimento à ocorrência de parcelamentos clandestinos e irregulares; III. A compatibilização do sistema viário com a malha existente e com as diretrizes viárias estabelecidas nesta Lei; IV. O incentivo à implantação de atividades relacionadas ao turismo, cultura, esporte e lazer; V. a priorização de áreas para implantação de chácaras de recreio.

Fonte: PDM de Divino de São Lourenço (2008)

É importante salientar que, apesar de possuir características incompatíveis com a sede municipal, as atribuições de uso e ocupação do solo estabelecido pelo PDM (2008), não há uma diferenciação quanto ao manejo nessas áreas. O que pode se tornar um problema, diante dos enfrentamentos da preservação dos recursos ambientais de ambas as áreas. Outro fator a ser considerado, nesse mapa, é que

ele não atende mais à atual situação na qual se encontra, hoje, a Comunidade de Patrimônio da Penha, uma vez que algumas zonas especiais de interesse ambiental têm sido ocupadas.

Atualmente, em razão do crescente aumento do interesse pela região, torna-se importante olhar para o zoneamento dessa região em paralelo à revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó datado em 2015, para que haja um diálogo no planejamento estratégico dessas áreas junto à zona de amortecimento de impacto.

3.2.2 Uso e Ocupação do Solo

No que se refere ao uso do solo, "trata-se de um instrumento de controle do desenvolvimento bastante inovativo, pois baseia-se na ideia de separar o direito de construir do terreno onde fisicamente esse empreendimento se daria" (DEL RIO, p. 113, 1990). Entretanto, para Lamas, "o solo-pavimento é um elemento de grande importância no espaço urbano, mas elemento, também, de grande fragilidade e sujeito a contínuas mudanças" (LAMAS, p. 80, 2007).

O PDM de Divino de São Lourenço determina as seguintes atribuições e diretrizes ao uso do solo no Art. 89:

- I. Uso residencial unifamiliar: compreende as edificações destinadas à habitação permanente com até 2 (duas) unidades residenciais autônomas;
 - II. Uso residencial multifamiliar: compreende as edificações destinadas à habitação permanente com mais de 2 (duas) unidades residenciais autônomas;
 - III. Uso não residencial: compreende as atividades de comércio, prestação de serviços e indústrias que, devido às suas características de funcionamento e porte da atividade, podem causar impactos urbanos, impactos à vizinhança e interferência no tráfego de veículos;
 - IV. Uso misto: compreende o empreendimento que apresenta a associação do uso residencial, unifamiliar ou multifamiliar, com o uso não residencial.
- §1º.** Os usos mistos são admitidos em lotes e edificações desde que se trate de usos permitidos na zona e sejam atendidas, em cada caso, as características e exigências estabelecidas nesta lei, bem como a previsão de acesso e circulação independente para cada uso instalado numa mesma edificação.
- §2º.** Os usos não residenciais se agrupam em função das suas características peculiares a partir dos seguintes grupos de atividades:
- Grupo 1 – atividades de pequeno porte que não causam incômodos significativos à vizinhança ou poluição ambiental, quando adotadas as medidas adequadas para o seu controle, e nem atraem tráfego pesado ou intenso.

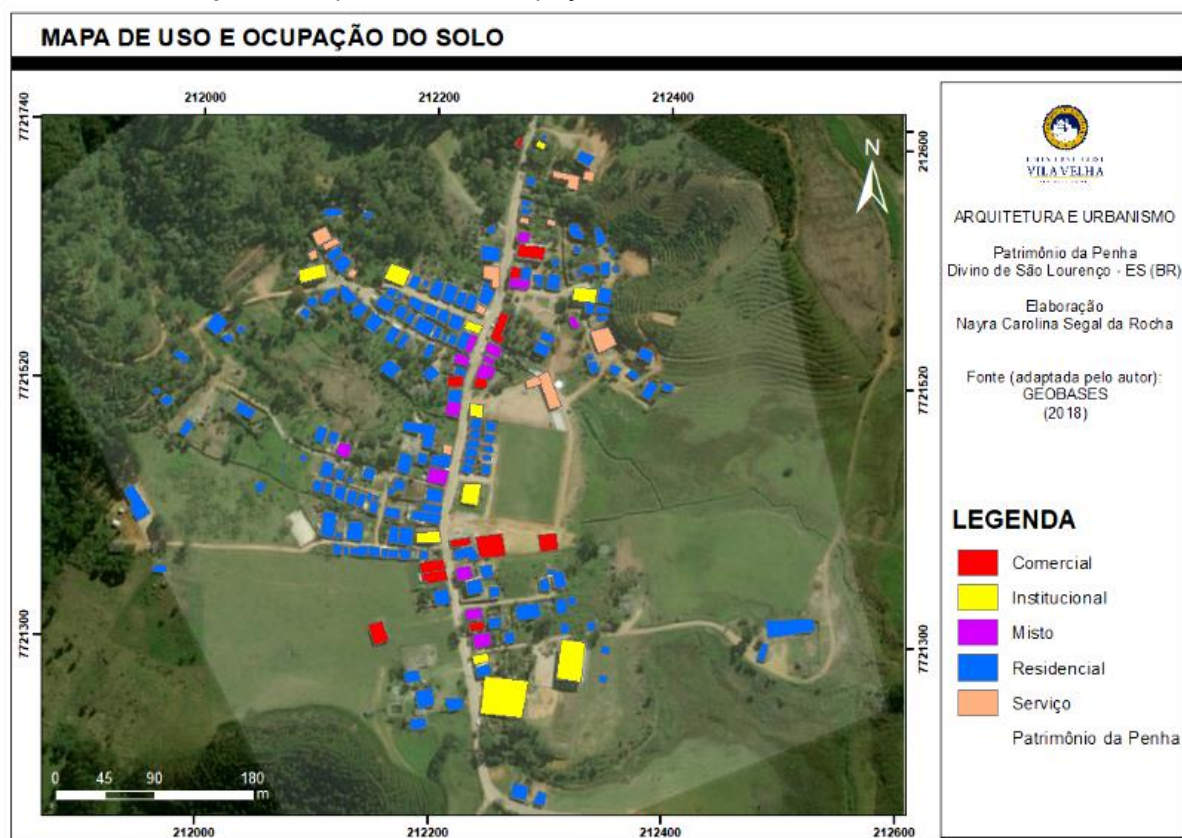
Grupo 2 – atividades de médio porte necessárias ao atendimento dos bairros e que podem causar algum tipo de incomodidade ao entorno, demandando maior controle para sua implantação.

Grupo 3 – atividades urbanas peculiares que, pela escala de empreendimento ou função, independentemente do porte, são potencialmente geradoras de impacto na zona de sua implantação.

§3º. A classificação das atividades não residenciais tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Fiscal (PDM, p. 37, 2008).

Para a elaboração do mapa de uso e ocupação do solo (Mapa 05), foram utilizados o modelo de ocupação do lote, distinguindo-se pelas categorias: residencial unifamiliar (apenas uma unidade habitacional por lote), residencial multifamiliar (quando ocorre mais de duas ocupações habitacionais dentro de um mesmo lote), comercial (destinados a comercialização e/ou armazenamento de produtos varejista ou atacado), serviços (atribuído a implantação de atividades que vão de encontro aos interesses da população), institucionais (são destinados as prática religiosa, pronto atendimento de saúde, escolas etc.) e, por fim, o modelo misto (este modelo de ocupação é quando são exercidos, no mesmo lote, duas ou mais atividades distintas, tais como comércio e habitação) (Fig. 22).

Mapa 05: Mapa de Uso e Ocupação do Solo. Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Figuras 22: Escola de Ensino Infantil (à esquerda). Pousada Beija Flor (à direita).
Patrimônio da Penha - ES



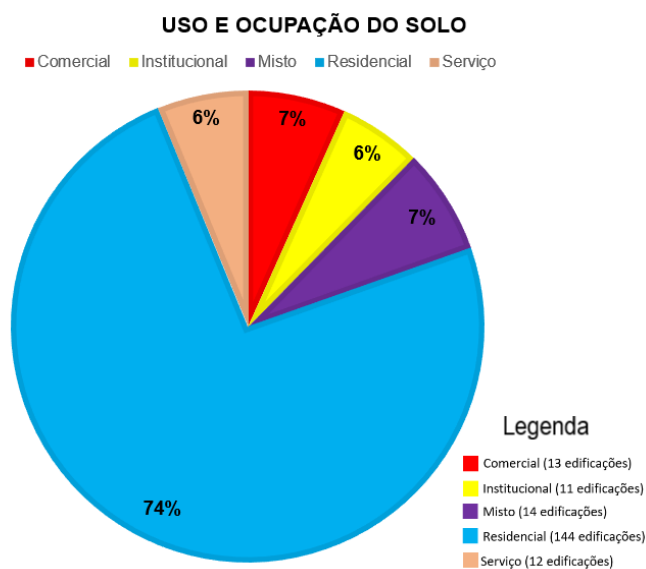
Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Ao analisar o mapa de ocupação e uso do solo, percebe-se que a localidade é, predominantemente, ocupada por padrão residencial, porém com uma ocupação comercial crescente dentro do espaço urbano, isso está diretamente ligado ao aumento do processo de urbanização de Patrimônio da Penha.

Gráfico 02: Gráfico de percentual dos usos e ocupações do solo na Comunidade de Patrimônio da Penha – ES.



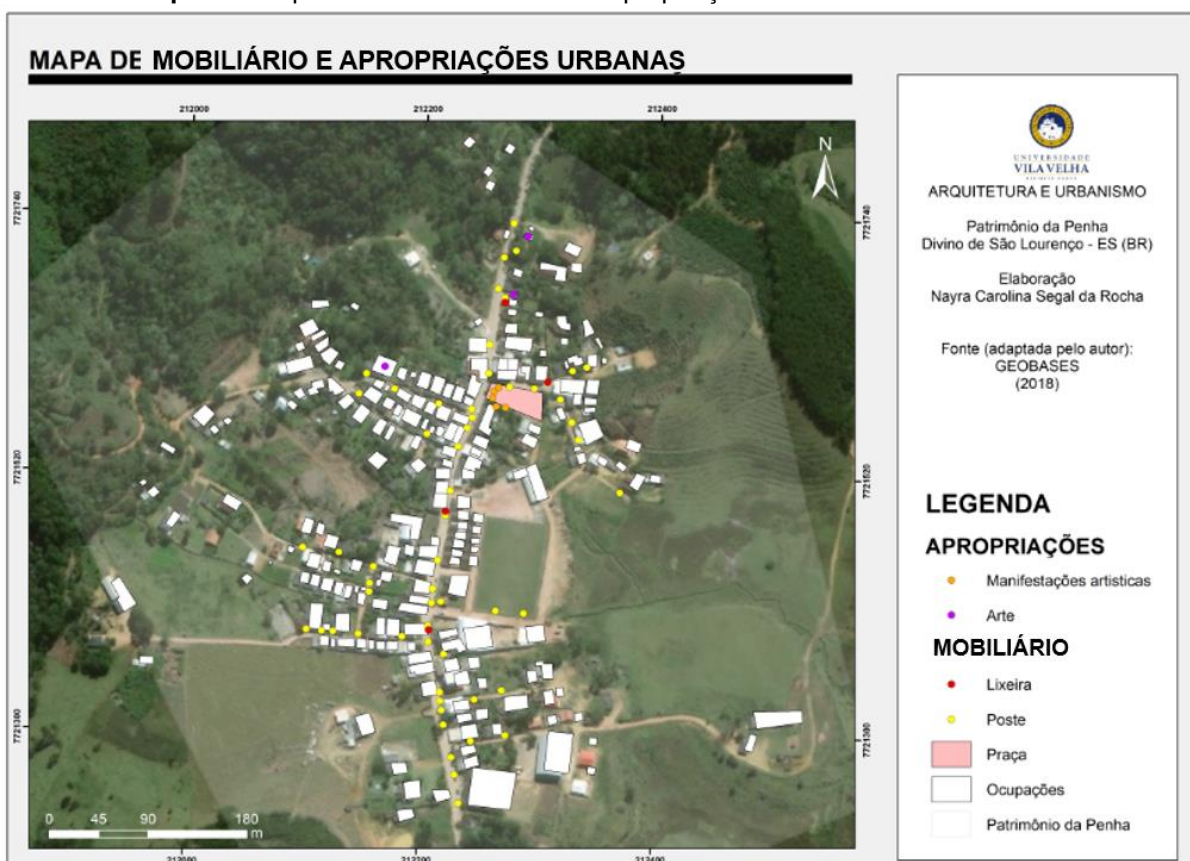
Fonte: Autor da pesquisa (2018).

O uso do solo vai se "tratar basicamente de tipos de funções e intensidades de utilização do solo e das edificações; busca uma variedade de misturas de funções compatíveis entre si [...]" (DEL RIO, p. 107, 1990). Assim, o mapa do estudo e uso do solo se tornam um importante instrumento de análise da morfologia urbana, pois é neste que é ser indicada a dinâmica do local e como os usuários se apropriam desse espaço.

3.2.3 Mobiliário e Apropriações Urbanas

Os mobiliários e as apropriações urbanas (Mapa 06) estão diretamente relacionados ao modo como as pessoas usam o espaço público a partir de seus sinais comportamentais, além de apresentar equipamentos públicos que contribuem para o bem-estar coletivo. (Fig. 23 e 24).

Mapa 06: Mapa de Mobiliário Urbano e Apropriações Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Figura 23: Apropriação do espaço público para manifestações artísticas artesanais.
Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Figura 24: Praça de Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Para tanto, notou-se que o espaço público é o palco principal das manifestações artísticas dos moradores e simpatizantes que passam por Patrimônio da Penha, ficando esses concentrados, principalmente, no entorno da praça. Entretanto, a comunidade ainda é carente no que se refere aos mobiliários públicos. É possível perceber a concentração de bancos, banheiros, lixeiras, telefone público, ponto de encontro apenas na praça central, não há uma distribuição dos equipamentos públicos dentro da Comunidade.

3.2.4 Padrão Construtivo

Para analisar o padrão construtivo de uma edificação, existe uma variabilidade de maneiras e resultados característicos possíveis. Para este estudo, foram analisadas as fachadas das edificações, baseando-se nos critérios de alto, médio e baixo padrão, a partir da análise do material de acabamento das edificações, como proposto na classificação pautada na Norma de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (IBAPE/SP).

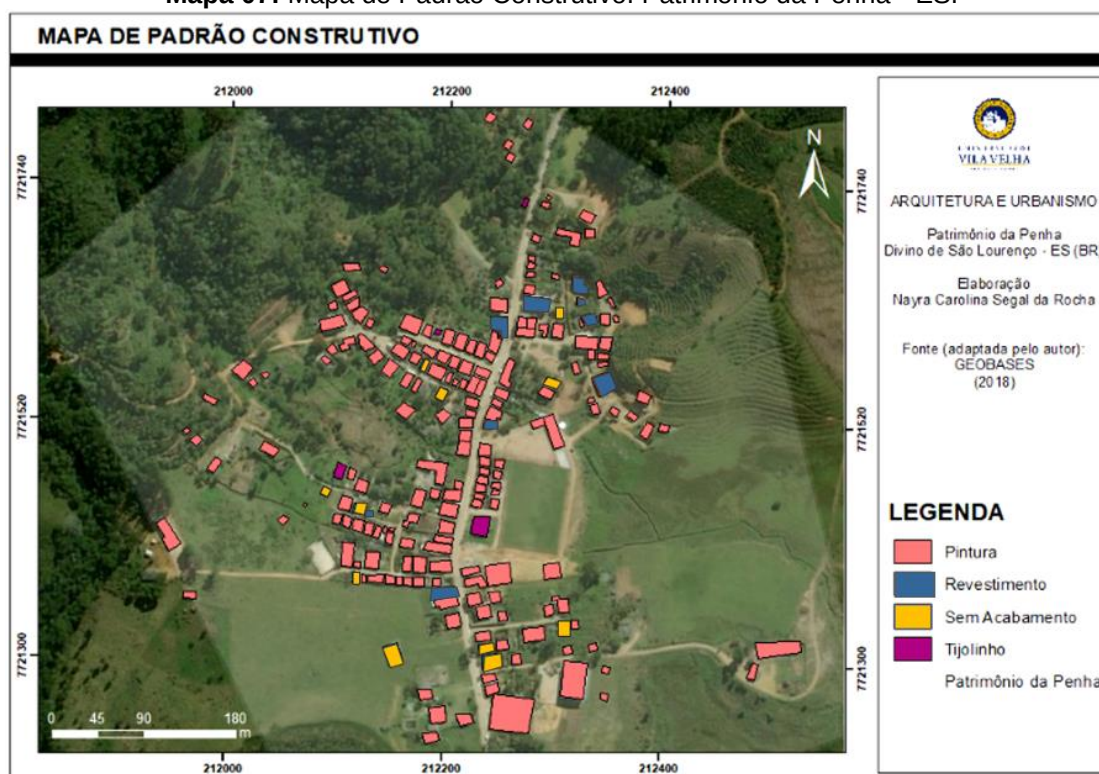
Tabela 04: Classificação dos padrões construtivos das fachadas das edificações.
Patrimônio da Penha - ES

PADRÃO CONSTRUTIVO	CRITÉRIOS
ALTO	Edificações que possuem o uso de novos materiais de acabamento, como TIJOLINHO aparente, REVESTIMENTOS de alto padrão.
MÉDIO	Edificações que possuem acabamento econômico, porém de qualidade, como revestimento de PINTURA .
BAIXO	Edificações que estejam associadas à autoconstrução, com pouca utilização de materiais de acabamentos, geralmente, estão na alvenaria aparente ou até no ponto de reboco, ou seja, SEM REVESTIMENTO algum.

Fonte: Autor da pesquisa (2018).

No mapa a seguir (Mapa 07), será possível analisar as edificações a partir do material de acabamento, utilizando como critério a tabela acima como resultado do levantamento realizado na Comunidade de Patrimônio da Penha no mês de maio de 2018.

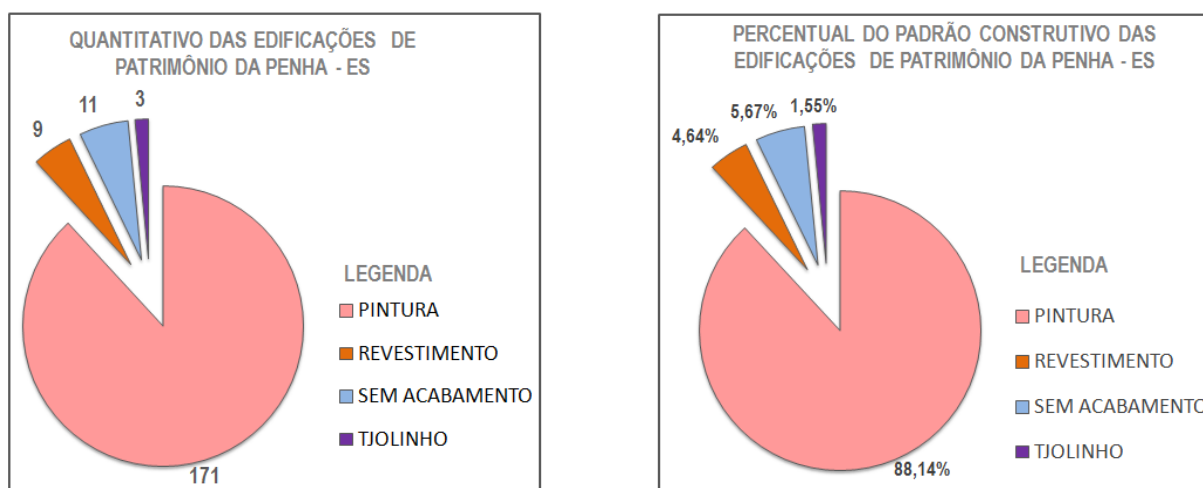
Mapa 07: Mapa de Padrão Construtivo. Patrimônio da Penha - ES.



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Nos gráficos a seguir, é possível analisar o quantitativo das edificações mapeadas no levantamento, de acordo com seu padrão construtivo e o percentual representativo de cada tipologia. Neste levantamento apresentado para este estudo de caso, foram mapeadas 194 edificações dentro da Comunidade de Patrimônio da Penha.

Gráficos 03: Representação quantitativa e percentual das edificações a partir do seu padrão construtivo. Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Autor da pesquisa (2018).

Essa amostragem nos permite identificar que em Patrimônio da Penha há uma massificação do médio padrão construtivo, isso ocorre por conta da ocupação dos imóveis existentes, sendo estes adaptados e recebendo novos acabamentos. Dessa forma, esse levantamento voltado ao padrão construtivo das fachadas edificadas nos permite perceber as diversidades construtivas existentes na Comunidade, além do reconhecimento do uso do solo e das classes inseridas dentro de Patrimônio da Penha.

3.2.5 Gabarito e Afastamento das edificações

A análise do gabarito de um determinado local se torna importante para identificar a escala edificante com a escala humana da cidade e como estes se relacionam dentro do território. Segundo Jan Gehl (2013),

"[...] a comunicação entre edifícios altos e seus arredores é excelente, a partir dos dois andares inferiores, e possível, a partir dos terceiro, quarto e quinto andares. Podemos, então, ver e acompanhar a vida da cidade; podemos perceber a fala, gritos e movimentos de braços. Estamos realmente participando da vida da cidade. Acima do quinto andar, a vida muda drasticamente. Os detalhes não podem mais ser vistos, as pessoas no nível do solo não podem ser reconhecidas nem contatadas [...]" (GEHL, p. 42, 2013).

Neste caso, ao analisarmos o mapa a seguir, percebe-se a predominância de gabaritos que vão de 1 até 3 pavimentos na Comunidade de Patrimônio da Penha. Assim, o PDM de Divino de São Lourenço vai estabelecer, no Art. 114, que:

"É facultada a soma dos afastamentos laterais em uma das divisas do lote, encostando a edificação na outra divisa, desde que nesta exista parede cega de uma edificação, com gabarito superior a três pavimentos". (PDM, p. 43, 2008).

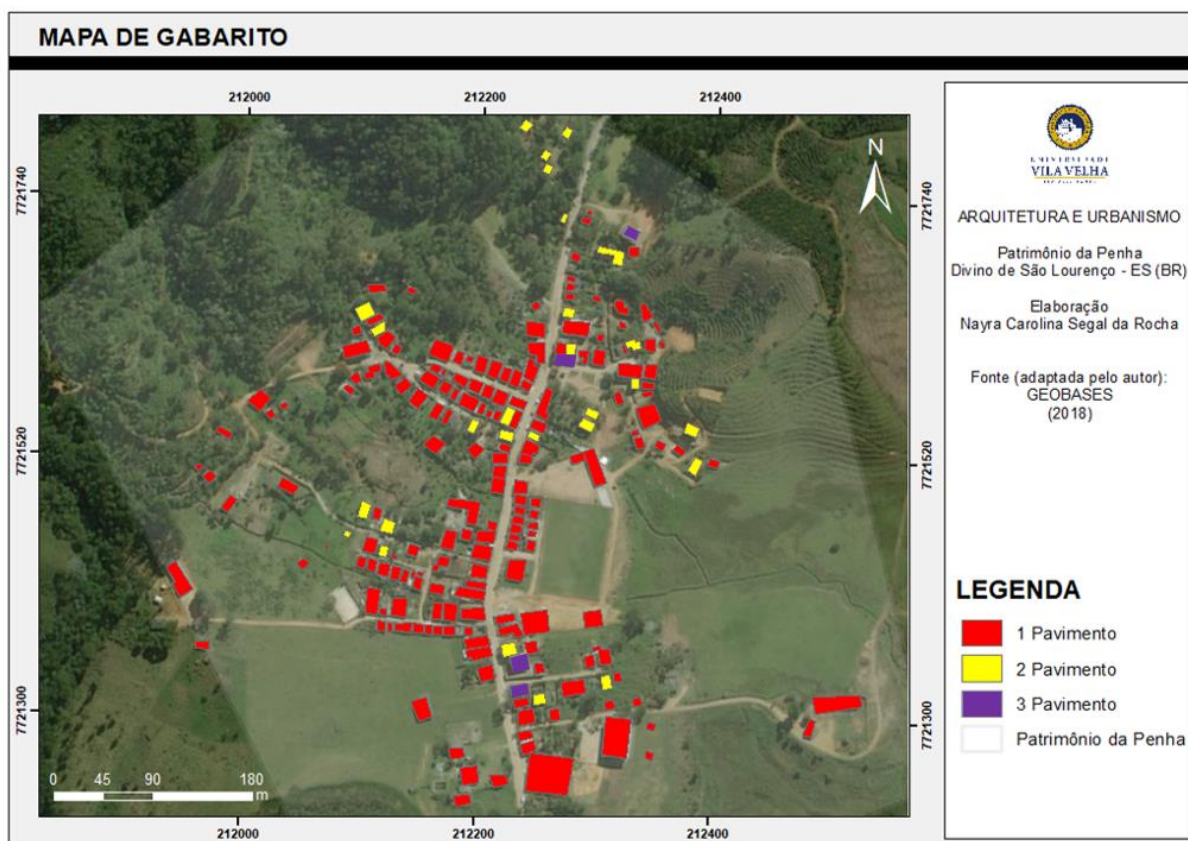
Tabela 05: Gabaritos permitidos para edificações a partir do zoneamento de Patrimônio da Penha - ES

ZONEAMENTO	GABARITO
ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR 1	3 PAVIMENTOS
ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR 2	2 PAVIMENTOS
ZONA DE EXPANSÃO URBANA – ZEU	3 PAVIMENTOS
EIXO TURÍSTICO – ET	3 PAVIMENTOS

Fonte: PDM (2008). Tabela elaborada pelo autor.

A partir do mapa de gabarito (Mapa 08), foi possível analisar que as edificações não ultrapassam três pavimentos construídos e que há predominância de construções com apenas um pavimento. Os gráficos, a seguir, mostram esses quantitativos e percentuais relativos a esse mapeamento.

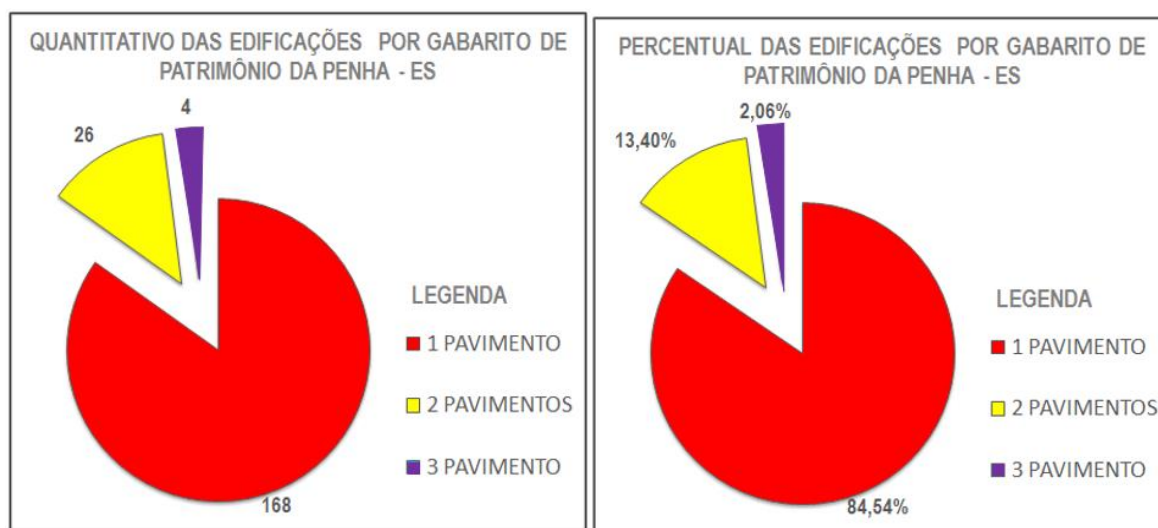
Mapa 08: Gabarito Construtivo de Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor e elaborador.

Gráficos 04: Representação quantitativa e percentual do gabarito construtivo.

Patrimônio da Penha - ES

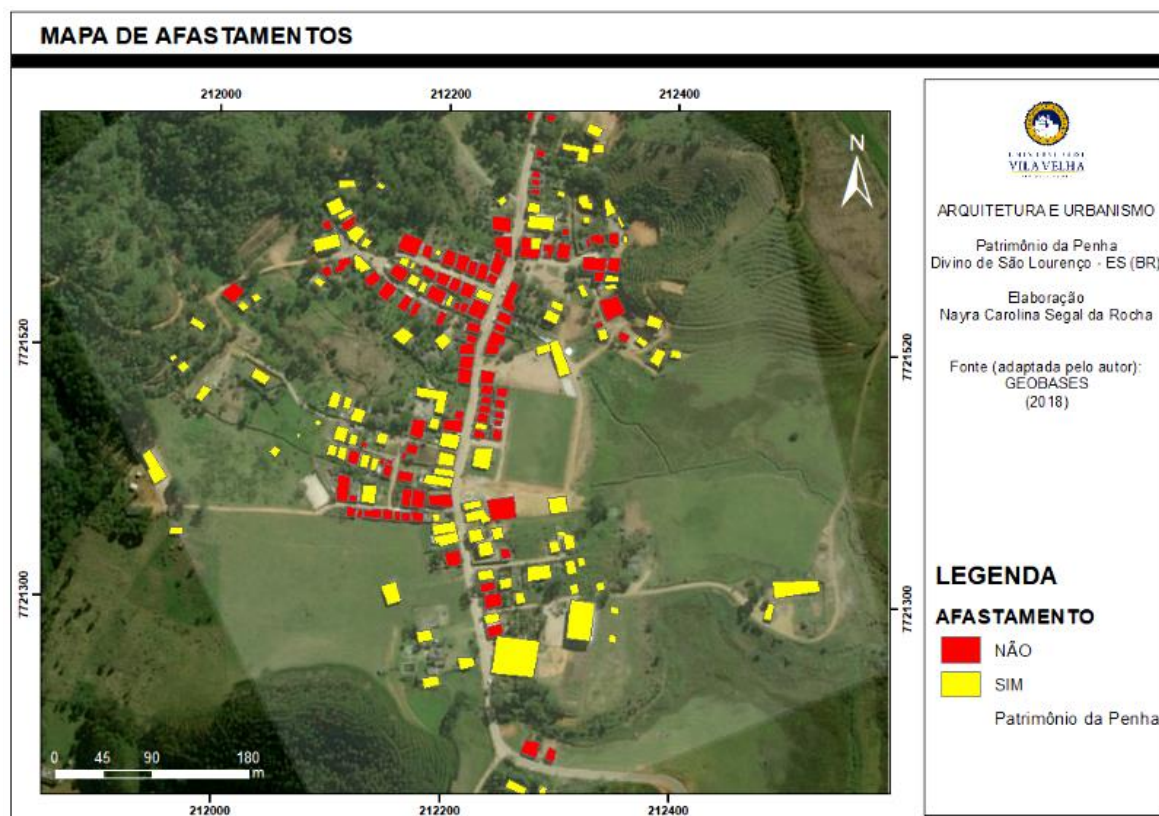


Fonte: Autor da pesquisa (2018).

Paralelo à análise de gabarito construtivo, foi importante fazer, também, um mapa que constataste as edificações que possuísem ou não afastamento (Mapa 09). Essa observação em conjunto está relacionada à prática das definições contidas no PDM das cidades que trabalham paralelamente. O PDM de Divino de São Lourenço vai determinar os afastamentos como sendo "as distâncias que devem ser observadas entre edificações e as linhas divisórias do terreno, constituindo-se em afastamentos frontal, lateral e de fundos" (PDM, p. 116, 2008).

Para a amostragem a seguir, utilizou-se como parâmetro apenas se as edificações possuem ou não afastamento frontal; não foi levado em consideração, neste caso, a metragem de afastamento lateral e de fundo, como estabelecido pelo PDM.

Mapa 09: Edificações que possuem ou não afastamento frontal. Patrimônio da Penha - ES.



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Em um total de 194 edificações que foram mapeadas, 101 contém afastamento e 93 não possuem afastamento. Percebe-se um equilíbrio entre o que diz respeito a essa análise devido à configuração do lote não seguir uma metragem equivalente, o que permite que as construções fiquem em muitos casos isoladas no terreno. Desse modo, as edificações são, sobretudo, um importante elemento para a configuração da paisagem urbana, e isso ocorre devido à diversidade tipológica das construções que vão contribuir para a forma urbana da cidade.

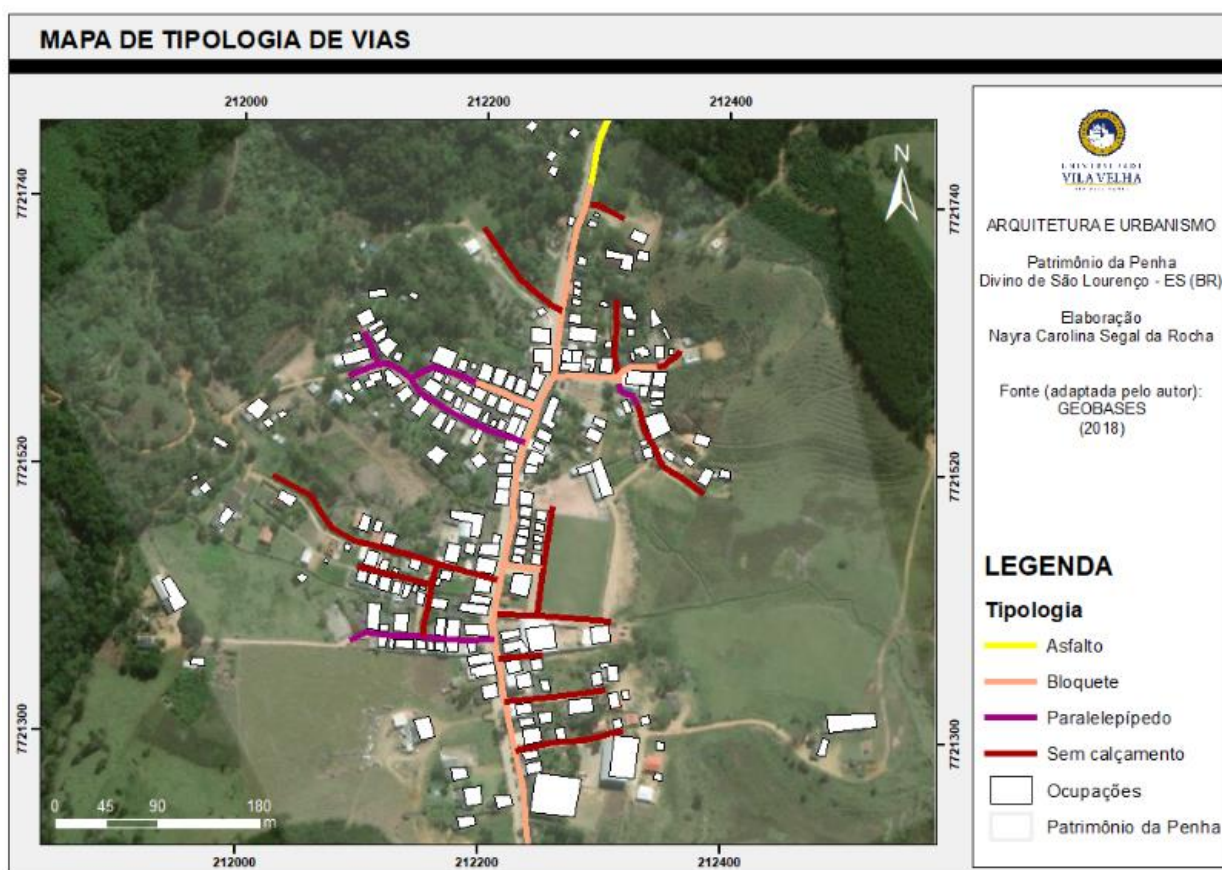
3.2.6 Tipologia e dimensão viária

A forma urbana se consolida a partir da configuração do sítio e, sobretudo, pelo traçado urbanístico das vias que vão compor o desenho do território. No caso de Patrimônio da Penha, por ser tratar de um pequeno núcleo urbano que se desenvolveu a partir de ocupações espontâneas, dificultou-se o traçado que se

caracteriza por ser ortogonal, uma vez que a configuração se dá por um eixo principal e vias secundárias que possuem variações de largura.

Para análise do mapa de tipologias viárias (Mapa 10), considerou-se a situação da pavimentação do local. Este levantamento é importante para ajudar a compreender o desenho urbano estabelecido no território. Porém, por se tratar de um núcleo em fase de desenvolvimento, os limites ainda não estão bem definidos, isso ocorre em razão da diversidade métrica dos lotes e a maneira como as edificações se encontram inseridas dentro destes.

Mapa 10: Tipologia viária por modelo de pavimentação. Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Outra questão que chama atenção, neste mapeamento, é a ausência de calçamento em grande parte das ruas, o que tem ocasionado edificações construídas alinhadas a testada do lote, ocasionando a ausência de calçadas nas ruas (Fig. 25).

Figura 25: Condições da pavimentação e ocupação das ruas. Patrimônio da Penha

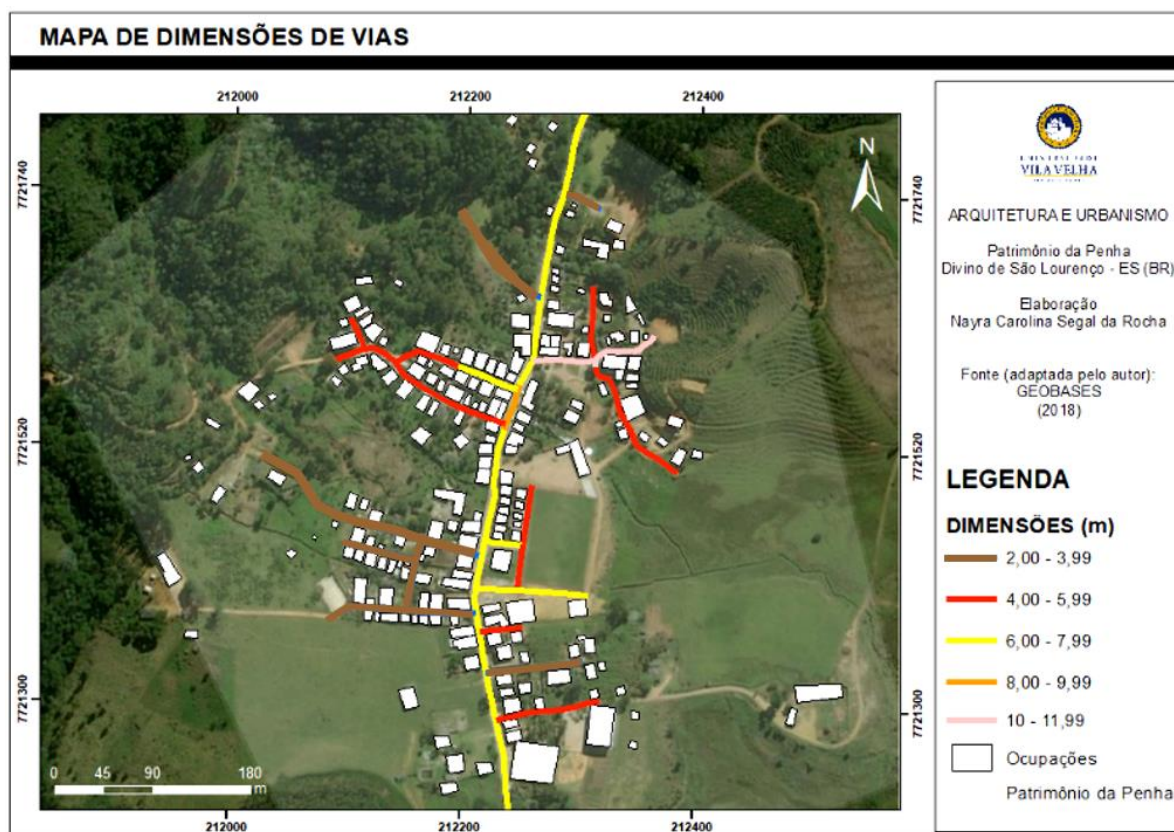


Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Devido à ausência de um projeto de parcelamento do solo, a partir de um loteamento que vise a lei de parcelamento do solo, os limites dos lotes, em relação ao arruamento, não são bem definidos, o que acaba gerando um desenho ortogonal das vias e desencadeando variações de dimensões viárias. (Mapa 11).

É importante, também, salientar a ausência de um Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) que não define parâmetros de desenho urbano nem faz uma redefinição da malha viária pautada na infraestrutura urbana de Patrimônio da Penha.

Mapa 11: Dimensionamento das vias urbanas. Patrimônio da Penha - ES



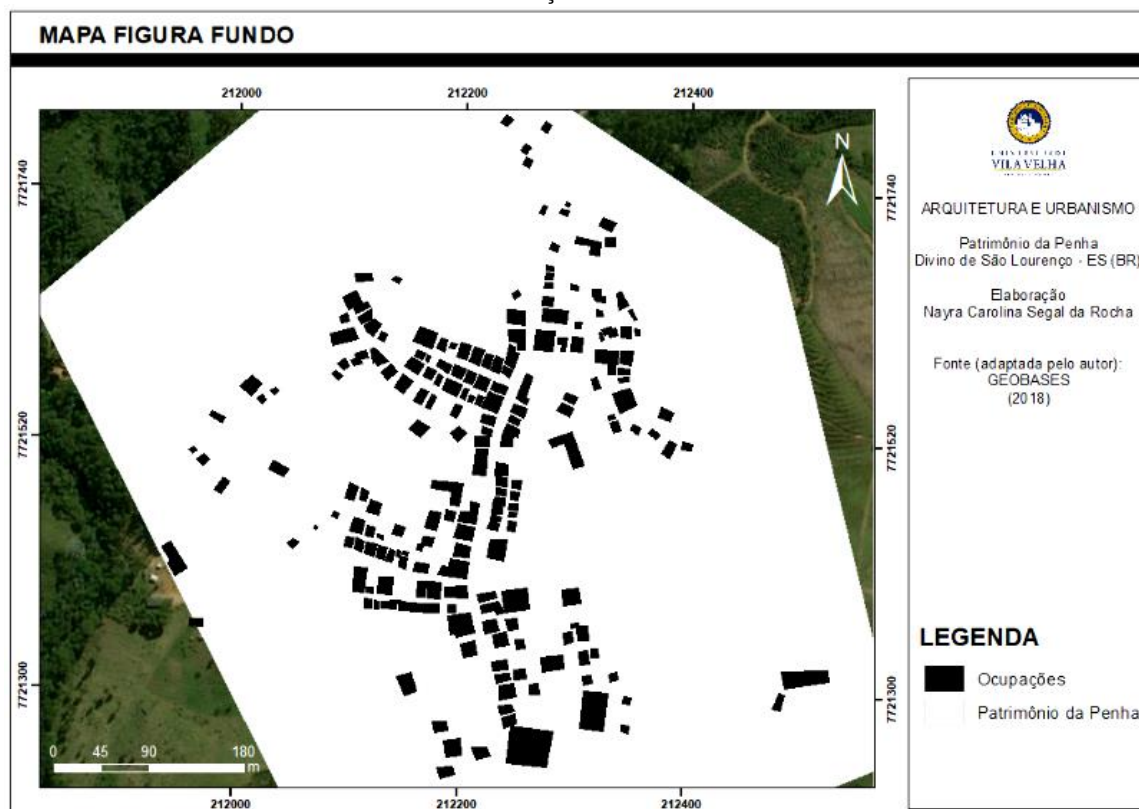
Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

3.2.7 Densidade Construtiva

A densidade construtiva (Mapa 12) tem o intuito de apontar o modelo de inserção das edificações no lote. Ao avaliar a densidade construtiva de uma determinada região, levam-se em conta os afastamentos e as áreas livres de cada lote. A classificação de densidade vai se caracterizar pela intensidade baixa, média e alta.

No mapa, é possível perceber que, nas proximidades da via principal, há uma média densidade construtiva, considerando a análise do mapa de afastamento, que demonstra que 52% das edificações não possuem afastamentos e ocupam quase a totalidade do lote.

Mapa 12: Densidade Construtiva de Patrimônio da Penha a partir da figura fundo das inserções das edificações no lote.



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

Nas zonas mais afastadas do contexto urbano, essa densidade é bem mais baixa em relação à parte central de Patrimônio da Penha, isso ocorre em razão das dimensões do lote ou, até mesmo, da propriedade rural, pois, embora estejamos falando de um pequeno núcleo urbano, essa parte do território é caracterizada, ainda, como pertencente à zona rural do município, por isso ainda é possível observar, no meio dos lotes, grandes áreas inutilizáveis (Fig. 26).

Figura 26: lotes livres indo de encontro às propriedades rurais. Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

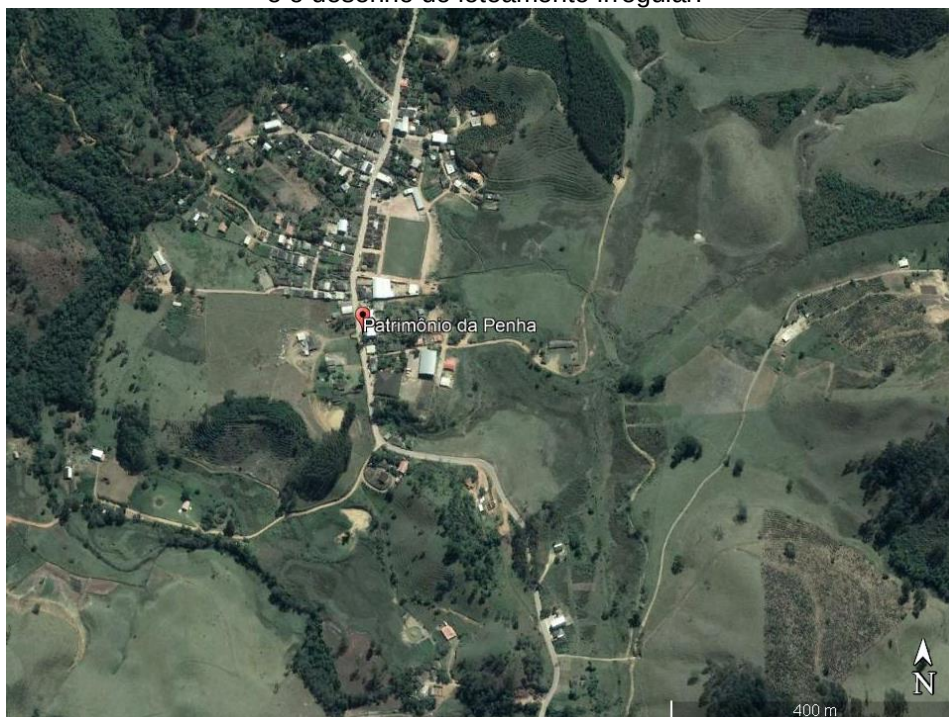
Nas zonas mais afastadas do contexto urbano, essa densidade é bem mais baixa em relação à parte central de Patrimônio da Penha, isso ocorre em razão das dimensões do lote ou, até mesmo, da propriedade rural, pois, embora estejamos falando de um pequeno núcleo urbano, essa parte do território é caracterizada, ainda, como pertencente à zona rural do município, por isso ainda é possível observar, no meio dos lotes, grandes áreas inutilizáveis.

3.2.8 Perfil Fundiário

Por se tratar de uma urbanização a miúdo, que ainda segue um caráter rural devido a sua locação dentro do território do município de Divino de São Lourenço, percebe-se que os lotes possuem irregularidades no que diz respeito a um padrão urbanístico de loteamento. Outra questão diz respeito ao desenho urbano da Comunidade, que se caracteriza por um formato orgânico irregular¹¹, isso é evidenciado pelo traçado estabelecido a partir do arruamento que se encontra de formas diversificadas (Fig. 27).

¹¹ A forma orgânica são formatos encontrados na natureza ou desenhados pelo homem, são traçados que modelam o lugar/espço.

Figura 27: Vista aérea de Patrimônio da Penha que evidencia o traçado e o desenho do loteamento irregular.



Fonte: Google Earth (2018).

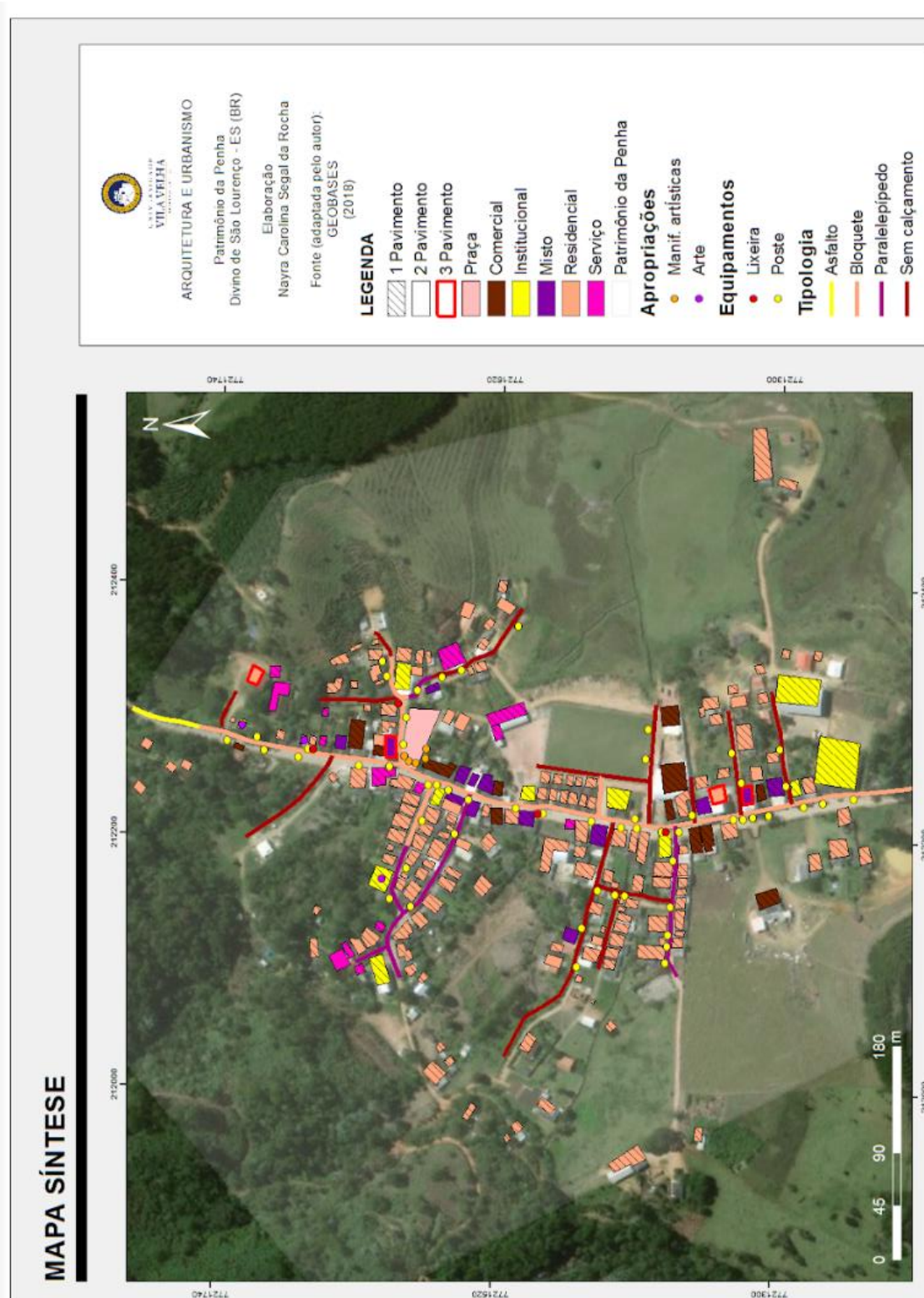
Utilizando essa percepção, é evidente que, em Patrimônio da Penha, ocorreu uma ocupação despretensiosa que não previu a rápida ocupação durante as últimas décadas e que, atualmente, tem intensificado a busca por novos lotes de terra. Embora o plano diretor municipal contemple a lei de uso e parcelamento do solo, pouco se vê essa aplicação e fiscalização dentro da Comunidade.

Como forma de minimizar a configuração do desenho urbano, é de interesse municipal que sejam aplicadas as legislações previstas no PDM municipal, além de estabelecer a reconfiguração da atual situação que se encontra a localidade que ainda carece de pavimentação e infraestrutura urbana para atender as novas demandas da Comunidade.

Sendo assim, devido à ausência de um plano urbanístico voltado à regularização dos loteamentos, não é possível analisar o perfil fundiário da Comunidade de Patrimônio da Penha, já que para isso é necessário a dimensão de cada lote.

3.3 Síntese de Análise do Diagnóstico

Mapa 13: Mapa Síntese do diagnóstico de Patrimônio da Penha - ES



Fonte: Geobases (2018). Adaptado pelo autor.

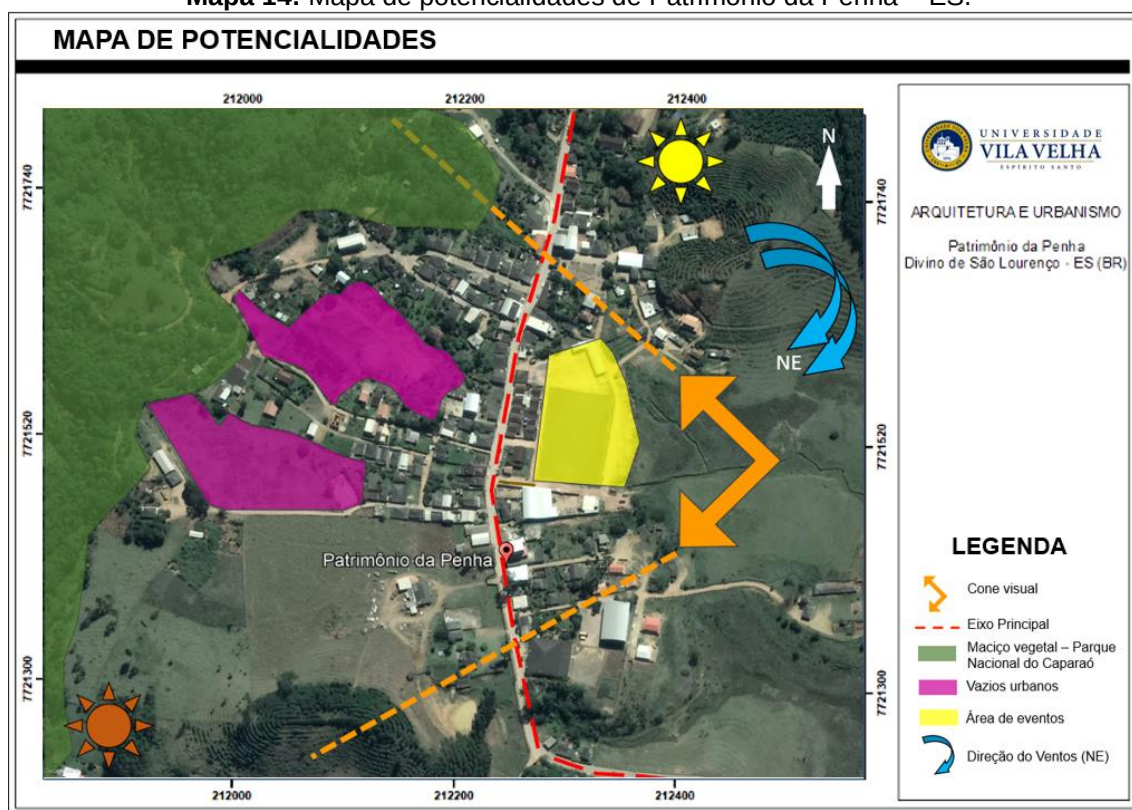
3.4 Vulnerabilidades e Potencialidades do núcleo urbano de Patrimônio da Penha – ES

A partir dos pontos analisados no diagnóstico da área de Patrimônio da Penha, tornou-se possível identificar potencialidades, ou seja, os pontos fortes atribuídos à Comunidade. Porém, também foram identificados alguns pontos de vulnerabilidade, ou pontos fracos, que devem ser vistos como enfrentamento para a garantia da vitalidade da região.

Potencialidades

Como já mencionado, Patrimônio da Penha se caracteriza por ser um pequeno núcleo urbano circundado por uma paisagem natural, fatores estes que têm despertado o interesse do homem na região.

Mapa 14: Mapa de potencialidades de Patrimônio da Penha – ES.



Fonte: Google Eath (2018). Elaborado pela autora.

Como potencialidade, destacou-se o cone visual do maciço vegetal do Parque Nacional do Caparaó, que possibilita ao usuário a contemplação da cadeia montanhosa que compõe a paisagem natural de Patrimônio da Penha.

Por se tratar de uma área ainda com características fortemente rurais, nota-se a presença de grandes vazios urbanos que podem gerar novos parcelamentos do solo, podendo compor um novo desenho urbano do lugar.

Devido ao relevo da região atribuído às condicionantes físicas como a paisagem natural advinda do maciço vegetal do Parque Nacional do Caparaó, possibilita-se que a região tenha estações do ano bem definidas, com temperaturas amenas e ventos que sopram a nordeste.

As potencialidades aqui apresentadas vão, sobretudo, ao encontro das propostas de diretrizes para região, a partir de uma visão técnica voltada a um futuro planejamento urbano da Comunidade de Patrimônio da Penha, em que se visa trazer melhorias para a organização da expansão urbana como forma de preservação da cultura do lugar.

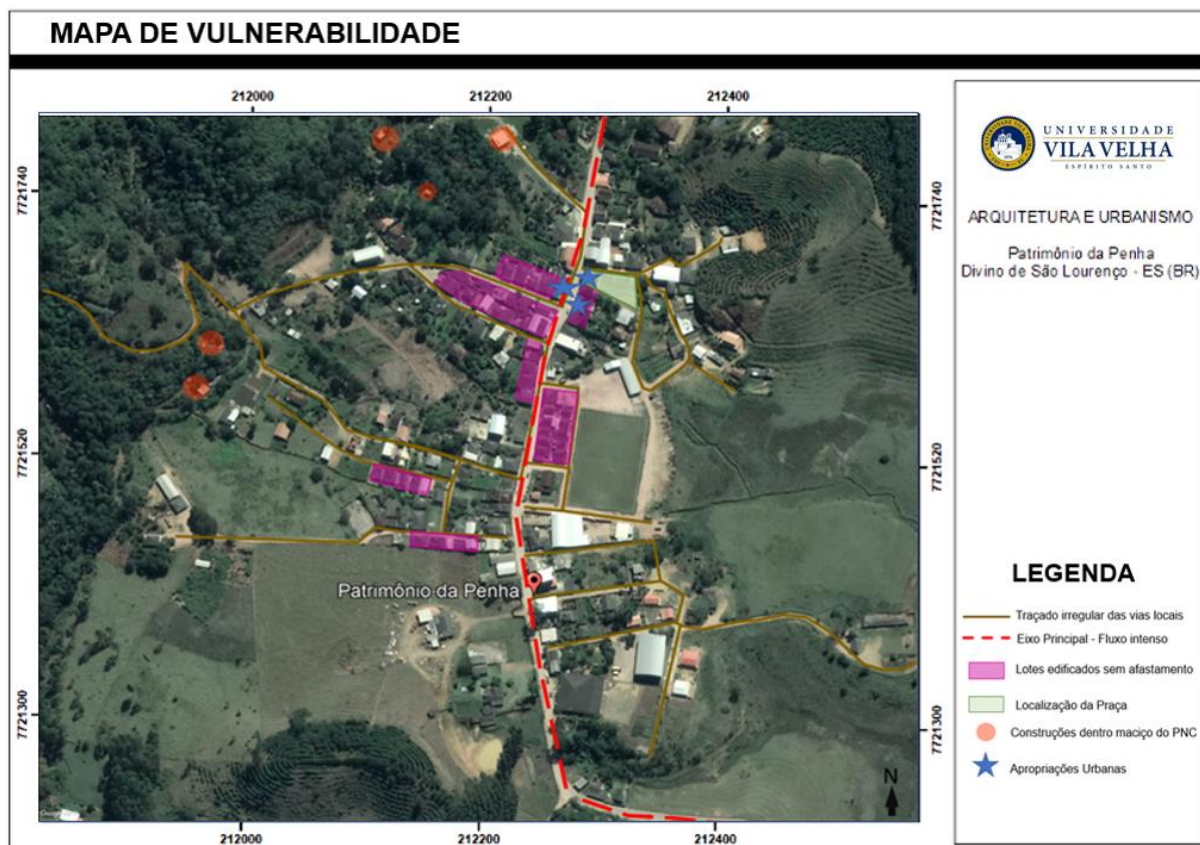
Vulnerabilidades

Em razão do loteamento informal que ocorreu em Patrimônio da Penha, houve um desenvolvimento de um traçado urbano ortogonal, essa vulnerabilidade é a mais evidente, pois tem desencadeado na desconfiguração do desenho urbano.

A ausência de um plano de desenvolvimento urbano, elaborado pela Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço em comum acordo com PDM, tem configurado essas fragilidades do desenho urbano de Patrimônio da Penha, uma vez que esta situação tem comprometido o direito à função social, devido à inexistência de calçadas e a construção das edificações ocupando os limites da testada do lote.

Outro fator que implica a vulnerabilidade é o eixo da via principal da Comunidade, que já não tem comportado a atual situação local, principalmente aos finais de semana e datas festivas em que há um aumento do fluxo de visitantes, que passam pela região.

Mapa 15: Mapa de vulnerabilidades de Patrimônio da Penha – ES.



Fonte: Google Earth (2018). Elaborado pela autora.

Além disso, o Patrimônio da Penha é um importante eixo de ligação entre os municípios a Divino de São Lourenço e ao município de Dorcas do Rio Preto, e é, também, uma rota alternativa a quem segue para o Parque Nacional do Caparaó.

Por fim, outra vulnerabilidade identificada, que possa vir a prejudicar a estabilidade ambiental, é a ocupação dentro do maciço vegetal do Parque Nacional do Caparaó, fator esse que denuncia a ausência de fiscalização por parte do poder municipal no cumprimento das legislações ambientais, que não permitem esse tipo de ocupação dentro de uma Unidade de Conservação. Esses fatores atribuídos demonstram o precário investimento em infraestrutura, planejamento e fiscalização por parte do poder público na Comunidade.

4. AGENDA URBANA PARA COMUNIDADE PATRIMÔNIO DA PENHA - ES

Como mencionado anteriormente, as preocupações com o desenvolvimento ambiental não são algo novo e, nos últimos anos, as discussões voltadas às práticas do desenvolvimento sustentável têm ganhado, cada vez mais, atenção nas conferências mundiais, que têm buscado estratégias que irão garantir a melhoria da qualidade do território e de sua população. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é definido por BRIAN (2008) como “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (p.20).

Desse modo, muitos são os aspectos a serem considerados para o alcance da sustentabilidade, para a transformação do espaço, tais como a arquitetura do lugar, a preservação do meio natural e implantação de um urbanismo que se adeque às necessidades do sítio.

Em 2016, uma conferência da ONU reuniu-se em Quito, capital do Equador, a fim de promover uma revisão de metas para o desenvolvimento global para os próximos anos, conhecida como “Nova Agenda Urbana” (NAU), que traçou objetivos que visassem o desenvolvimento urbano sustentável, “[...] esses documentos internacionais estabelecem objetivos e estratégias para o alcance do desenvolvimento sustentável nos níveis globais, nacional e subnacional” (GOMES, p. 03, 2018).

Além da promoção da sustentabilidade urbana, a agenda propõe, também, a ideia de “cidade para todos”, que é expressa pela ONU como sendo:

(...) referente à fruição e ao uso igualitários de cidades e assentamentos humanos, almejando promover inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis para fomentar prosperidade e qualidade de vida para todos (Nova Agenda Urbana, item 11) (BALBIM, p. 24, 2018).

Assim, a proposta da agenda urbana é apontar sugestões de modelo de sustentabilidade que possam vir a se adequar aos princípios da dinâmica local, tais como o respeito ao ambiente e à paisagem natural contemplada, levando em

consideração a dimensão cultural da atuação dos atores sociais, como é o caso da Comunidade de Patrimônio da Penha.

A dimensão cultural é um dos fatores fundamentais para o alcance da ideia de “cidade para todos”, uma vez que a concepção deste termo vai possibilitar o contorno dos movimentos culturais.

A dimensão cultural permite a humanização das cidades, uma vez que seus diversos movimentos estimulam: a união de comunidades diferentes; a criação e a preservação do patrimônio urbano material e intangível; o combate aos estigmas que permeiam a exclusão social; o respeito a comunidades tradicionais; o estímulo ao desenvolvimento econômico – seja pelo patrimônio já existente, seja pela cultura criativa; a queda da violência pelo estímulo ao sentimento de identidade coletiva; a preservação do ambiente por iniciativas da própria comunidade; o fortalecimento dos mecanismos de resistência e pressão política; a promoção da saúde; o desenvolvimento de condições de convivência e mobilidade nas cidades, entre outros exemplos (KLUG, p. 41, 2018).

Sendo assim, ao tratarmos de um pequeno núcleo urbano multicultural, que recebe a influência de vários atores sociais (população nativa, alternativa e poder público), como Patrimônio da Penha, a ideia de cidade para todos vai estar diretamente relacionada à dimensão sociocultural do lugar, questão considerada fundamental para o desenvolvimento das cidades, pois possibilita que haja, então, [...] a interação das comunidades, por meio de políticas culturais, está intimamente ligada à formação da identidade de indivíduos e comunidades e ao senso de pertencimento das pessoas em relação ao meio em que vivem (KLUG, p. 41, 2018).

Dessa forma, a agenda urbana assume o compromisso do desenvolvimento sustentável de modo a garantir um planejamento urbano territorial de qualidade que seja assegurado até as gerações futuras, utilizando como alternativa o incentivo a cidades compactas, policêntricas e com controle da dispersão urbana.

Visto isso, a Nova Agenda Urbana se manifesta a favor dos pequenos núcleos urbanos (comunidades, assentamentos, vilas etc.), pois estes têm, sim, se tornado uma alternativa de garantia para a preservação de áreas de interesse ambiental, principalmente quando parte de seus integrantes preza por um desenvolvimento sustentável a partir de soluções práticas, para salvaguardar a preservação da paisagem natural de sua região de inserção.

Assim sendo, para o alcance do objetivo dessa dissertação foram levados em consideração os principais assuntos discutidos nas conferências mundiais, principalmente no que tange as preocupações ambientais, tais como o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente dos recursos naturais do território.

A Nova Agenda Urbana proposta pela ONU foi um documento norteador que contribuiu para estabelecer os critérios das propostas de diretrizes para a Comunidade de Patrimônio da Penha, uma vez que este estudo de caso possui atributos e filosofias de vida que vão ao encontro das propostas de uma agenda urbana. Vale, ainda, ressaltar que as propostas de diretrizes estão baseadas, também, nas análises técnicas do PDM vigente (2008), da Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço – ES, entrevistas concedidas pelos moradores e visitantes de Patrimônio da Penha e um olhar crítico do autor sobre o lugar.

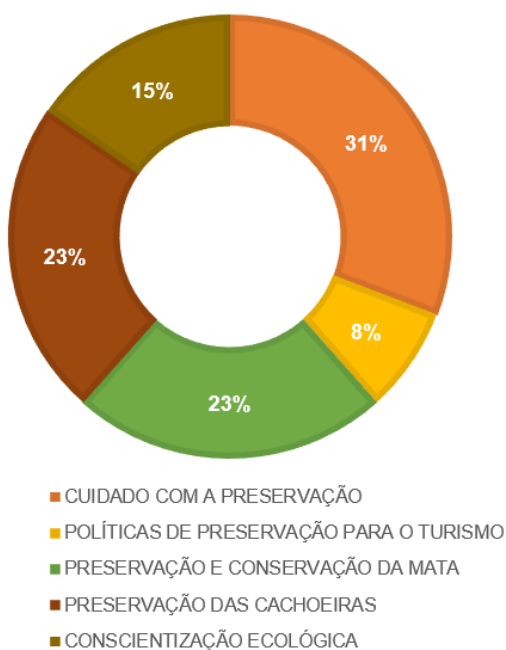
De maneira geral, as diretrizes aqui propostas têm o intuito de se tornar um documento técnico para a gestão do território, de forma a salvaguardar as características singulares da região, ficando a critério dos órgãos fiscalizadores da gestão pública e o conselho local definir quais os pontos que devem ser levados em consideração no momento das intervenções urbanas dentro do espaço territorial.

4.1. Diretrizes para a Preservação da Paisagem Natural

Durante a aplicação do questionário, ao serem questionados sobre sugestões de melhoria e como veriam Patrimônio da Penha daqui a dez anos, grande parte dos respondentes citaram a preocupação da preservação da paisagem natural, tal como: a mata e as cachoeiras.

Gráfico 05: Questionamentos sobre a preservação da paisagem natural de Patrimônio da Penha – ES

PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Pensando na garantia e estabilidade da preservação da paisagem natural para usufruto das gerações posteriores, foram estabelecidas algumas diretrizes que irão direcionar e minimizar os danos ao meio ambiente na região.

TEMA	DIRETRIZES
MEIO AMBIENTE	◦ Melhorar a qualidade do meio ambiente local (saneamento básico, tratamento dos resíduos, coleta seletiva etc.). ◦ Promover campanhas sobre a importância da preservação do patrimônio natural existente; ◦ Determinar o tratamento adequado dos esgotos domésticos, considerando os condicionantes da região;
LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS	◦ Cumprir a legislação ambiental de cunho municipal e federal, além das normas técnicas (de acordo com a localização do terreno e edificação). ◦ Promover Políticas administrativas voltadas à preservação ambiental; ◦ Estabelecer um conselho de desenvolvimento urbano ambiental definido a partir de estudos ambientais, para que sejam identificadas as áreas aptas ou não para ocupação.
VEGETAÇÃO NATIVA	◦ Preservar o máximo possível da vegetação nativa e, assim, o ambiente natural.
INTEGRAR ÁREAS VERDES	◦ Promover a integração entre as áreas verdes existentes e as áreas de lazer para os usuários.
MINIMIZAR OS RISCOS	◦ Conhecer e antecipar os possíveis riscos ambientais. ◦ Reduzir os riscos de vulnerabilidade. ◦ Possuir um local adequado para o armazenamento de matérias de combate a qualquer possibilidade de risco. ◦ Capacitar pessoas para lidar com situações de risco
CONE VISUAL	◦ Delimitar os cones visuais que não impeçam a visualização da cadeia montanhosa do Parque Nacional do Caparaó.

4.2 Diretrizes para Uso do Solo e Gabarito

As diretrizes voltadas ao uso têm o intuito de criar um diálogo entre as edificações e meio de inserção, de forma que haja uma integração entre o natural e edificado. Portanto, foram levados em consideração os mapeamentos de uso e ocupação do solo, gabaritos e afastamentos das edificações.

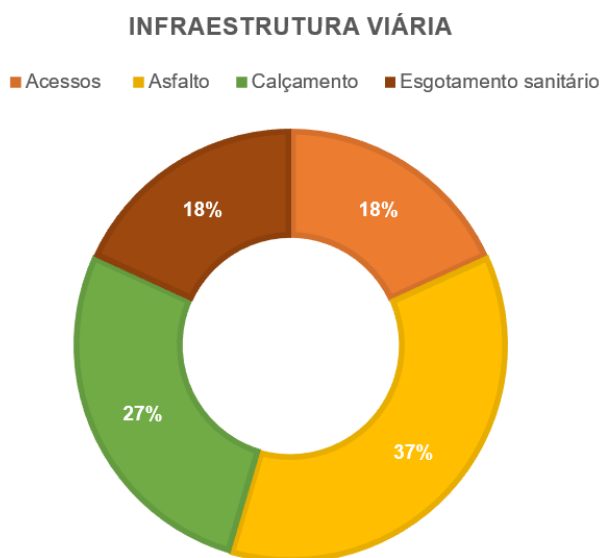
TEMA	DIRETRIZES
COMPATIBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO PROJETO COM O ENTORNO	◦ Estimular a adequação do terreno às condições topográficas. ◦ Em caso de movimentação de terra, que se tenha o mínimo de impacto na morfologia do terreno. ◦ Os terrenos que possuírem vegetação, que estas sofram o mínimo de impacto possível.
PERMEABILIDADE	◦ Aumentar o percentual da taxa de permeabilidade mínima nas Zona Residencial (ZR) e Zona de Expansão Urbana (ZEU). ◦ Nos Eixos Turísticos (ET) elevar a taxa de permeabilidade. ◦ Utilizar taxa de ocupação máxima do terreno menor ou igual a 60%.
AFASTAMENTOS	◦ Que as edificações obedeçam ao mínimo do afastamento exigido pelo Plano Diretor Municipal.
GABARITO	◦ Proibir edificações que ultrapassem a marca de 4 pavimentos ou 12 metros de altura. ◦ Fiscalizar as alturas das edificações que estiverem dentro do eixo visual voltado para cadeia montanhosa do Parque Nacional do Caparaó.

4.3 Diretrizes Urbanas – Sistema viário

A questão viária, somada aos problemas de mobilidade, tem sido um dos maiores questionamentos das pessoas que moram ou passam por Patrimônio da Penha. Todavia, pensar a cidade é pensar na mobilidade de seus usuários, oferecendo-lhes qualidade, segurança e direcionamento.

No gráfico abaixo, é possível identificar quais são os maiores questionamentos dos entrevistados quanto às necessidades de infraestrutura viária para Patrimônio da Penha.

Gráfico 06: Questionamentos sobre o sistema viário de Patrimônio da Penha – ES.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Buscando atender às necessidades da população, a melhoria do sistema viário e a busca por materiais, que sejam porosos e permitam a fluidez hídrica da pavimentação, as diretrizes, a seguir, procuraram trazer soluções práticas para a problemática urbana, buscando atender às necessidades e as melhorias necessárias de infraestrutura dentro da Comunidade de Patrimônio da Penha e seus acessos.

TEMA	DIRETRIZES
PAVIMENTAÇÃO	◦ Utilizar materiais porosos para a pavimentação externa. ◦ Evitar a utilização de pavimentação asfáltica. ◦ Buscar novas sugestões de materiais que possuam selo de sustentabilidade. ◦ Aumentar a permeabilidade do sistema viário a partir da utilização de materiais de pavimentação
CALÇADAS	◦ Construir calçadas com largura mínima exigida pelo PDM. ◦ Possuir acessibilidade plena na escolha dos materiais. ◦ Construir rampas de acesso. ◦ Aplicar piso de alerta tátil nas extremidades das calçadas (quando necessário).
CICLOVIAS	◦ Vias compartilhadas que respeitem a mobilidade dos ciclistas. ◦ Sinalizações que demonstrem que há o compartilhamento de vias. ◦ Estações de estacionamento de “bike”.

4.4 Diretrizes para os Padrões Construtivos

Quanto ao padrão construtivo, é de interesse que sejam utilizados materiais que possuam alguma certificação de sustentabilidade, de modo que as opções de materiais a serem utilizados promova menor impacto no ambiente e sejam coerentes com o modelo de vida desejado em Patrimônio da Penha.

TEMA	DIRETRIZES
MATERIAIS LOCAIS	◦ Incentivar a utilização de materiais disponíveis na região. ◦ Utilizar materiais que possuam certificação de sustentabilidade.
ALVENARIA DE VEDAÇÃO	◦ Incentivar à utilização de tijolos ecológicos, recicláveis, tijolinho etc.
SOLO	◦ Orientar a utilização de materiais que auxiliem a permeabilidade do solo. ◦ Utilizar materiais que limitem o impacto ambiental no canteiro de obras (não gerem muito resíduo).
PLACAS SOLARES	◦ Incentivar à instalação de placas solares para aquecimento das águas.
TELHADOS COBERTURAS	◦ Incentivar à colocação de telhados que irá dissipar o calor. ◦ Indicar a tecnologia de telhados verdes quando necessário. ◦ Inibir o uso de telhas metálicas. ◦ Apontar as novas alternativas de cobertura de menor impacto e que possua certificação ambiental.
ILUMINAÇÃO	◦ Incentivar ao uso de iluminação e ventilação natural. ◦ Utilizar iluminação de LED.
VIDROS REFLEXIVOS	◦ Proibir a utilização de vidros que emitem reflexos e ofuscamento da imagem de vizinhança.

4.5 Diretrizes para o Espaço Público – Apropriações e Equipamentos urbanos

Por se tratar de uma Comunidade multicultural, utiliza-se o espaço público como palco de suas manifestações artísticas e apropriações urbanas. Dessa forma, é de conveniência que sejam disponibilizados espaços suficientes para a exposição artesanal e de produtos regionais. Desse modo, as diretrizes têm a intenção de trazer para o espaço público qualidade que irá promover melhorias para a população e visitantes, que passam pela região.

TEMA	DIRETRIZES
CIDADE	◦ Criar uma cidade viva e diversificada. ◦ Incentivar o turismo sustentável. ◦ Criar espaços que permitam a socialização das pessoas. ◦ Incentivar ao desenvolvimento sustentável em suas diversas áreas - Incentivar ao desenvolvimento sustentável em suas diversas áreas.
MOBILIÁRIOS URBANOS	◦ Instalar bicicletários em pontos estratégicos. ◦ Distribuição de mobiliários urbanos pela Comunidade. ◦ Construir um local que dê assistência aos visitantes. ◦ Placas informativas
ESPAÇO CULTURAL	◦ Criar espaços culturais destinados às manifestações artísticas e comércio informal (artesanato). ◦ Estabelecer apoio e infraestrutura para a feira orgânica. ◦ Criar incentivos para os artesãos e pequenos produtores. ◦ Promover cursos de capacitação turística aos moradores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) representou um avanço importante para a preservação da biodiversidade brasileira, uma vez que este instrumento veio regulamentar as vigências para as áreas ambientais a partir da aprovação da lei 9.985/2000.

Verifica-se que, apesar da existência dos documentos técnicos, tais como plano de manejo e plano diretor municipal, é possível perceber que ainda existe uma ausência de diálogo entre as administrações públicas quanto à gestão compartilhada das áreas de equilíbrio ambiental, em especial as que se classificam como Unidades de Conservação. Porém, ainda que os documentos técnicos sejam tratados de forma singular, esses instrumentos asseguram a estabilidade das grandes áreas de interesse de preservação ambiental.

Sendo assim, a pesquisa buscou discutir uma visão holística sobre as questões fundamentais, que podem vir a mudar paradigmas quanto à imagem do território e seus atores, a partir da convivência direta com a natureza na criação de seu habitat. Além disso, percebe-se que os pequenos núcleos urbanos, como Patrimônio da Penha, podem se tornar uma solução para a preservação ambiental, devido ao modo de vida adotado por seus usuários que adequam a sua base de vida às particularidades dos recursos naturais disponíveis no espaço territorial.

A pesquisa problematizou a atuação dos instrumentos de regulamentação ambiental na gestão das unidades de conservação, em especial as ocupações urbanas inseridas em zona de amortecimento de impacto, como o caso de Patrimônio da Penha. O intuito foi avaliar como os atores envolvidos - a população nativa, os novos moradores “alternativos” – pensam o território a partir da preservação ambiental para o futuro da Comunidade. Partindo dessa perspectiva, optou-se em estabelecer uma agenda urbana com propostas de diretrizes projetuais que fossem ao encontro das características do lugar, de forma que estas se tornassem um instrumento atuante junto ao Plano Diretor Municipal de Divino de São Lourenço e o conselho local de Patrimônio da Penha.

O intuito das diretrizes propostas nesta pesquisa é que elas venham a ser um instrumento norteador, que irá auxiliar o poder público, tal como a Prefeitura Municipal de Divino de São Loureço, na gestão e garantia da preservação do patrimônio ambiental e urbano de Patrimônio da Penha, de forma que não haja uma descaracterização com o entorno paisagístico do lugar e da ocupação urbana multicultural que habita a região.

Esse estudo possibilitou refletir, também, a inserção humana no ambiente natural, dentro do território, e como seus usuários veem essa integração no futuro, buscando, para tanto, soluções práticas que possam contribuir, para a harmonia de ambos, na garantia de um ambiente saudável para as gerações futuras. Outra questão importante foi demonstrar de forma simplificada como funciona essa rede sistêmica da qual fazemos parte e que são extremamente importantes para a promoção da qualidade de vida.

Com isso, a partir dos resultados das diretrizes propostas para esta agenda urbana, é de interesse que outras localidades, que estejam passando por situações similares a de Patrimônio da Penha, possam usar este estudo como um instrumento para conduzir a elaboração das conformidades da gestão de suas ocupações urbanas nas proximidades das áreas de equilíbrio ambiental, de forma que estes – homem e meio natural – possam ter uma boa integração dentro do território, a fim de que as ações do homem não ultrapassem as possibilidades naturais do território.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBIM, Renato. “A nova agenda urbana e a geopolítica das cidades”. In COSTA, Marco Aurélio; et al (ORG) **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília, 2018.

BESKOW, Eduardo; MATTEI, Lauro. Notas Sobre a Trajetória da Questão Ambiental e Principais Temas em Debates na Conferência Rio+20. **Revista NECAT**. Jul-Dez, 2012.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-27, abr. 2007.

BRANDÃO, Eraldo José; VIEIRA, Ednúbia Macena. Instrumentos de Gestão Ambiental de Unidades de Conservação. **Revista do Curso de Direito da UNIABREU**. Rio de Janeiro. 2012.

BRASIL, SOS Mata Atlântica. **Relatório Anual 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: < https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AF_RA_SOSMA_2016_web.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968**. Rio de Janeiro, 1970.

BRASIL. IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - **Plano de manejo do Parque Nacional do Caparaó**. Brasília, 1981.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Volume1 - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília.2009.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2202:parna-de-caparao>> Acesso em: 24 de julho de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes: textos para as discussões da Rio+20. Vol. 3 habitação social e sustentabilidade / Tarcisio Nunes..., [et al]. Organizadores: Brasília: MMA, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Brasil, 2018.

BRIAN, Edwards. **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona, 2008.

CARVALHO, Natália. **Diretrizes para a elaboração do Plano Diretor de Brodowski**. Ribeirão Preto, 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **FÓRUM PATRIMÔNIO: ambiente construção e patrimônio sustentabilidade**. Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Os Desafios da Utilização de Indicadores de Sustentabilidade Cultural no Patrimônio Ambiental Urbano. **Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável** Belo Horizonte, v.8, n.1. Jan / jun. 2015.

CHIMALLI, Tessa. **Áreas de Preservação Permanente no Entorno do Parque Nacional do Caparaó**, no Estado do Espírito Santo. Alegre. 2013.

CISOTTO, Mariana Ferreira; VITTE, Antonio Carlos. O Consumo da Natureza no Novo Padrão de Ocupação Urbana. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente. Janeiro a junho, 2010.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo. 1990.

DORNELAS, Henrique Lopes. O Direito Urbanístico e a importância do Plano Diretor Municipal. **Revista do Curso de Direito - UNIABEU**. Vol. 1 nº 1. janeiro-julho. 2011.

FERNANDES, Márcio José. **A questão ambiental e o planejamento urbano: a experiência de Curitiba**. 2011.127p. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih; PASCUCHI, Priscila Mari. Zona de Amortecimento: A proteção ao entorno das unidades de conservação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5917>. Acesso em abr 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GV Pesquisa**, [S.l.], nov. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

GEHL, Jan; **Cidade para pessoas**. São Paulo, 2013.

GOMES. Joséli Fiorin. A “localização” dos objetivos de desenvolvimento sustentável e da nova agenda urbana da onu: a cooperação descentralizada sul-americana para implementar metas internacionais de urbanização sustentável. **4º seminário de relações internacionais associação brasileira de relações internacionais (abri)**. Foz do Iguaçu. 2018.

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657705/paragrafo-1-artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em 26/02/2018

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BRASIL.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27/08/2017.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. **Distribuição Populacional no Espírito Santo:** Resultado do censo demográfico de 2010. Vitória. 2011.

IJSN, Instituto Jones dos Santos Neves; CNPQ, Núcleo do Observatório das Metrópoles; LIRA, Pablo; CAVATTI, Caroline. **O estado do Espírito Santo no Censo de 2010.** Vitória. 2010

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Parque Nacional do Caparaó.** Alto Caparaó; 2015. Disponível em:
<<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/4-parque-nacional-do-caparao.html>>
Acesso em: 21 jun 2017

Instituto Jones dos Santos Neves **Demografia e urbanização:** o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, ES, 2011.

IPES. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Dos Santos Neves. **Diagnóstico Socioeconômico Da Microrregião Caparaó.** Vitória, 2005.

JUNIOR, Valter. **Comunidades Alternativas.** 2014. Disponível em: <
<http://www.laparola.com.br/comunidades-alternativas>> Acesso em: 07/05/2018.

JUSBRASIL. <Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657705/paragrafo-1-artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>> Aceso em: 19/03/2018

KLAMER, Arjo. Pensar economia criativa pede por outra ciência econômica: introduzindo a abordagem “Value Based”. *in* **Economia criativa, cultura e políticas públicas** / Org. VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo. Porto Alegre, 2016.

KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In COSTA, Marco Aurélio; et al (ORG) **A Nova Agenda Urbana e o Brasil:** Insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília, 2018.

KUMMER, Débora Cristiele; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A importância da Matriz SWOT (FOFA) no contexto dos planos estratégicos de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, jun. 2016.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.

MADEIRA, Wilson Filho; GARCIA, Cláudia Moreira Hehr. **Efeitos Colaterais na Conservação: O caso do Consorcio Público da Região do Caparaó,** 2016.
Disponível em: < http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_009.pdf>

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios.** São Paulo, 2002.

MASCARÓ, Juan Luis. **Sustentabilidade em Urbanizações de Pequeno Porte.** Porto Alegre, 2010.

_____. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre, 2008.

MASSINI, V.S. et al. **O turismo em Patrimônio da Penha (ES) e suas interfaces com o Parque Nacional do Caparaó**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, pp.715-734.

MIANA, Anna Christina. **Adensamento e forma urbana: inserção de parâmetros ambientais no processo de projeto**. São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília. 2006.

MOYSÉS, Gerson Luís Russo; MOORI, Roberto Giro. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu – PR, 2007.

NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e análise de questionário: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro, 2002.

Oliveira, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão, 2011.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011.

PLANO DE MANEJO, **Floresta Nacional de Passa Quatro, Minas Gerais: Zona de Amortecimento/Floresta Nacional Passa Quatro**. Brasília: ICMBio, 2009. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/porta1/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Flona_Passa_Quatro_Vol_V_zona_de_amortecimento.pdf> Acesso em: 18/05/2018.

PLANO, Diretor Municipal Região do Caparaó – Bloco III Município de Divino de São Lourenço. Elaboração: ANDALUZ & ASSOCIADOS CONSULTORIA LTDA. Guaçuí, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (org.). **Cidades Criativas: perspectivas**. São Paulo, 2011.

SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. **Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar**. Belo Horizonte, volume III, número 1, set 2013-fev 2014, p. 117-143.

SILVEIRA. Denise Tolfo. **Método de Pesquisa**. Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Leandro Ricarte Castro de. **Unidades de Conservação e conflitos socioambientais: Estudo de Caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na zona de amortecimento de impacto do Parque Nacional do Caparaó - ES**. Juiz de Fora. 2016.

TAVARES, Carlos A.P. **O que são comunidades alternativas**. Nova Cultura. São Paulo. 1985.

TREINTA, Fernanda Tavares; et al. Metodologia de Pesquisa bibliográfica com a utilização de métodos multicritério de apoio à decisão. **Revista Production**. São Paulo, 2013.

VILELA, Frederico Macedo; BOMFIM, Tuliane Machado. Gestão de Unidades de Conservação: Princípios e Ações para um Meio Ambiente Equilibrado. **V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. Belo Horizonte/ Minas Gerais, 2014. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/VI-066.pdf>> Acesso em: 19/06/2018.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PATRIMÔNIO DA PENHA - ES

Aplicado por: Aline Oliveira Azevedo.

Mestranda em Arquitetura e Cidade - Universidade de Vila Velha.

E-mail: alineazevedo.arquitetura@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____

Data: ____/____/____ Horário: ____:____

Idade

- () 18 a 30 anos.
 () 31 a 45 anos.
 () 45 a 60 anos.
 () Mais de 60 anos.

Você é...?

- () Morador de Patrimônio da Penha.
 () Morador da Região do Caparaó.
 () Visitante de outras regiões do Estado do Espírito Santo.
 () Outros.

A quanto tempo mora na Comunidade de Patrimônio da Penha?

- () 1 a 10 anos.
 () 11 a 20 anos.
 () Mais de 20 anos.
 () Não moro em Patrimônio da Penha.

Considera Patrimônio da Penha um bom lugar para se viver?

- () Sim
 () Não

Por quê? _____

O que você acha que caracteriza Patrimônio da Penha?

- () Parque Nacional do Caparaó
 () Paisagem Natural
 () Cultura da população
 () Outros

RECONHECENDO O TERRITÓRIO

A Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço se faz atuante na promoção de melhorias para Patrimônio da Penha?

- () Sim
 () Não
 () As vezes



QUESTIONÁRIO PATRIMÔNIO DA PENHA - ES

Aplicado por: Aline Oliveira Azevedo.

Mestranda em Arquitetura e Cidade - Universidade de Vila Velha.

E-mail: alineazevedo.arquitetura@gmail.com

Você considera Patrimônio da Penha uma Comunidade sustentável?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Você considera importante a preocupação dos moradores em promover a Comunidade voltada a sustentabilidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

A tipologia das construções de Patrimônio da Penha é condizente com as características da região do Caparaó?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Existe algo que melhoraria em Patrimônio da Penha?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Sugestão: _____

Como você vê Patrimônio da Penha daqui 10 anos?

Sugestões: _____

Obrigada!



METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como sendo uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada com o objetivo exploratório em razão da dissertação trazer propostas de diretrizes projetuais à Comunidade de Patrimônio da Penha à luz das “comunidades alternativas”, com o intuito de contribuir como instrumento norteador para a sustentabilidade urbana e preservação da paisagem natural da região do Caparaó Capixaba. Sendo as

ETAPA 01 – Levantamento Bibliográfico

Constituiu na definição dos conceitos básicos de bibliografias que se fazem necessários a ser estudado para o alcance do objetivo dessa dissertação. Nesta etapa será definido o ambiente contextualizador do problema de pesquisa e seu objetivo geral.

Partindo do princípio da contextualização do ambiente, tornou-se necessário compreender a Microrregião do Caparaó e suas características específicas. Visto que essa região do Estado do Espírito Santo tem uma influência direta do Parque Nacional do Caparaó. Para tanto, houve a importância de fazer um estudo sobre os instrumentos de regulamentação ambiental vigentes para essa Unidade de Conservação, uma vez que, a área de estudo, Patrimônio da Penha, está situada dentro da zona de amortecimento de impacto deste Parque.

Buscando compreender os instrumentos de regulamentação ambiental, foram levados em consideração: Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó e o Plano Diretor Municipal em especial do Município de Divino de São Lourenço (município sede da Comunidade de Patrimônio da Penha).

ETAPA 02 – Diagnóstico da Área de Estudo

Por se tratar de um pequeno núcleo urbano Patrimônio da Penha carente em georreferenciamento, foram necessárias visitas ao local para a elaboração de um mapeamento da Comunidade através de imagens aéreas captadas pelo Google Earth e transpassadas para o programa ARCGIS para a elaboração da base de mapas.

Nesta etapa iniciou-se a aproximação direta com a área de estudo - Comunidade de Patrimônio da Penha - enquanto território de pesquisa. Serão gerados nessa etapa os mapeamentos, diagnósticos, síntese e setorização do território.

ETAPA 03 – Aplicação do Questionário na Comunidade de Patrimônio da Penha.

A utilização da aplicação de questionário tornou-se importante para a obtenção de dados complementares para pesquisa que fosse capaz de demonstrar ao pesquisador o olhar da população sobre o lugar. Para tanto, considerou-se como respondente, pessoas com idade superior a 18 anos, que sejam moradores ou não de Patrimônio da Penha. Foram excluídos desta entrevista aqueles que possuam idade inferior a 18 anos.

Sabe-se que toda interferência com pessoas gera um risco. Para essa pesquisa considerou-se que o respondente pode se sentir constrangido, pressionado ou quem sabe até desconfortável com algumas perguntas que contém no questionário, em caso de riscos e constrangimentos, estes minimizados através das seguintes providências: supressão da pergunta que causou desconforto, interrupção ou em último caso a suspensão do procedimento. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, não é preciso realizá-lo.

Para o alcance da relevância da pesquisa, serão considerados um total de 50 entrevistados para verificação dessa dissertação dentre eles moradores de Patrimônio da Penha, da região do Caparaó e de moradores de outras regiões do Estado do Espírito Santo e Brasil. As perguntas elaboradas para esse questionário

vão de encontro ao olhar do entrevistado sobre o território de Patrimônio da Penha como forma de subsidiar informações que poderão agregar valor a esta pesquisa.

ETAPA 04 – Elaboração da Agenda Urbana

O quarto e último capítulo, se limitará a elaboração de uma agenda urbana voltada à sustentabilidade urbana da Comunidade de Patrimônio da Penha a partir de propostas de diretrizes norteadoras, a fim de contribuir para a preservação do patrimônio ambiental urbano do território, eis que isso poderá conter uma possível descaracterização da região a partir da especulação imobiliária que já está ocorrendo na Comunidade.

As áreas inseridas dentro da zona de amortecimento de impacto devem atender os seguintes normativo estabelecido pelo Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó (2015):

- “1) As atividades a serem implantadas na ZA não poderão comprometer a integridade do patrimônio natural da UC, desde que obedecidas as condicionantes estabelecidas nos respectivos licenciamentos.
- 2) O PNC deverá priorizar sua atuação na ZA no que se refere aos temas de recuperação ambiental; atividades agrícolas e empreendimentos com potencial impacto ambiental negativo na UC, bem como acompanhamento de processos de licenciamento ambiental.
- 3) Na autorização para licenciamento de novas indústrias e agroindústrias na ZA, serão exigidos adequados sistemas de tratamento e disposição dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos e o não comprometimento dos cursos d'água, sem prejuízo de outras exigências técnicas que se façam necessárias à autorização.
- 4) As mesmas exigências serão feitas para os empreendimentos desta natureza já instalados na ZA, o que será organizado paulatinamente pelo PNC.
- 5) As queimadas controladas nas propriedades limítrofes ao PNC deverão ser agendadas para efeito de acompanhamento por seus funcionários.
- 6) As demais propriedades inseridas na ZA deverão comunicar à administração do Parque as seguintes informações: área, data e horário previsto da queima, para eventual intervenção.
- 7) Como previsto na legislação, a prática de atividades de exploração mineral, de qualquer natureza, somente poderá ser licenciada mediante a apresentação de estudos que demonstrem a intensidade dos impactos ambientais e de Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD), sem prejuízo de outras exigências legais, com autorização para licenciamento do PNC.
- 8) Será estimulada a criação de UC públicas e particulares na ZA, buscando melhorar o seu papel de filtro.
- 9) Nas propriedades limítrofes ao PNC, as áreas de reserva legal (RL) deverão ser alocadas preferencialmente em áreas adjacentes ao PNC.
- 10) As demais RL deverão ser orientadas para a formação de corredores ecológicos.
- 11) Os relatórios de estudos e avaliações para fins de licenciamento, autorização, permissão e similares de atividades/empreendimentos na ZA deverão agregar a abordagem das implicações positivas e negativas (socioambientais) que possam ter para o PNC, quando o ICMBio entender como necessário ao juízo de viabilidade do empreendimento, e desde que previamente justificado por escrito.
- 12) O PNC, a seu critério, disponibilizará dados, informações e mapas, de modo a contribuir com os estudos e avaliações acima mencionados.
- 13) O ICMBio deverá fazer gestão junto aos órgãos licenciadores para fazer valer a Resolução CONAMA Nº 428/2010, que determina a sua ciência sobre empreendimentos localizados na ZA da UC, assim como para que ofereçam ao PNC cópia dos relatórios de estudos e avaliações citados acima.
- 14) Não serão permitidas na ZA, em uma faixa de até 1 km do limite da UC, aplicações e manobras de aeronaves e máquinas pulverizadoras (ou parte delas) utilizadas na aplicação de defensivos químicos (agrotóxicos e biocidas) até que estudos indiquem faixas específicas.
- 15) O plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) na ZA, em uma faixa de até 1.000 m do limite da UC, depende de autorização do órgão gestor do PNC, até que a UC tenha subsídios para deliberar sobre as especificidades por tipo de cultura (cultivares, eventos e similares).

- 16) A introdução de espécies potencialmente invasoras em um raio de até 100 m do limite do Parque dependerá de análise e autorização específica do órgão gestor do PNC.
- 17) A manutenção da condição natural das áreas de preservação permanente (APP) e a sua recuperação deverão ser incentivadas pelo PNC, que buscará inserir tal ação no seu planejamento, envolvendo os demais órgãos ambientais estaduais e municipais.
- 18) A implantação de sistema de saneamento de efluentes sanitários domésticos deverá ser incentivada nas residências inseridas na ZA, envolvendo a difusão de novas tecnologias, especialmente aquelas de baixo custo.
- 19) O PNC deverá buscar parcerias, visando a captação de recursos para aplicação na implantação desses sistemas de tratamento do esgoto doméstico.
- 20) É proibida a instalação de criadouros de espécies animais nativos que ocorram no PNC.
- 21) O licenciamento para criadouros de espécies animais da fauna brasileira sem ocorrência no PNC ou exóticas, inclusive organismos aquáticos, deverá ouvir o órgão gestor do PNC, resguardados os dispositivos legais acerca do estabelecimento de criadouros.
- 22) É proibida a criação de abelhas para quaisquer fins que usem espécies não nativas, e a criação de espécies nativas deverá ser objeto de autorização do órgão gestor do PNC” (ICMBio, p.497-498, 2015)

MAPAS